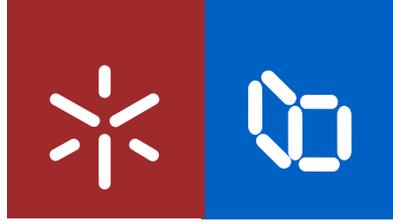




**Universidade do Minho**  
Instituto de Letras e Ciências Humanas

Cátia Daniela Vieira Pereira

**A realização do sujeito em complementos  
infinitivos de verbos causativos e percetivos  
no português língua de herança**



**Universidade do Minho**  
Instituto de Letras e Ciências Humanas

Cátia Daniela Vieira Pereira

**A realização do sujeito em complementos  
infinitivos de verbos causativos e percetivos  
no português língua de herança**

Dissertação de Mestrado  
Mestrado em Ciências da Linguagem

Trabalho efetuado sob a orientação da  
**Prof.<sup>a</sup> Doutora Pilar Barbosa**  
e da  
**Prof.<sup>a</sup> Doutora Cristina Flores**

## **AGRADECIMENTOS**

A presente dissertação não podia ser concebida sem a ajuda, presença e o apoio de muitas pessoas.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer às minhas orientadoras, Professora Pilar Barbosa e Professora Cristina Flores pela paciência, pelo suporte e pelo conhecimento que foram essenciais para o desenvolvimento e conclusão desta dissertação. O seu contributo foi fundamental para o percurso que foi percorrido até aqui.

Gostaria também de agradecer à investigadora Daniela Neves pelo seu contributo nesta dissertação e pela sua simpatia e disponibilidade.

Em segundo lugar, gostaria também de agradecer a todos os participantes que se mostraram disponíveis para o meu estudo, sem eles esta dissertação não seria possível.

Pelo lado pessoal, gostaria muito de agradecer aos meus pais, Francisco Pereira e Agostinha Vieira e à minha irmã, Marília Pereira. Sem a sua presença, o seu suporte e sem o seu apoio nos momentos mais difíceis, esta dissertação não seria realizada da mesma forma. A eles, o meu muito obrigada. Gostaria também de agradecer ao meu cunhado, Orlando Pereira, pela sua disponibilidade e contribuição sempre divertida nesta dissertação.

Não posso também deixar de agradecer à minha prima, Andreia Magalhães, pela sua amizade, companheirismo e presença inestimável de todas as horas.

Estou também em dívida com o Fábio Roriz pelo seu suporte, carinho e pelas suas palavras de conforto em todos os momentos.

Em último lugar, gostaria de agradecer às minhas colegas, Ana João e Mónica, pela paciência e pelo apoio. Este agradecimento é também dirigido a colegas, amigos e a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para o desenvolvimento e conclusão desta dissertação.

A presente dissertação será desenvolvida no âmbito da execução do projeto FCT *Portuguese as Heritage Language and Language Change* (referência EXPL/MHC-LIN/0763/2013; Universidade do Minho, coord. por Cristina Flores; <http://cehum.ilch.uminho.pt/heritage>).

## RESUMO

O presente estudo pretende investigar um caso particular de aquisição bilingue, a aquisição de uma língua de herança (LH). A LH refere-se à língua de origem de falantes bilingues que crescem em contexto de emigração com exposição à língua de origem dos pais/avós no contexto familiar e à língua majoritária, a do país de acolhimento, fora da família.

Iremos analisar a construção de elevação de sujeito para objeto e a construção de infinitivo preposicionado (CIP), isto é, o conhecimento de falantes de herança (FH) e falantes monolíngues de português europeu (PE) relativamente a estruturas com complementos infinitivos de verbos causativos e percetivos centrando-nos, em particular, nos modos de realização do sujeito em interação com a presença ou ausência da flexão de concordância verbal. A análise baseia-se na realização de duas tarefas linguísticas, uma de completamento e outra de julgamento de gramaticalidade (TJG). O grupo sob investigação inclui 30 falantes monolíngues portugueses e 30 FH de 2ª geração, lusodescendentes, que vivem na Alemanha (zona de Frankfurt). O objetivo do presente estudo consiste em averiguar se os FH demonstram um conhecimento destas estruturas semelhante ao conhecimento demonstrado por falantes monolíngues, residentes em Portugal.

Os resultados demonstram que, em geral, os falantes bilingues mostram tendências de produção e aceitação semelhantes aos monolíngues nos complementos não flexionados, ou seja, verifica-se a produção de taxas elevadas de pronomes clíticos em oposição aos pronomes fortes em ambos os grupos. No entanto, em todas as condições, os falantes monolíngues mostram uma maior tendência para o uso do pronome clítico na forma acusativa (elevação de sujeito para objeto) nos complementos flexionados e não flexionados da Tarefa de Completamento (Tarefa 1). A maior diferença entre os dois grupos é verificada i) nos complementos de verbos percetivos, com flexão, e ii) nos contextos CIP, nos quais os falantes bilingues optam significativamente mais por pronomes fortes do que os falantes monolíngues. Semelhantemente, na TJG, os falantes bilingues mostram uma taxa maior de aceitação de sujeitos nominativos na CIP, enquanto os falantes monolíngues dificilmente aceitam este tipo de construções. Consideramos que o uso mais frequente da forma nominativa nestes contextos se deve à tendência mais geral dos falantes de herança para evitar o uso das formas clíticas, sempre que possível, devido à sua complexidade no PE. Quanto à aceitação de sujeitos nominativos na CIP, este comportamento pode ter a ver com a estrutura particular da CIP quando comparada com os restantes complementos. Sempre que a CIP ocorre em frases raiz, o sujeito surge na forma nominativa (o Caso por defeito, em PE). Assim, não é de excluir a hipótese de os falantes de herança atribuírem à CIP em posição de complemento a mesma análise que é atribuída à sua ocorrência em contextos raiz, considerando-a um domínio funcional completo em que o sujeito recebe Caso nominativo por defeito. Esta estratégia é também atestada em crianças monolíngues em fase de aquisição (ver Santos, Gonçalves & Hyams, 2015).

É ainda de realçar a diferença entre as duas tarefas no que diz respeito ao uso do pronome clítico nos complementos flexionados. Na TJG, o grupo bilingue mostra taxas mais elevadas de aceitação desta construção do que o grupo monolíngue. Contudo, contrariamente ao que era previsto, na Tarefa de Completamento, os falantes monolíngues produzem esta construção com a presença do clítico acusativo, o que não é predito pela maioria das análises sintáticas relativas a esta construção, uma vez que, com a flexão de concordância presente, existem todas as condições para que a atribuição de Caso nominativo ocorra. Por sua vez, na TJG, os falantes monolíngues já rejeitam esta construção, ao contrário do que acontece com o grupo bilingue, que tem um comportamento semelhante nas duas tarefas. Este comportamento pode estar relacionado com diferentes graus de conhecimento metalinguístico dos dois grupos, consequência de falta de instrução formal na LH dos falantes bilingues.

Sintetizando, os FH de PE que têm o alemão como língua majoritária demonstram um conhecimento linguístico muito semelhante ao dos monolíngues portugueses, sendo a principal exceção o comportamento de ambos os grupos no que diz respeito à CIP e aos complementos flexionados.

**Palavras-chave:** complementos infinitivos, verbos causativos e percetivos, português língua de herança, sujeito, pronomes clíticos



## **ABSTRACT**

This study aims to investigate a particular case of bilingual acquisition, the acquisition of a heritage language (HL). A HL is spoken by bilingual speakers who grow up in the context of emigration with exposure to the language of origin of their family (the HL) and the language of the host country.

We will focus on European Portuguese and we will study infinitival complements of causative and perception verbs, which can be realized in a variety of different ways in the language. We will set aside the contexts in which the embedded infinitive and the matrix verb form a complex predicate (Gonçalves, 1999) and concentrate instead on bi-clausal constructions. These may have different forms depending on whether the infinitival complement is inflected or uninflected. In the former case, the embedded subject is realized as nominative; in the latter, the subject is realized as an accusative clitic in a configuration that has been known as “Raising to Object”. One of the goals of this study is to test the speakers’ choice of realization of the subject in these two contexts.

Perception verbs allow yet another type of infinitival complement, the prepositional infinitive construction (PIC) (Raposo, 1989), which has a particular syntax. In particular, its subject is invariably an accusative clitic regardless of whether the infinitive is inflected or not. The PIC is also included in this study.

Two experimental tasks were applied: a Completion Task and a Grammaticality Judgment task (GJT). These tasks were applied to 30 monolingual Portuguese speakers and 30 2nd generation heritage speakers living in Germany (Frankfurt area). Our goal was to verify the extent to which heritage speakers differ from monolingual speakers living in Portugal.

The results demonstrate that, in general, the performance of the bilingual speakers shows tendencies that are similar to that of the monolingual speakers: both groups always display higher rates of accusative clitics as compared to nominative pronouns, including in those contexts in which the infinitive is inflected. It is only in the GJT that the monolingual speakers reject the combination of the accusative form with an inflected infinitive.

The biggest difference between the two groups is found i) in the complements of perception verbs with the inflected infinitive, and ii) in the PIC contexts, in which the bilingual speakers select significantly more often for nominative pronouns than monolingual speakers. The most frequent use/choice of the nominative form in the PIC by the bilingual speakers may be due to the particular properties of this structure when compared to the other types of infinitival complement. Raposo (1989), Barbosa and Cochofel (2005) have argued that the PIC is a small clause headed by the preposition, which takes the infinitival clausal projection as its complement. The subject of the infinitival clause is an empty category (*pro* or PRO, depending on whether the infinitive is inflected or not), which is controlled by the subject of the Small Clause. In the target grammar, the PIC can be used in non selected environments (root clauses), in which case the subject appears in the nominative (the default Case in European Portuguese). In such contexts, the CIP appears to form a complete functional complex by itself. The existence of this option in the target grammar may be the key to an understanding of why bilingual speakers accept the nominative form for the subject of the CIP in complement position. They treat the CIP complement as if it were a complete functional complex, with Case on the subject being assigned by default. This strategy is also attested in monolingual children in the process of acquisition (see Santos, Gonçalves & Hyams, 2015).

Finally, there is a difference between the two tasks with respect to the use of the clitic (Raising to Object) in inflected complements. In the GJT, the bilingual speakers show higher rates of acceptance of these constructions than the monolingual speakers. However, in the Completion Task, the monolingual speakers produce high rates of accusative subjects in the presence of the inflected infinitive. This result is unexpected since the infinitival clause has all the conditions required for nominative Case to be assigned to the subject. In other words, Raising to Object is superfluous. In the GJT, the monolingual speakers show low rates of acceptance of these structures, in contrast to the bilingual group, which has a similar behavior in both tasks. These results may be connected with differences in metalinguistic knowledge. On the assumption that the construction of Raising to Object with the inflected infinitive is considered substandard it is more likely to be negatively judged by the monolingual speakers. Due to lack of formal instruction in the HL, the HSS show no such effect in the same task.

**Keywords:** infinitival complements, causative and perception verbs, Portuguese as a heritage language, subject, clitic pronoun



# ÍNDICE REMISSIVO

Lista de tabelas .....	xi
Lista de gráficos.....	xi
Lista de figuras.....	xii
I. Introdução.....	13
II. Construções completivas infinitivas selecionadas por verbos causativos e perceptivos ..	15
2.1 Infinitivo flexionado e infinitivo não flexionado.....	15
2.2 Construções de controlo .....	18
2.3 Construções de elevação.....	22
2.3.1 Comparação com as construções de controlo .....	24
2.3.2 Elevação e Teoria do Caso .....	27
2.4 Complementos de verbos causativos e perceptivos .....	29
2.4.1 Os verbos causativos e a construção união de orações .....	30
2.4.2 Os verbos perceptivos e a construção de infinitivo preposicionado.....	34
2.5 Complementos de verbos causativos/perceptivos no alemão.....	47
III. Aquisição de uma língua de herança.....	51
3.1 Aquisição Bilingue.....	51
3.2 Falantes de herança.....	54
IV. Metodologia .....	57
4.1 Recolha de dados .....	57
4.2 Participantes.....	57
4.3 Tarefas experimentais.....	59
4.3.1 Condições das tarefas .....	60
4.3.2 Descrição das tarefas .....	61
4.4 Tratamento de dados e análise estatística .....	63
4.5 Questões de investigação .....	63
V. Resultados.....	65
5.1 Tarefa de Completamento.....	65
5.1.1 Grupo Monolingue .....	65
5.1.2. Grupo Bilingue.....	67
5.1.3 Comparação dos grupos .....	70
5.2 Tarefa de Julgamento de Gramaticalidade.....	73
5.2.1 Grupo Monolingue .....	73

5.2.2 Grupo Bilingue.....	78
5.2.3. Comparação dos grupos.....	82
VI. Discussão dos resultados.....	91
VII. Conclusão.....	101
Referências.....	103
Anexos.....	107
I. Tarefas experimentais.....	108
A - Tarefa de completamento.....	108
B - Tarefa de julgamento de gramaticalidade.....	113
II. Questionários.....	116
C - Questionário monolingue.....	116
D - Questionário bilingue.....	117
III. Tratamento estatístico.....	120
E - Tarefa de Completamento no grupo monolingue.....	120
F - Tarefa de Completamento no grupo bilingue.....	121
IV. Parecer da Subcomissão de ética da Universidade do Minho.....	122
G - Parecer da Subcomissão de ética.....	122

## **LISTA DE TABELAS**

### Capítulo II

Tabela 1 – Pronomes pessoais em alemão .....	47
--	----

### Capítulo IV

Tabela 2 – Caracterização dos FH.....	59
---------------------------------------	----

Tabela 3 – Condições das tarefas e nº de itens.....	60
---	----

Tabela 4 – Exemplo de parte da Tarefa de Julgamento da Gramaticalidade.....	62
---	----

### Capítulo V

Tabela 5 – Uso do pronome clítico no grupo monolíngue (percentagem média e DP).....	65
---	----

Tabela 6 – Uso de pronome clítico no grupo bilingue (percentagem média e DP).....	67/68
---	-------

## **LISTA DE GRÁFICOS**

### Capítulo V

Gráfico 1 – Uso do pronome clítico no grupo monolíngue.....	65
---	----

Gráfico 2 – Uso do pronome clítico por falante monolíngue.....	67
--	----

Gráfico 3 – Uso do pronome clítico no grupo bilingue.....	68
---	----

Gráfico 4 – Uso do pronome clítico por falante bilingue.....	69
--	----

Gráfico 5 – Caixa de Bigodes: média global de uso de pronome clítico na Tarefa de Completamento.....	70
--	----

Gráfico 6 – Comparação dos grupos nas 8 condições (média de uso do pronome clítico).....	71
--	----

Gráfico 7 – Valores de aceitabilidade para cada estrutura no grupo monolíngue.....	73
--	----

Gráfico 8 – Valor das propostas de correção para outra estrutura no grupo monolíngue.....	74
---	----

Gráfico 9 – Valores de aceitabilidade de cada pessoa gramatical para cada estrutura no grupo monolíngue.....	76
--	----

Gráfico 10 – Valores das propostas de correção para outra estrutura associados à pessoa gramatical no grupo monolíngue.....	77
---	----

Gráfico 11 – Valores de aceitabilidade para cada estrutura no grupo bilingue.....	78
Gráfico 12 – Valor das propostas de correção para outra estrutura no grupo bilingue.....	79
Gráfico 13 – Valores de aceitabilidade de cada pessoa gramatical para cada estrutura no grupo bilingue.....	80
Gráfico 14 – Valores das propostas de correção para outra estrutura associados à pessoa gramatical no grupo bilingue.....	81
Gráfico 15 – Valores de aceitabilidade de ambos os grupos.....	83
Gráfico 16 – Valor das propostas de correção para outra estrutura em ambos os grupos.....	85
Gráfico 17 – Valores de aceitabilidade da pessoa gramatical em cada estrutura em ambos os grupos.....	87
Gráfico 18 – Valores das propostas de correção para outra estrutura associados à pessoa gramatical em ambos os grupos.....	88

## **LISTA DE FIGURAS**

### Capítulo IV

Figura 1 – Exemplo de uma história da Tarefa de Completamento.....	62
--	----

## I. INTRODUÇÃO

Em português europeu (PE), os complementos infinitivos dos verbos causativos e perceptivos podem conter o infinitivo flexionado (cf. (1)), o infinitivo simples (cf. (2)) e a construção de infinitivo preposicionado com e sem flexão de concordância (cf. (3)):

- 1) a. O professor {mandou/deixou/viu/sentiu/ouviu} *eles* fazerem uns movimentos mais difíceis.  
b. O professor {mandou-*os*/deixou-*os*/viu-*os*/sentiu-*os*/ouviu-*os*} fazerem uns movimentos mais difíceis.
- 2) O pai fica chateado com os dois irmãos, pois {viu-*os*/sentiu-*os*/ouviu-*os*} brincar àquela hora.
- 3) a. O patrão viu-*as* a sorrir e felizes como nunca tinha reparado antes.  
b. O patrão viu-*as* a sorrirem e felizes como nunca tinha reparado antes.

O nosso objetivo é testar o conhecimento linguístico relativo a estas estruturas em dois tipos de falantes de PE: falantes bilingues, que têm o português como língua de herança e o alemão como língua dominante, e falantes monolingues. Falantes de herança (FH) são falantes bilingues com *background* migratório e a língua de herança (LH) é a língua de origem da família. Os FH têm maioritariamente acesso a variedades informais da língua de herança, uma vez que o *input* é recebido no contexto familiar. Para além disso, o contacto com a LH é também bastante reduzido. Muitos estudos têm demonstrado que, para adquirir conhecimento estável da LH, o FH precisa de exposição suficiente e regular a essa língua, pelo menos até uma certa idade (cf. Flores, 2015). Também tem de ter acesso a determinadas estruturas/propriedades que podem não estar presentes no *input* que recebe. Estes falantes comportam um estatuto sociolinguístico e um contexto de aquisição muito característicos, tendo muitas vezes um perfil diferente do de falantes bilingues investigados na literatura sobre aquisição simultânea da linguagem (ex. Meisel, 2001). Isto pode ser justificado, segundo alguns autores (como Rothman, 2009) com a particularidade da quantidade e qualidade da sua exposição linguística, uma vez que estes falantes são expostos a uma língua no ambiente familiar e na sociedade são expostos a outra língua, a qual assume o papel de língua dominante quando a criança entra na escola. O objetivo da investigação sobre a aquisição de línguas de herança consiste em perceber se o falante de herança, por ter condições de exposição linguística particulares, desenvolve um sistema linguístico diferente daquele que é desenvolvido em contexto de aquisição monolingue. No nosso estudo temos um interesse particular nos modos de realização do sujeito em interação com a presença ou ausência da flexão de concordância no tipo de complementos

que referimos acima. Os verbos perceptivos usados nas tarefas experimentais são *ver*, *ouvir* e *sentir*; os verbos causativos *mandar* e *deixar*.

O estudo destas estruturas é interessante pelo facto de estas nunca terem sido testadas em tarefas experimentais por falantes monolíngues, contribuindo, desta forma, para enriquecer este campo de investigação. É também pertinente, dado que estudos anteriores mostraram que a realização do pronome clítico poderá mostrar alguma divergência em falantes bilingues.

Esta dissertação está organizada do seguinte modo. No Capítulo II, são apresentadas algumas características gerais dos complementos infinitivos que são seleccionados por verbos causativos e perceptivos. Será, também, feita uma discussão detalhada de construções de elevação e de controlo, comparando as duas, assim como a construção união de orações e de infinitivo preposicionado. No Capítulo III, abordamos o tema da aquisição bilingue e apresentamos o caso particular em que incide o nosso estudo, a aquisição por parte dos FH; no Capítulo IV, descrevemos as tarefas que foram usadas no nosso estudo, assim como os participantes, o tratamento estatístico e as questões de investigação. No Capítulo V, apresentamos o estudo experimental, os resultados obtidos em ambas as tarefas pelos dois grupos e a comparação dos mesmos. No Capítulo VI, apresentamos a discussão dos resultados experimentais, tendo em conta as hipóteses de investigação apresentadas no capítulo anterior. No Capítulo VII, são apresentadas as conclusões do nosso estudo.

## II. CONSTRUÇÕES COMPLETIVAS INFINITIVAS SELECIONADAS POR VERBOS CAUSATIVOS E PERCEPTIVOS

Os verbos causativos (*mandar, deixar*) e perceptivos (*ver, ouvir, sentir*) podem selecionar pelo menos três tipos diferentes de complemento de natureza oracional: uma oração de tempo finito (cf. (4)), uma oração infinitiva com flexão de concordância (cf. (5)) e uma construção de infinitivo simples (cf. (6)):

- 4) a. O pai {mandou/deixou} que *os filhos* saíssem do quarto.  
b. Eu {vi/senti/ouvi} que *as crianças* saíam do quarto.
- 5) a. O pai {mandou/deixou} *os filhos* saírem do quarto.  
b. Eu {vi/senti/ouvi} *as crianças* entrarem em casa.
- 6) a. O pai {mandou/deixou} *os filhos* sair do quarto.  
b. Ele {viu/sentiu/ouviu} *as crianças* entrar em casa.

Dado que o trabalho desenvolvido nesta tese se centra nos complementos oracionais infinitivos, iremos proceder, neste capítulo, ao exame dos diversos tipos de construção infinitiva que podem ocorrer em posição de complemento de verbos perceptivos e causativos. Começaremos por ver algumas propriedades e características gerais do infinitivo flexionado e não flexionado (secção 2.1). Nas secções 2.2 e 2.3 iremos ver as características gerais das construções de controlo e das construções de elevação. De seguida, na subsecção 2.3.1, iremos proceder à comparação das duas construções. Na subsecção 2.3.2 iremos abordar as características particulares da elevação e a Teoria do Caso. De seguida, na secção 2.4, examinamos outros tipos particulares de complementos infinitivos. Na subsecção 2.4.1, iremos abordar os verbos causativos e a construção união de orações e na seguinte, 2.4.2, os verbos perceptivos e a construção de infinitivo preposicionado. Na última secção, 2.5, abordaremos os complementos de verbos causativos e perceptivos em alemão.

### 2.1 INFINITIVO FLEXIONADO E INFINITIVO NÃO FLEXIONADO

O Português possui dois tipos de formas verbais infinitivas: o infinitivo flexionado e o não flexionado.

- 7) Nós lamentamos [eles não saber~~em~~ a resposta].
- 8) Nós lamentamos [não saber a resposta].

O infinitivo flexionado caracteriza-se por ter marcas de concordância de pessoa e número: Eu lamentar +  $\emptyset$ ; Tu lamentar + es; Ele lamentar +  $\emptyset$ ; Nós lamentar + mos; Vós lamentar + des; Eles lamentar + em (cf. (7)). O infinitivo não flexionado (cf. (8)) é invariável. Na medida em que não possui marcas de concordância, o infinitivo não flexionado não permite que o seu sujeito tenha referência independente. Assim, no exemplo (8), o sujeito da oração infinitiva só pode ser interpretado como coincidindo com o sujeito da matriz. Nesta situação, dizemos que o sujeito implícito é “controlado” pelo sujeito da matriz. De uma forma geral, o infinitivo não flexionado não admite a presença de um sujeito nominativo explícito:

- 9) a. \*Nós lamentamos eles não saber a resposta.
- b. \*Nós lamentamos nós não saber a resposta.

No caso do infinitivo flexionado, a situação é diferente: o sujeito pode ser expresso (cf. (7)) ou pode ser foneticamente nulo:

- 10) Eu lamento não saberem a resposta. (= Eu lamento eles/elas não saberem a resposta)

No exemplo (10) o estatuto do sujeito foneticamente nulo é semelhante ao do sujeito foneticamente nulo de uma oração de tempo finito como em ‘Eu lamento que [ $\emptyset$ ] não saibam a resposta’. Tanto num caso como no outro, os traços gramaticais do sujeito são identificados pelos traços de flexão de pessoa e número. Nesta situação, dizemos que o sujeito é um pronome nulo, designado *pro* (cf. 11).

- 11) Nós lamentamos [*pro* não sabermos a resposta].

Como já referimos anteriormente, as estruturas com o infinitivo não flexionado não podem ter um sujeito foneticamente realizado. Estas estruturas também não podem ter como sujeito um pronome nulo *pro*, visto que a forma do infinitivo não apresenta a necessária flexão em pessoa e número que o possa identificar (Barbosa & Raposo, 2013).

Por forma a distinguir o sujeito nulo de referência independente *pro* do sujeito nulo dependente da oração infinitiva sem flexão de concordância, designamos este último de PRO:

- 12) Nós lamentamos [PRO não saber a resposta].

As orações infinitivas distinguem-se das orações finitas pelo facto de não poderem ocorrer como frases independentes (cf. (13)):

- 13) a. \*Eles quererem saber a resposta.

'They want-INF-3PPL know-INF the answer'

b. Eles querem saber a resposta.

'They want know-INF the answer'

c. \*Eles saberem a resposta.

'They know-INF-3PPL the answer'

d. Eles sabem a resposta.

'They know the answer'

(Rothman & Iverson, 2011:30-31)

Dado que as formas infinitivas não apresentam variação morfológica de tempo e de modo, a sua interpretação temporal depende maioritariamente do significado lexical do predicador que as seleciona e do tempo verbal em que está. No exemplo (14), por exemplo, uma vez que o predicador é o verbo *decidir*, a interpretação é de futuridade relativamente ao tempo da situação descrita na matriz:

14) Os alunos decidiram cumprimentar a nova professora.

(Barbosa & Raposo, 2013:1903)

As formas infinitivas, contudo, podem ocorrer em tempos compostos, como se exemplifica a seguir:

15) Os alunos afirmaram ter cumprimentado a nova professora.

(Barbosa & Raposo, 2013:1902)

Neste exemplo, a situação descrita na oração infinitiva situa-se temporalmente num intervalo de tempo anterior ao tempo de localização da situação descrita na matriz. Este valor de anterioridade é dado pelo emprego da forma verbal composta.

Um outro aspeto que distingue as orações infinitivas das de tempo finito é serem incompatíveis com o complementador *que* (cf. (16)):

16) a. \*É possível que eles saberem a resposta.

'pro is possible that they know-INF-3PPL the answer'

b. É possível que eles saibam a resposta.

'pro is possible that they know the answer'

(Rothman & Iverson, 2011:30-31)

## 2.2 CONSTRUÇÕES DE CONTROLO

Como vimos, o sujeito implícito das construções de infinitivo não flexionado é referencialmente dependente. Estas construções dividem-se em dois tipos:

- ✚ Construções de controlo obrigatório: são aquelas em que o sujeito implícito da oração infinitiva tem obrigatoriamente como antecedente um argumento da oração subordinante.

17) a. Os médicos desejam [or PRO examinar a Ana].

b. Obriguei as crianças a [or PRO terminar os trabalhos de casa].

(Barbosa & Raposo, 2013:1941)

- ✚ Construções de controlo não obrigatório: a oração infinitiva tem a função de sujeito da frase complexa e o seu sujeito implícito não tem necessariamente um antecedente na oração subordinante. Quando não há antecedente, o sujeito da oração infinitiva tem uma interpretação indefinida (equivalente a 'qualquer pessoa' ou 'pessoas em geral'), podendo incluir o falante ou um grupo em que este se inclui.

18) a. É importante (para as pessoas) [or PRO não fumar nos recintos desportivos].

b. É conveniente [or PRO contratar um advogado].

(Barbosa & Raposo, 2013:1941)

Não nos vamos debruçar sobre este segundo tipo de construção de controlo, uma vez que não vai ser abordada no nosso estudo. Iremos agora caracterizar as construções de controlo obrigatório.

### CONSTRUÇÕES DE CONTROLO OBRIGATÓRIO

As construções de controlo obrigatório são aquelas em que o sujeito foneticamente nulo da oração infinitiva é necessariamente correferente com um dos argumentos da oração subordinante, sendo este, desta forma, o seu antecedente. O controlo é tipicamente associado a orações infinitivas, como iremos ver. Neste tipo de construções, a oração infinitiva é um complemento do predicador da oração subordinante, sendo que este pode ser um verbo (cf. (19a)), um adjetivo (cf. (19b)) ou um nome (cf. (19c)):

19) a. **As crianças** desejam [or PRO aprender inglês].

b. **As crianças** estão desejosas por/de [or PRO aprender inglês].

c. [<sub>SN</sub> O desejo das **crianças** de [or PRO aprender inglês]] é enorme.

(Barbosa & Raposo, 2013:1942)

Quando o predicador subordinante é um adjetivo (cf. (19b)), o controlador é o sujeito da oração principal. O controlador também pode ser um elemento interno ao próprio sintagma nominal: um modificador possessivo introduzido pela preposição *de* ou um pronome possessivo (cf. (19c)); ou pode ser um argumento da frase mais vasta que contém o SN complexo (Barbosa & Raposo, 2013:1942).

Nos casos em que o predicador subordinante é um verbo, são possíveis várias opções: o controlador do sujeito implícito da oração infinitiva pode ser o sujeito, o complemento direto ou o complemento indireto da oração subordinante.

### 1) Verbos que determinam o controlo pelo sujeito da oração subordinante

Os verbos mais típicos que determinam o controlo pelo sujeito da oração subordinante são aqueles que selecionam só dois argumentos: a oração infinitiva completiva e um sintagma nominal com a função de sujeito. Já a oração infinitiva pode ser um complemento direto (cf. (20a-b)) ou preposicionado (cf. (21a-b)):

20) a. *Os meus pais* pensam [or PRO comprar um automóvel novo].

b. *Eles* sabem [or PRO arranjar um caso].

(Barbosa & Raposo, 2013:1942)

21) a. *Os camponeses* lutam por [or PRO estabelecer a paz nesta terra].

b. *Elas* decidiram-se a [or PRO sair da sala].

(Barbosa & Raposo, 2013:1942-1943)

Como vemos nos exemplos, estes verbos são de natureza semântica variada: de crença (como *pensar*), conhecimento (como *saber*), ou verbos que designam atitudes subjetivas do sujeito da oração principal relativamente à situação apresentada na oração subordinada (como *decidir*, *lutar*).

Quando o complemento oracional é preposicionado, os verbos mais comuns são os que são acompanhados pela preposição *a* e *de*, como *cansar-se (de)*, *esquecer-se (de)*, *renunciar (a)*, entre outros.

Os verbos diretivos como *implorar*, *insistir (com)*, *pedir*, entre outros, constituem um caso particular de controlo, assim como os verbos *exigir*, *impor*, *permitir*, entre outros. Combinados com o infinitivo não flexionado, estes verbos podem determinar o controlo pelo sujeito, como podemos constatar no exemplo abaixo:

22) a. *Os electricistas* pediram-nos [or para PRO colocar uma nova instalação elétrica].

b. *O prisioneiro* insistiu com os guardas [or para PRO ser bem tratado].

c. *Os eletricistas* sugeriram-nos/propuseram-nos [or PRO colocar uma nova instalação elétrica].

(Barbosa & Raposo, 2013:1943)

## 2) Verbos que determinam o controlo pelo complemento direto da oração subordinante

Os verbos transitivos de sentido diretivo são predicadores que selecionam um sujeito, uma oração infinitiva completiva e um argumento com a função de complemento direto, que controla o sujeito da oração infinitiva. Normalmente esta oração é introduzida pela preposição *a* ou pela preposição *de*:

23) a. O professor aconselhou-*te* a [or PRO concorrer a uma bolsa].

b. O professor proibiu-*os* de [or PRO ver esse filme].

(Barbosa & Raposo, 2013:1944)

Os verbos que regem a preposição *a* selecionam também uma oração subordinada finita (cf. (24)) ou de infinitivo flexionado (cf. (25)) com um sujeito pronominal nulo que tem como antecedente o complemento direto da oração principal:

24) a. O professor aconselhou-*te* a [or que *pro* concorresses a uma bolsa].

b. Ele persuadiu-*nos* a [or que *pro* desistíssemos da queixa].

c. Incentivámos *as crianças* a [or que *pro* brincassem umas com as outras].

(Barbosa & Raposo, 2013:1944)

25) a. O professor aconselhou-*te* a [or *pro* concorreres a uma bolsa].

b. Ele persuadiu-*nos* a [or *pro* desistirmos da queixa].

c. Incentivámos *as crianças* a [or *pro* brincarem umas com as outras].

(Barbosa & Raposo, 2013:1944)

Na presença destes verbos, a referência do sujeito pronominal nulo pode incluir dois referentes, o do sujeito e o do complemento direto da oração principal, como se exemplifica a seguir:

26) a. *Ele* persuadiu-*me* a [or que *pro* fôssemos ao futebol *juntos*].

b. *A Maria* incentivou *o Manel* a [or *pro* viajarem *os dois* até Madrid].

(Barbosa & Raposo, 2013:1944)

### 3) Verbos que determinam o controlo pelo complemento indireto da oração subordinante

Os verbos de sentido diretivo como *dizer, implorar, insistir (com) e pedir* são os verbos que determinam o controlo pelo complemento indireto. Estes são predicadores que, para além de admitirem o controlo pelo sujeito, permitem também o controlo pelo complemento indireto quando a oração subordinada contém o verbo no infinitivo simples. A interpretação deste tipo de orações é feita através de fatores semânticos ou pragmáticos:

- 27) a. Eles pediram-*nos* [<sub>or</sub> para PRO lhes dar dinheiro em troca de informação].  
b. A criança pediu *aos pais* [<sub>or</sub> para PRO lhe comprar uma bicicleta].  
(Barbosa & Raposo, 2013:1945)

No caso em que a oração subordinada se encontra no infinitivo flexionado, estes verbos que mencionámos acima e outros como *exigir, impor, permitir, propor, recomendar e sugerir*, admitem correferência entre o sujeito pronominal nulo dessa oração e o complemento indireto da oração matriz:

- 28) a. Os eletricitistas pediram-*nos* [<sub>or</sub> para *pro* colocarmos uma nova instalação elétrica].  
b. O prisioneiro insistiu com *os guardas* [<sub>or</sub> para *pro* trazerem mais comida].  
c. Os eletricitistas sugeriram-*nos*/propuseram-*nos* [<sub>or</sub> *pro* colocarmos uma nova instalação elétrica].  
(Barbosa & Raposo, 2013:1945)

Da mesma forma, também o verbo *mandar* permite controlo do sujeito de uma oração completiva de infinitivo não flexionado por um complemento indireto selecionado:

- 29) Mandei *às crianças* [<sub>or</sub> PRO sair do quarto há muito tempo].  
(Barbosa & Raposo, 2013:1945)

Se no exemplo (29) a oração infinitiva estivesse flexionada, a leitura de correferência era menos aceitável (cf. *Mandei às crianças [pro saírem do quarto] há muito tempo*).

De seguida, iremos abordar as construções de elevação, que são o tema central do nosso estudo.

## 2.3 CONSTRUÇÕES DE ELEVAÇÃO

Nas construções de elevação, o sujeito ou o complemento direto da oração matriz corresponde, do ponto de vista semântico, a um argumento da oração subordinada (cf. Gonçalves, 1999). Apesar de ter uma função gramatical na oração principal, esse sintagma nominal não é um argumento do verbo dessa oração, mas sim do verbo da oração infinitiva. Esse sintagma nominal pode ter a função de sujeito ou de complemento direto na oração principal. Quando esse sintagma tem a função gramatical de sujeito, dá-se a elevação de sujeito para sujeito (cf. (30a)); por sua vez, quando o sintagma tem a função gramatical de complemento direto, a elevação é de sujeito para objeto (cf. (30b)):

30) a. *As crianças* parecem [or [-] ter perdido o comboio].

b. Vimos *as crianças* [or [-] sair do quarto].

(Barbosa & Raposo, 2013:1949)

Nos exemplos acima, o verbo da oração principal não atribui nenhum papel temático aos sintagmas “*as crianças*”, o que não invalida o facto de estes sintagmas desempenharem uma função gramatical nessa oração. Estes sintagmas nominais apenas são selecionados pelo verbo ou predicado da oração subordinada, uma vez que é destes que recebem o papel temático que é atribuído ao seu sujeito.

### ELEVAÇÃO DE SUJEITO PARA SUJEITO

Esta construção de elevação pode ocorrer com um pequeno número de predicadores, sendo que o mais comum é o verbo *parecer*. Este verbo seleciona um argumento oracional e opcionalmente um complemento indireto com o papel temático de experienciador. No caso de estar presente o infinitivo simples na oração subordinada, o seu sujeito implícito pode ser controlado pelo complemento indireto da oração matriz (cf. (31)):

31) *Pareceu-nos* [or [-] ter visto a Maria na festa].

(Barbosa & Raposo, 2013:1950)

Quando a oração subordinada é finita ou de infinitivo flexionado, pode ter um sujeito foneticamente realizado, como se exemplifica a seguir:

32) a. Parece [or que *as crianças* saltaram o muro].

b. Parece [or terem saltado o muro *as crianças*].

(Barbosa & Raposo, 2013:1951)

Quando há elevação, o sujeito da oração subordinada (ver o exemplo (32b)) desempenha a função de sujeito da oração principal e o verbo da oração subordinada, ocorre no infinitivo simples (cf. (33)):

33) *As crianças* parecem [or [-] ter saltado o muro].

(Barbosa & Raposo, 2013:1951)

### **ELEVAÇÃO DE SUJEITO PARA OBJETO**

Neste segundo tipo de construção de elevação, quando o verbo encaixado se encontra no infinitivo simples, o pronome pessoal correspondente ao sujeito da oração subordinada encontra-se no Caso acusativo, ligando-se assim com o verbo da oração principal e não com o da subordinada (cf. Gonçalves, 1999). Quando a elevação é de sujeito para objeto, é o sujeito da oração subordinada que é 'elevado' para a posição de complemento direto da oração subordinante, como podemos constatar no seguinte exemplo:

34) a. O pai {mandou-*os*/deixou-*os*/fê-*los*} [-] sair do quarto].

b. Ele {viu-*as*/sentiu-*as*/ouviu-*as*} [-] entrar em casa].

(Barbosa & Raposo, 2013:1958)

É importante salientar que, nestes casos, esse sintagma nominal não é um argumento da oração principal, ou seja, não tem nenhum valor semântico nessa oração. Sendo assim, estes sintagmas dependem unicamente do verbo da oração infinitiva, recebendo destes o papel temático que é atribuído ao seu sujeito. As construções de elevação constituem o único caso em que um argumento tem uma função gramatical numa oração sem que o verbo dessa oração lhe atribua algum valor semântico (papel temático).

Quando estamos na presença do infinitivo flexionado (cf. (35)) ou de uma oração de tempo finito (cf. (36)), o sujeito ou o complemento direto da oração principal corresponde ao sujeito da oração subordinada.

35) a. O pai mandou/deixou [or {os filhos/eles} saírem do quarto].

b. O pai fez (com) [or {os filhos/eles} saírem do quarto].

c. Eu {vi/senti/ouvi} [or {as crianças/elas} entrarem em casa].

(Barbosa & Raposo, 2013:1958)

36) a. O pai mandou/deixou [or que {os filhos/eles} saíssem do quarto].

b. O pai fez (com) [or que {os filhos/eles} saíssem do quarto].

c. Eu {vi/senti/ouvi} [or que {as crianças/elas} entravam em casa].

(Barbosa & Raposo, 2013:1957)

As construções de elevação de sujeito para objeto também podem ser designadas ‘construções ECM’ (do inglês *Exceptional Case Marking* ‘atribuição excepcional de Caso’). Esta designação é devida ao facto de ser atribuído excepcionalmente o Caso acusativo, quando a forma típica seria o Caso nominativo.

Na subsecção seguinte iremos fazer uma comparação das construções de elevação com as construções de controlo, uma vez que têm semelhanças entre si.

### 2.3.1 COMPARAÇÃO COM AS CONSTRUÇÕES DE CONTROLO

Na literatura são discutidas as equivalências existentes entre as construções de controlo e as de elevação (cf. Gonçalves, 1999). Uma das semelhanças que é facilmente identificada é “raising is like control in that it involves an interpretative dependency between a matrix DP and a null infinitival subject and must also be local” (Rosenbaum, 1967 *apud* Agostinho, 2014).

Superficialmente os dois tipos de construção são semelhantes:

- 37) a. O João tentou compreender a fórmula. [controlo pelo sujeito]  
b. O João pareceu compreender a fórmula. [elevação do sujeito para sujeito]  
(Agostinho, 2014:20)
- 38) a. O Pedro ajudou os meninos a compreender a fórmula. [controlo por objeto]  
b. O Pedro viu os meninos resolver a fórmula. [elevação do sujeito para objeto/ECM]  
(Agostinho, 2014:20)

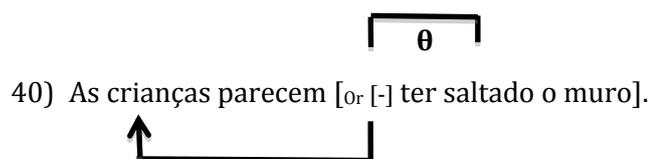
Apesar das semelhanças, estas construções têm propriedades gramaticais diferentes (Rosenbaum, 1967 *apud* Agostinho, 2014). A característica mais saliente que diferencia as estruturas de elevação relativamente às de controlo diz respeito às propriedades de atribuição de papéis temáticos. Nas construções de controlo pelo sujeito, há dois sujeitos argumentais (um pleno e outro implícito), cada um deles recebe um papel temático do verbo da sua oração.

- 39) *As crianças* lamentam [<sub>or</sub> PRO ter saltado o muro].  
(Barbosa & Raposo, 2013:1952)

O sujeito da oração subordinante é um argumento do verbo *lamentar* e o sujeito implícito da oração subordinada infinitiva é correferente com o sujeito da oração

subordinante, mas ainda assim é um argumento autónomo do predador da oração subordinada infinitiva *saltar*.

Por sua vez, nas construções de elevação de sujeito para sujeito, o mesmo argumento recebe um único papel temático do verbo da oração encaixada (oração infinitiva), apesar da função que desempenha na oração principal. Isto quer dizer que o sujeito foneticamente não realizado da oração infinitiva não é um argumento distinto daquele que funciona como sujeito da oração subordinante, mas sim o mesmo argumento, o qual recebe o seu papel temático do verbo infinitivo da oração subordinada:



Nas construções de controlo pelo complemento direto, o complemento direto da oração subordinante é um argumento do verbo dessa oração e o sujeito implícito da oração subordinada infinitiva é um argumento autónomo do verbo da oração subordinada, recebendo deste o seu papel temático. Apesar de serem argumentos distintos, estes são correferentes, uma vez que o sujeito implícito da oração infinitiva é controlado pelo complemento direto da oração principal:

- 41) a. O pai aconselhou *os filhos* a [or PRO sair do quarto].  
b. O pai aconselhou-*os* a [or PRO sair do quarto].  
(Barbosa & Raposo, 2013:1959)

Em contrapartida, na construção de elevação de sujeito para objeto, o sujeito foneticamente não realizado da oração infinitiva não é um argumento distinto daquele que funciona como complemento direto da oração principal. Apesar de desempenhar uma função de complemento direto na oração principal, recebe o seu papel semântico do verbo da oração infinitiva:

- 42) a. O pai {mandou/deixou/fez} *os filhos* [or [-] sair do quarto].  
b. Ele {viu-*os*/sentiu-*os*/ouviu-*os*} [or [-] entrar em casa].  
(Barbosa & Raposo, 2013:1958)

O principal argumento em favor desta distinção reside nas restrições de seleção que são impostas relativamente ao sujeito ou objeto da matriz. Nas construções de elevação, os sujeitos expletivos são possíveis (cf. (43a)), indicando que os verbos em causa

não atribuem um papel temático ao seu sujeito. Por sua vez, nas construções de controlo não é permitido este tipo de sujeitos (cf. (43b)) (Rosenbaum, 1967 *apud* Agostinho, 2014):

- 43) a. *pro* Parece estar a chover.  
b. \* *pro* Tentou estar a chover.  
(Agostinho, 2014:21)

O verbo *tentar* deve atribuir o papel temático de agente ao seu sujeito, mas como no exemplo o sujeito é expletivo, a frase é agramatical.

Os verbos de elevação não impõem qualquer tipo de restrição semântica ao SN elevado: estas restrições são impostas apenas pelos predicados encaixados.

- 44) a. A pedra parecia rolar.  
b. \*A pedra parecia ler a polémica nos jornais.  
(Agostinho, 2014:22)

- 45) a. \*A pedra tentou rolar.  
b. \*A pedra tentou ler a polémica dos jornais.  
(Agostinho, 2014:23)

Nos exemplos em (44), o predicado *parecer* não impõe restrições semânticas ao seu sujeito; por este motivo, o exemplo (44b) é agramatical, uma vez que o verbo *ler* seleciona um sujeito com a característica [+humano]. No exemplo (45) as duas frases são agramaticais, devido ao facto de o verbo *tentar* selecionar um sujeito com o papel temático de agente. Nas construções de elevação de sujeito para objeto e controlo pelo complemento direto, verifica-se o mesmo, como se exemplifica a seguir:

- 46) a. O João deixou a pedra rolar.  
b. \*O João deixou a pedra ler a polémica nos jornais.  
(Agostinho, 2014:23)

- 47) a. \*O João persuadiu a pedra a rolar.  
b. \*O João persuadiu a pedra a ler a polémica nos jornais.  
(Agostinho, 2014:23)

Nos exemplos de (46), o verbo *deixar* não impõe restrições semânticas ao seu complemento direto. As restrições de seleção são impostas pelo verbo da oração infinitiva. Dado que uma pedra pode rolar, mas não ler a polémica nos jornais, há um contraste entre (46a) e (46b). No exemplo (47), ambas as frases são agramaticais visto que o verbo de

controlo *persuadir* impõe restrições de seleção ao seu objeto. Em particular, este tem de ser [+humano].

Outra diferença entre as construções de controlo e de elevação é o facto de ambas as estruturas terem uma interpretação diferente na passiva (Rosenbaum, 1967 *apud* Agostinho, 2014). Considere-se os seguintes exemplos:

- 48) a. Eu vi/deixei o João convencer o Pedro.  
b. Eu vi/deixei o Pedro ser convencido pelo João.

(Agostinho, 2014:24)

- 49) a. Eu obriguei o médico a examinar o João.  
b. Eu obriguei o João a ser examinado pelo médico.

(Agostinho, 2014:24)

Na construção de elevação (cf. (48)), os dois exemplos (com a oração encaixada na ativa e a passiva) são sinónimos. Por outro lado, na construção de controlo (cf. (49)), não podemos dizer o mesmo, as frases denotam situações diferentes. No exemplo (49a), o *médico* é forçado a examinar o *João*; por sua vez, no exemplo (49b), o *João* é que é forçado a ser examinado pelo *médico*. Esta situação indica que, nestes exemplos, o complemento direto recebe uma função semântica diretamente do verbo *obrigar*. Nos exemplos de (48), os verbos *ver* e *deixar* relacionam-se semanticamente com uma proposição (respetivamente [o João convencer o Pedro] e [o Pedro ser convencido pelo João]). Apesar de os SN *o Pedro* e *o João* serem o complemento direto de *ver/deixar*, não estabelecem com ele nenhuma relação semântica. Este contraste é, mais uma vez, resultado das diferentes propriedades de subcategorização de ambos os predicados.

Na secção seguinte abordamos a questão da relação entre as relações gramaticais e as construções de elevação.

### 2.3.2 ELEVAÇÃO E TEORIA DO CASO

Como referimos anteriormente, as orações infinitivas em posição de complemento podem ter flexão de concordância ou não. A seguir usamos exemplos com os verbos percetivos e causativos:

- 50) a. O pai {mandou/deixou} *os filhos/elas* saírem do quarto.  
b. Eu {vi/senti/ouvi} *as crianças/elas* entrarem em casa.

(Barbosa & Raposo, 2013:1958)

- 51) a. O pai {mandou/deixou} *os filhos* sair do quarto.  
b. Ele {viu-*as*/sentiu-*as*/ouviu-*as*} entrar em casa.  
(Barbosa & Raposo, 2013:1958)

Na análise destas construções, adotaremos a abordagem ao Caso gramatical adotada na Teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1981; 1995). Nesta abordagem, é postulado que as expressões nominais necessitam de Caso para ocorrer numa dada estrutura sintática. Qualquer língua possui marcação casual, independentemente de apresentar ou não marcas casuais morfológicas. É na sintaxe que os SNs recebem um Caso abstrato, que poderá ou não manifestar-se morfológicamente, conforme as línguas (Chomsky, 1980). O Caso é atribuído em determinadas configurações sintáticas: o Caso acusativo é atribuído pelo verbo, o Caso oblíquo é atribuído pela preposição e o Caso nominativo é atribuído pela flexão verbal, mais especificamente, pela concordância em pessoa e número. Uma vez que, em português, as formas de infinitivo flexionado tomam sujeitos nominativos, podemos concluir que há uma associação entre a concordância de pessoa e número e a atribuição do Caso nominativo.

Por outro lado, dado que a forma acusativa é típica de pronomes com a função gramatical de complemento direto, os sintagmas assinalados em itálico no exemplo de (52) têm essa mesma função, isto é, são ‘elevados’ da posição de sujeito da subordinada para a posição de objeto na oração superior.

- 52) a. O pai fez *os filhos* [<sub>or</sub> [-] sair do quarto]. [Elevação de sujeito para objeto]  
b. O pai fê-*los* [<sub>or</sub> [-] sair do quarto]. [Elevação de sujeito para objeto]  
(Barbosa & Raposo, 2013:1958)

Assim, o complemento direto da oração subordinante não é um argumento semântico do verbo causativo/perceptivo, mas sim do verbo da oração infinitiva. Ou seja, não é um argumento do verbo da oração subordinante, nem recebe dele nenhum papel temático. É por esta razão que se considera que, nestes casos, há elevação.

No quadro da Teoria dos Princípios e Parâmetros, a elevação de sujeito para objeto ocorre como consequência da ausência dos traços de concordância: uma vez que, na ausência de concordância, não há forma de o sujeito da oração subordinada receber Caso nominativo, há elevação. Nos casos em que a forma infinitiva possui flexão de concordância, o sujeito recebe Caso nominativo no interior da oração subordinada (cf. (53)). Logo, não há necessidade de elevação. Deste modo, a teoria prevê que o exemplo que se segue seja agramatical:

- 53) Ele {viu-*as*/sentiu-*as*/ouviu-*as*} entrarem em casa.

Contudo, esta predição não se verifica. Como veremos no curso desta tese, os falantes monolíngues consultados manifestam preferência por esta construção em detrimento de (54):

54) Ele viu/sentiu/ouviu *elas* entrarem em casa.

Verifica-se assim que não há uma correlação exata entre a presença vs. ausência de concordância verbal e o Caso gramatical do sujeito pronominal.

## 2.4 COMPLEMENTOS DE VERBOS CAUSATIVOS E PERCETIVOS

Os verbos percetivos e causativos são transitivos e “compartilham propriedades formais entre si, dentre as quais o fato de subcategorizarem como argumentos internos orações finitas e não-finitas que desempenham a função sintática de objeto direto” (Carvalho, 2001). A oração subordinada denota uma situação que é causada (verbo causativo) ou percecionada (verbo percetivo). Os verbos causativos e percetivos podem ter como complemento orações de tempo finito (cf. (55)), de tempo infinitivo com flexão de concordância (cf. (56)) e a construção de infinitivo simples (cf. (57)):

55) a. O pai {mandou/deixou} que *os filhos/elas* saíssem do quarto.

b. Eu {vi/senti/ouvi} que *as crianças/elas* saíam do quarto.

56) a. O pai {mandou/deixou} *os filhos/elas* saírem do quarto.

b. Eu {vi/senti/ouvi} *as crianças/elas* entrarem em casa.

57) a. O pai {mandou-os/deixou-os} */os filhos* sair do quarto.

b. Ele {viu-as/sentiu-as/ouviu-as} */as crianças* entrar em casa.

(Barbosa & Raposo, 2013:1957-1958)

No exemplo (55) estamos perante orações de tempo finito que têm como sujeito um sintagma nominal que se encontra na forma nominativa, dado que essa é a forma típica dos pronomes com essa função. Os verbos dos exemplos (56) encontram-se no infinitivo flexionado e, uma vez que a flexão de concordância em pessoa e número está presente, temos todas as condições para que a atribuição de Caso nominativo ocorra. No exemplo (57), estamos perante um caso em que o infinitivo não se encontra flexionado, sendo que há elevação do sujeito da oração subordinada para complemento direto na oração matriz. A função de complemento direto é visível na forma do pronome, que surge no Caso acusativo.

Para além destes três tipos de construção, comuns aos dois tipos de verbo, há mais duas construções, cada uma delas específica de cada tipo de verbo.

No caso dos verbos causativos, há a chamada construção **união de orações** (cf. Raposo, 1981; Gonçalves, 1999) que envolve a formação de um predicado complexo, como se exemplifica a seguir:

58) Eu mandei/deixei ler o livro às crianças.

No exemplo de (58) existe um único predicado, a locução *mandar ler*, e uma única oração. Esta construção será apresentada na secção seguinte.

No caso dos verbos percetivos, existe ainda a chamada **construção de infinitivo preposicionado** (CIP). A CIP ocorre apenas com verbos percetivos e caracteriza-se pela presença da preposição *a* a introduzir a forma verbal infinitiva:

59) Eu vi os meninos a ler(em) esse livro.

No exemplo transcrito, a forma infinitiva pode ou não ser flexionada. A CIP tem a si associadas duas propriedades distintivas. Em primeiro lugar, o argumento externo, ou sujeito nocional, do verbo encaixado ocorre obrigatoriamente no Caso acusativo, independentemente da presença de flexão de concordância na forma infinitiva:

60) a. Eu vi-*os* a lerem o livro.

b. Eu vi-*os* a ler o livro.

61) a. \*Eu vi *eles* a lerem o livro.

b. \*Eu vi *eles* a ler o livro.

Em segundo lugar, a CIP caracteriza-se por possuir um valor aspetual progressivo. Este sentido progressivo é igualmente veiculado pelo gerúndio, que pode substituir o infinitivo da CIP, não ocorrendo a preposição *a*:

62) a. Vi as crianças a *atravessar a avenida*.

b. Vi as crianças *atravessando a avenida*.

(Barbosa & Raposo, 2013:1969-1970)

Esta construção é examinada na secção 2.4.2.

### 2.4.1 OS VERBOS CAUSATIVOS E A CONSTRUÇÃO UNIÃO DE ORAÇÕES

Nesta secção, fazemos uma breve descrição da construção união de orações em comparação com a construção de infinitivo flexionado e a construção de elevação de sujeito para objeto. Uma vez que a construção união de orações depende da natureza intransitiva (cf. (63)) ou transitiva (cf. (64)) dos predicados do domínio encaixado, vamos colocar nos exemplos essa mesma especificidade:

63) *Verbo intransitivo no domínio encaixado*

- a. A professora deixou [or *os alunos* saírem mais cedo]. [Construção de Infinitivo Flexionado]
- b. A professora deixou *os alunos* [or [-] sair mais cedo]. [Construção de elevação de sujeito para objeto]
- c. A professora deixou sair *os alunos* mais cedo. [Construção união de orações] (Barbosa & Raposo, 2013:1962)

64) *Verbo transitivo no domínio encaixado*

- a. A professora mandou [or *os alunos* corrigirem as redações]. [Construção de Infinitivo Flexionado]
- b. A professora mandou *os alunos* [or [-] corrigir as redações]. [Construção de elevação de sujeito para objeto]
- c. A professora mandou corrigir as redações (*aos alunos/?pelos alunos*). [Construção união de orações] (Barbosa & Raposo, 2013:1962)

A primeira característica da construção união de orações é o facto de o verbo causativo formar um núcleo verbal complexo com o verbo da oração infinitiva, funcionando, desta forma, como um só elemento predicativo: a locução *deixar sair* em (63c) e *mandar corrigir* em (64c). Na decorrência deste estatuto, os exemplos de (63c) e (64c), são constituídos por uma só oração e não por duas, ou seja, há junção de duas orações numa só. Devido a esta fusão, não é possível flexionar o infinitivo, uma vez que as estruturas de infinitivo flexionado correspondem sempre a domínios oracionais. Para além disso, o verbo causativo e o verbo infinitivo deverão estar adjacentes sendo que nada, a não ser uma forma clítica, pode separá-los (cf. o contraste entre (63b e 63c; 64b e 64c)).

A segunda característica deve-se ao facto de numa mesma oração não poderem existir duas funções gramaticais idênticas; por este motivo, o sujeito da oração subordinada não pode assumir a mesma função na 'nova oração', visto que esse é o sujeito próprio do verbo causativo.

Procedendo à comparação entre a construção de infinitivo flexionado e a construção união de orações, encontramos algumas das adaptações das funções gramaticais:

1. Se a oração subordinada na construção de infinitivo flexionado é intransitiva, o sujeito semântico subordinado (nome dado pelos autores Barbosa & Raposo,

2013) passa a ter a função de complemento direto da construção união de orações (*os alunos em (63c)*) (Barbosa & Raposo, 2013:1963).

2. Se a oração subordinada na construção de infinitivo flexionado é transitiva, o sujeito semântico subordinado, passa a ter, na construção união de orações, a função de complemento indireto ou, marginalmente (para alguns falantes), de agente da passiva: *aos/?pelos alunos em (64c)* (repare-se que este constituinte é opcional) (Barbosa & Raposo, 2013:1963).
3. O complemento direto da oração subordinada transitiva na construção de infinitivo flexionado passa a complemento direto da construção união de orações, i.e., passa a complemento direto da oração cujo núcleo é o predicado complexo [V<sub>CAU</sub> +Inf]; assim, se pronominalizarmos o complemento direto de (64c) *as redações*, obtemos a frase *A professora mandou-as corrigir aos alunos*, em que o pronome se liga ao primeiro verbo da locução *mandar corrigir*. (Barbosa & Raposo, 2013:1963).

É agora importante salientar a semelhança existente entre a elevação do sujeito para objeto e a união de orações. Na construção de elevação de sujeito para objeto, o sujeito semântico subordinado é realizado como complemento direto na oração subordinante, independentemente de esta ser transitiva ou intransitiva. Este facto pode ser comprovado quando pronominalizamos o sujeito da oração infinitiva de (63b) e (64b):

65) Construção de elevação:

- a. A professora deixou-os [or [-] sair mais cedo].
- b. A professora mandou-os [or [-] corrigir as redações].

Por outro lado, na construção união de orações, o sujeito semântico subordinado é realizado como complemento direto só quando a oração subordinada (original) é de natureza intransitiva. Se a oração for transitiva, então o sujeito é realizado como complemento indireto. Usando a pronominalização, obtemos os exemplos seguintes:

66) Construção união de orações

- a. A professora deixou-os sair mais cedo.
- b. A professora mandou-lhes corrigir a redação.

Repare-se assim que, quando a forma verbal infinitiva é intransitiva e o sujeito é um pronome, as duas construções, elevação e união de orações, são homófonas (cf. (65)).

Tendo em comum a semelhança que acabámos de mencionar acima, é também de extrema relevância que façamos referência à maior diferença que estas duas construções

apresentam. Esta diferença é relativa ao facto de a construção de elevação de sujeito para objeto ter duas orações e a construção união de orações apresentar apenas uma, com um núcleo verbal complexo (cf. (63c) e (64c)). Uma vez que, na construção de elevação, há duas orações, pode interpor-se o complemento direto entre as duas formas verbais (cf. (63b) e (64b)); o mesmo já não acontece com a construção de união de orações, porque, como já vimos, esta apresenta um núcleo verbal complexo. Nas situações em que o complemento é um pronome clítico acusativo, esta diferença anula-se e não é detetável:

- 67) a. A mãe ouviu *as crianças* [or [-] chorar]. [Elevação de sujeito para objeto]  
b. A mãe ouviu chorar *as crianças*. [União de orações]  
c. A mãe ouviu-*as* chorar. [Ambíguo entre as duas construções]  
(Barbosa & Raposo, 2013:1964)

Quando a oração subordinada é transitiva, a construção de elevação e a construção união de orações resultam sempre em frases distintas. Na construção de elevação, o sujeito semântico subordinado é um complemento direto na oração principal; na construção união de orações este argumento é realizado como um complemento indireto:

- 68) a. A professora mandou *os alunos* [or [-] corrigir as redações]. [Elevação de sujeito para objeto]  
b. A professora mandou-*os* [or [-] corrigir as redações]. [Elevação de sujeito para objeto]  
(Barbosa & Raposo, 2013:1964-1965)

- 69) a. A professora mandou corrigir as redações *aos alunos*. [União de orações]  
b. A professora mandou-*lhes* corrigir as redações. [União de orações]  
(Barbosa & Raposo, 2013:1964-1965)

Se o complemento direto da oração subordinada for um pronome clítico, revela-se outra diferença fundamental entre a construção de elevação e a construção união de orações:

- 70) a. A professora mandou os alunos [or [-] corrigi-las]. [Elevação de sujeito para objeto]  
b. A professora mandou-as corrigir aos alunos. [União de orações]  
(Barbosa & Raposo, 2013:1965)

No exemplo (70a), o complemento direto da subordinada liga-se diretamente com o verbo dessa oração, do qual é um argumento. No entanto, na construção união de

orações (cf. (70b)), existe uma única oração com um núcleo verbal complexo, o que quer dizer que, segundo as regras de colocação de pronomes clíticos, o pronome se liga ao primeiro verbo do núcleo complexo. Se o sujeito semântico subordinado e o complemento direto da oração subordinada forem pronomes clíticos, estes irão ter separadamente um hospedeiro para cada função, na construção de elevação de sujeito para objeto (cf. (71a)). Já na construção união de orações, os dois pronomes apresentam-se fundidos num grupo clítico (cf. (71b)):

- 71) a. A professora mandou-*os* [<sub>or</sub> [-] corrigi-*las*]. [Elevação do sujeito para objeto]  
b. A professora mandou-*lhas* corrigir. [União de orações]  
(Barbosa & Raposo, 2013:1965)

Nesta tese, optámos por não incluir a construção união de orações como condição a testar dado que entendemos que ela ocorre com pouca frequência na fala.

#### **2.4.2 OS VERBOS PERCETIVOS E A CONSTRUÇÃO DE INFINITIVO PREPOSICIONADO**

A construção de infinitivo preposicionado (CIP) ocorre apenas com verbos percetivos e caracteriza-se pela presença da preposição *a* a introduzir a forma verbal infinitiva:

- 72) Eu vi os meninos *a* ler(em) esse livro.

No exemplo transcrito, a forma infinitiva pode ou não ser flexionada. A CIP tem a si associadas duas propriedades distintivas. Em primeiro lugar, o argumento externo, ou sujeito nocional, do verbo encaixado ocorre obrigatoriamente no Caso acusativo, independentemente da presença de flexão de concordância na forma infinitiva:

- 73) a. Eu vi-*os* *a* lerem o livro.  
b. Eu vi-*os* *a* ler o livro.  
74) a. \*Eu vi *eles* *a* lerem o livro.  
b. \*Eu vi *eles* *a* ler o livro.

Em segundo lugar, a CIP caracteriza-se por possuir um valor aspetual progressivo. Este sentido progressivo é igualmente veiculado pelo gerúndio, que pode substituir o infinitivo da CIP, não ocorrendo a preposição *a*:

- 75) a. Vi as crianças a *atravessar a rua*.  
b. Vi as crianças *atravessando a avenida*.  
(Barbosa & Raposo, 2013:1969-1970)

Esta componente aspetual progressiva não está presente em complementos infinitivos de verbos percetivos, pelo que é legítimo concluir que esta é uma característica da preposição *a* presente na CIP (Raposo, 1989; Duarte, 1992):

- 76) a. Eu vi os meninos *a* atravessar a rua.  
(= Eu vi os meninos atravessando a rua.)  
b. Eu vi os meninos atravessar a rua.  
(≠ Eu vi os meninos atravessando a rua.)  
(Raposo, 1989; Duarte, 1992)

A construção do infinitivo preposicionado (cf. (76a)) tem um valor aspetual durativo, ou seja, exprime uma continuidade na ação que não é verificada no exemplo (76b). No exemplo (76a), a leitura das duas frases é sinónima devido ao facto de a preposição *a* e o gerúndio exprimirem uma ação contínua, ou seja, o leitor viu os meninos *a* atravessar a rua, viu a duração da situação descrita, mas não o seu fim. Já no exemplo (76b), a leitura das duas frases não é sinónima, uma vez que o leitor vê os meninos atravessar a rua naquele momento, isto é, a situação que é descrita tem um fim. Essa finitude que se verifica na frase de (76b) não é verificada na frase que contém a forma de gerúndio, dado que essa forma demonstra uma continuidade da ação.

Nesta secção, examinamos duas análises para a caracterização da CIP: Raposo (1989) e Cochofel (2003) /Barbosa & Cochofel (2005).

Raposo (1989) refere que a sequência [NP *a* V<sub>infin</sub>] é um único constituinte, reconhecendo, desta forma, a sua unicidade estrutural.

O autor sugere que a CIP é uma oração pequena projetada pela preposição e apresenta dois argumentos. Em primeiro lugar, a CIP tem uma distribuição completamente diferente da dos outros complementos infinitivos com sujeitos lexicais encabeçados pela flexão. Com efeito, esses argumentos oracionais com o infinitivo flexionado sem preposição podem ocorrer como uma oração sujeito (cf. (77a)), como uma oração adverbial (cf. (77b)) ou como complemento de verbos factivos (cf. (77c)), contrariamente ao que acontece com a CIP (cf. (78)):

- 77) a. É difícil [os meninos trabalharem].  
b. Eu saí para [os meninos trabalharem].  
c. Eu lamento [os meninos trabalharem tanto].  
(Raposo, 1989:283)

- 78) a. \*É difícil [os meninos *a* trabalhar(em)].  
b. \*Eu saí para [os meninos *a* trabalhar(em)].

c. \*Eu lamento [os meninos a trabalhar(em) tanto].  
(Raposo, 1989:282-283)

Por outro lado, a CIP pode ocorrer em contextos em que os complementos infinitivos encabeçados pela flexão não são permitidos (cf. (79)), como ocorrer isolada sintaticamente (cf. (80a)), em posição de sujeito (cf. (80b)) e como complemento de predicados volitivos (cf. (80c)):

79) a. \*[Os meninos fumarem]! Isso é um horror.  
b. \*[Os meninos fumarem] é um espetáculo horrível.  
c. \*Eu quero [os meninos trabalhar(em) já].  
(Raposo, 1989:283)

80) a. [Os meninos a fumarem]! Isso é um horror.  
b. [Os meninos a fumar(em)] é um espetáculo horrível.  
c. Eu quero [os meninos a trabalhar(em) já].  
(Raposo, 1989:283)

O autor conclui, a respeito deste argumento, que “the head of a PIC is different from the head of a canonical inflected infinitival clause” (Raposo, 1989:283). O segundo argumento que o autor apresenta é que a CIP tem uma distribuição idêntica à das orações pequenas canônicas encabeçadas por um adjetivo ou por uma preposição. Esta semelhança pode ser constatada no contexto de verbos de percepção (cf. (81)) e verbos como *querer* (cf. (82)):

81) a. Eu vi [os meninos nus].  
b. Eu vi [os meninos no quarto].  
c. Eu vi [os meninos a nadar(em)].  
(Raposo, 1989:284)

82) a. Eu quero [a encomenda entregue ainda hoje].  
b. Eu quero [o livro na estante].  
c. Eu quero [os meninos a trabalhar(em) já].  
(Raposo, 1989:284)

Como era esperado, nenhum dos contextos ilustrados em (77) e (78) seleciona uma oração pequena (cf. (83)):

83) a. \*É difícil [os meninos no jardim].

- b. \*Eu saí para [os meninos nus].
  - c. \*Eu lamento [os meninos com febre].
- (Raposo, 1989:284)

Ainda sobre as semelhanças entre as orações pequenas e a CIP, é importante salientar o facto de que, quando um predicado não seleciona uma oração pequena que é encabeçada pela preposição, também não permite a ocorrência da CIP (cf. (84c)); em contrapartida, se um predicado como *supor* selecionar uma oração pequena encabeçada por uma preposição, a CIP já é legitimada (cf. (85b)):

- 84) a. Eu considero [os meninos inteligentes].
  - b. \*Eu considero [os meninos com febre].
  - c. \*Eu considero [os meninos a trabalhar(em)].
- (Raposo, 1989:285)

- 85) a. Eu suponha [os meninos com febre].
  - b. Eu suponha [os meninos a trabalhar(em)].
- (Raposo, 1989:285)

Segundo Raposo (1989), esta semelhança distribucional entre as orações pequenas canónicas encabeçadas por uma preposição e a CIP sugere que a CIP é ela própria uma oração pequena encabeçada pela preposição interna, uma vez que nos contextos em que as orações pequenas não são legitimadas, a CIP também não o é.

De seguida, o autor apresenta um paralelismo existente entre a CIP e as estruturas de controlo (cf. (86)):

- 86) a. Eu obriguei [os meninos] [a [*pro* ler(em) esse livro]].
  - b. Eu vi [os meninos [a [*pro* ler(em) esse livro]]].
- (Raposo, 1989:286)

Segundo Raposo (1989), a relação existente entre o sujeito nocional da CIP (o NP na estrutura NP a  $V_{INF}$ ) e o complemento infinitivo é semelhante à relação existente entre o objeto matriz e o complemento infinitivo nas estruturas de controlo. Consequentemente, este complemento infinitivo da CIP é uma oração com um sujeito pronominal nulo controlado pelo sujeito lexical da construção de infinitivo preposicionado. As estruturas de controlo por objeto e a CIP aparentam ter estruturas equivalentes excepcionando as diferenças relativas ao estado do controlador e à existência da predicação simples e complexa. Assumindo esta teoria, Raposo (1989) sugere que o que licencia a concordância

na flexão nos complementos infinitivos é a preposição *a*. Sendo assim, o autor refere que se o infinitivo não estiver flexionado, o SN controlado é um PRO e a oração infinitiva é um SComp:

- 87) ...SN<sub>i</sub> [<sub>SP</sub> a [<sub>SC</sub>[<sub>SFlex</sub> PRO Flex SV]]]  
(Raposo, 1989)

Se o infinitivo estiver flexionado, a preposição licencia a flexão e atribui Caso a um *pro* nulo:

- 88) ...SN [<sub>SP</sub> a [<sub>SFlex</sub> *pro* Flex. /Conc. SV]]  
(Raposo, 1989)

De acordo com este paralelismo existente entre a CIP e as estruturas de controlo, o autor realça as similaridades entre a CIP e as orações pequenas ao nível de regência e atribuição Casual. Raposo (1989) refere que, tal como nas orações pequenas, o sujeito da CIP é também permeável à regência externa quando ocorre no contexto de verbos transitivos, como é o caso dos verbos percetivos. Neste tipo de construções, o sujeito recebe Caso acusativo e é pronominalizado como um clítico acusativo na oração principal, quer o infinitivo esteja ou não flexionado (cf. (89)):

- 89) Eu vi-os<sub>i</sub> [<sub>ec<sub>i</sub></sub> [a *pro*/PRO trabalhar(em)].  
(Raposo, 1989:287)

Como podemos constatar pelo exemplo, isto constitui uma situação de atribuição excepcional de Caso, uma vez que a atribuição de Caso ao sujeito é feita pelo verbo da oração principal. Dado que o sujeito da CIP se encontra no Caso acusativo, a atribuição Casual não pode ser facultada pela flexão e é por essa razão que o caso nominativo não é admitido nestas circunstâncias (cf. (90)):

- 90) \*Eu vi [eles a trabalhar(em)].  
(Raposo, 1989:288)

Já que o Caso nominativo não é admitido na CIP, mesmo que esta apresente a flexão (cf. (90)), Raposo (1989) refere que se o Caso do sujeito fosse atribuído pela flexão, exemplos de CIP semelhantes aos que se seguem seriam gramaticais (cf. (91)):

- 91) Eu vi [eles trabalharem].  
(Raposo, 1989:288)

O autor refere que este fenómeno é explicado pelo facto de a oração encaixada ser um complemento encabeçado pela concordância (atribuindo Caso nominativo). No caso da CIP, o sujeito lexical não pode ocorrer no nominativo porque o sujeito lexical não é regido pela concordância na oração encaixada. O elemento regido pela concordância é o sujeito não foneticamente realizado *pro*, o qual é controlado pelo SN foneticamente realizado, que por sua vez é regido pelo verbo da matriz tal como se representa no exemplo (88) acima.

Iremos agora passar à abordagem de análise presente em Cochofel (2003) e Barbosa & Cochofel (2005). As autoras fazem referência a duas propostas existentes na literatura: Raposo (1989) e Duarte (1992). Como vimos, Raposo (1989) defende que a CIP é uma oração pequena introduzida por uma preposição, cujo sujeito é uma categoria vazia controlada pelo sujeito da oração pequena. A estrutura proposta para o exemplo (92) é a indicada em (93):

92) Vi as crianças a trabalharem.

93) Vi [<sub>SP</sub> as crianças [<sub>p'</sub> [<sub>p</sub>a] [<sub>SFlex</sub> pro<sub>i</sub> trabalharem]]]

(Barbosa & Cochofel, 2005)

Contrariamente a esta proposta temos a análise de Duarte (1992) e Duarte e Gonçalves (2001) que não concordam que a CIP seja de natureza preposicional, nem uma construção de controlo, nem que contenha um domínio TP. As autoras propõem a seguinte estrutura:

94) V perçetivo [<sub>S<sub>ASP</sub></sub> SN [<sub>ASP'</sub> [<sub>ASP</sub> a-r] [<sub>S<sub>CONC</sub></sub> [<sub>CONC'</sub> [CONC] SV]]]]]

Segundo Barbosa & Cochofel (2005), esta análise tem a vantagem de associar o morfema *a* ao valor aspetual progressivo da construção, mas as suas predições não estão corretas na medida em que, se o morfema *a* é um morfema preso, não devia poder ocorrer nenhum material lexical entre ele e o verbo. No entanto, as autoras referem que há ocorrências na fala natural que não corroboram esta predição:

95) Eu não estou a ver o primeiro Ministro *a, de repente*, ceder poderes ao Presidente da república.

96) Todos nós vimos Deco *a não meter* um golo.

(Barbosa & Cochofel, 2005)

No exemplo (95), o SP *de repente* ocorre entre a preposição e a forma verbal infinitiva. No exemplo (96) o elemento interveniente é o morfema da negação.

As autoras observam ainda que a segunda inconsistência nesta proposta diz respeito ao facto de que a estrutura referida em (94) deveria permitir a ocorrência do Caso nominativo, o que não é verificado:

97) \*/? Eu vi *eles* a comerem um gelado.

(Barbosa & Cochofel, 2005)

Note-se que a proposta referida em (94) é semelhante à estrutura de uma oração canónica, uma vez que o argumento externo ocupa a posição de um especificador. Considere-se a estrutura de uma completiva infinitiva canónica e a estrutura da CIP na análise proposta em (94):

- Completiva infinitiva canónica

98) a. A testemunha viu os ladrões tirarem as máscaras na rua.

b. A testemunha viu [<sub>ST</sub> os ladrões [<sub>T</sub> tirarem as máscaras na rua]].

(Barbosa & Cochofel, 2005)

- CIP (análise de Duarte, 1992; Duarte & Gonçalves, 2001)

99) a. Eu vi os meninos a devorarem o gelado.

b. Eu vi [<sub>S<sub>ASP</sub></sub> os meninos [<sub>A<sub>SP</sub></sub> a devorarem o gelado]].

Excetuando a diferença relativa ao núcleo – um é Aspetual e o outro é um núcleo de Tempo –, as orações de infinitivo não preposicionado e de infinitivo preposicionado são estruturalmente idênticas, nesta análise. Uma vez que o traço concordância está disponível em ambas as estruturas é de prever que o Caso nominativo possa ser atribuído em ambas as estruturas. Contudo, esta previsão não se verifica. O Caso nominativo está disponível apenas no caso das orações com o infinitivo não preposicionado (cf. (100)):

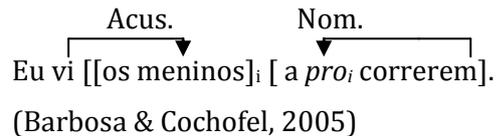
100) a. \*Eu vi *eles* a devorarem os gelados.

b. A testemunha viu *eles* tirarem-nas na rua.

(Barbosa & Cochofel, 2005)

Segundo Barbosa & Cochofel (2005), a proposta de Raposo (1989) de que a CIP é uma estrutura de controlo tem a vantagem de explicar o aparente paradoxo da atribuição Casual. As autoras referem que, com a estrutura de controlo, o Caso nominativo é atribuído pela concordância à categoria vazia *pro* e, por esse motivo, o sujeito da oração pequena tem de receber Caso de outra forma, ou seja, do verbo da oração superior (cf. (101)):

101) Estrutura de controlo:



O exemplo mostra-nos que o Caso nominativo não é atribuído ao SN *os meninos* já que este é atribuído a *pro*. Consequentemente, o SN *os meninos* recebe Caso do verbo da oração superior. Desta forma, a concordância rege e atribui Caso a *pro*, sendo este controlado pelo sujeito lexical. Uma vez que a estrutura proposta por Raposo (cf. (93)) explicita facilmente a razão de o SN não receber Caso nominativo, as autoras concluem em favor da CIP como uma construção de controlo.

O segundo argumento apresentado é referente aos sujeitos expletivos: a CIP distingue-se dos complementos infinitivos que não são preposicionados pelo facto de não admitir a ocorrência de verbos meteorológicos. Como se exemplifica a seguir:

- 102) a. \*Eu vi a chover.  
 b. Eu vi chover.

(Barbosa & Cochofel, 2005)

As autoras referem que este contraste pode ser explicado à luz da análise proposta por Raposo (1989). Nesta análise a estrutura atribuída à CIP distingue-se da estrutura atribuída à construção de infinitivo não preposicionado. O exemplo (102b) contém um complemento oracional infinitivo canónico e um sujeito expletivo *pro* regido pela categoria Flex:

- 103) Eu vi [*pro* chover].

(Barbosa & Cochofel, 2005)

Por outro lado, a estrutura atribuída à CIP é uma estrutura de controlo. Porém, no exemplo (102a) falta um antecedente capaz de controlar o sujeito nulo *pro*:

- 104) \*Vi [[SN?] [<sub>S<sub>Asp</sub></sub> a [<sub>A<sub>sp</sub></sub> *pro* chover]]]

(Barbosa & Cochofel, 2005)

Na ausência de um controlador para o sujeito foneticamente nulo, a representação não é gramatical. Conclui-se assim que a análise da CIP como uma estrutura de controlo se revela capaz de captar adequadamente estes dados.

O terceiro argumento é relativo aos sujeitos pós-verbais, que não são permitidos na CIP:

- 105) a. Eu vi entrarem três raparigas na sala.

b. Eu vi três raparigas entrarem na sala.

(Barbosa & Cochofel, 2005)

106) a. \*Eu vi a entrarem três raparigas na sala.

b. Eu vi três raparigas a entrarem na sala.

(Barbosa & Cochofel, 2005)

O infinitivo preposicionado não permite a ocorrência de um sujeito pós-verbal, apenas um sujeito pré verbal (cf. (106b)). Os exemplos de (105) recebem a seguinte representação estrutural:

107) a. Eu vi [<sub>SFlex</sub> entrarem [<sub>SV</sub> três raparigas na sala]]

b. Eu vi [<sub>SFlex</sub> três raparigas [<sub>Flex'</sub> entrarem na sala]]

(Cochofel, 2003:65)

Aplicando a proposta apresentada em (94) à análise do exemplo (106b), teremos a seguinte representação:

108) Eu vi [<sub>SAsp</sub> três raparigas [<sub>Asp'</sub> a entrarem]] na sala.

(Cochofel, 2003:65)

Estruturalmente (107b) e (108) são semelhantes sendo que a única diferença reside no núcleo da categoria funcional projetada, Flex *versus* Asp. Sendo assim, coloca-se a questão de saber por que razão um sujeito pós-verbal é apenas permitido em (105). Aplicando a análise proposta em (94) ao exemplo de (106a), obtemos a seguinte representação:

109) Eu vi [<sub>SAsp</sub> [<sub>Asp'</sub> a entrarem [<sub>SV</sub> três raparigas]] na sala.

(Cochofel, 2003:65)

Dado que a diferença encontrada (107a) e (109) se reduz à natureza do núcleo (Asp *versus* Flex) e o estatuto do sujeito pré-verbal é idêntico nos dois casos, não temos explicação para a agramaticalidade de (109).

Considere-se agora a estrutura de (106b) na análise que pressupõe que a CIP é uma estrutura de controlo:

110) Eu vi [[três raparigas] [*pro* a entrarem]] na sala.

(Barbosa & Cochofel, 2005)

Em (110), o sujeito da construção infinitiva é um *pro* que é controlado pelo SN *três raparigas* constituindo, desta forma, uma estrutura de controlo. Neste quadro, o exemplo

(106a) é agramatical pelo facto de *pro* anteceder o seu controlador, em violação do princípio C da Teoria da Ligação:

111) \*Eu vi [*cv*]<sub>i</sub> a entrarem [três raparigas]<sub>i</sub> na sala.

(Barbosa & Cochofel, 2005)

O quarto e último argumento prende-se com paralelismo existente entre a construção pseudo-relativa e os complementos infinitivos preposicionados. Este argumento é em favor de que a CIP é uma estrutura de controlo. As autoras referem que nas línguas românticas que não têm o infinitivo flexionado, as pseudo-relativas são frequentemente usadas nos mesmos contextos em que ocorre a CIP:

112) *Espanhol*:

a. Oigo las campanas sonar.

b. Oigo las campanas que suenan.

(Hernanz, 1999:2238 *apud* Barbosa & Cochofel, 2005)

113) *Italiano*:

a. Ho visto Giovanni parlare con Maria.

b. Ho visto Giovanni che parlava con Maria.

(Burzio, 1986:300 *apud* Barbosa & Cochofel, 2005)

114) *Francês*:

a. J'ai vu Marie pleurer.

b. J'ai vu Marie pleurant.

c. J'ai vu Marie qui pleurait.

(Radford, 1975:35 *apud* Barbosa & Cochofel, 2005)

Tal como nas línguas românticas que mencionámos acima também o português permite a ocorrência de pseudo-relativas com verbos percetivos:

115) Vi o teu filho que está a chorar.

(Brito, 1995 *apud* Barbosa & Cochofel, 2005)

No entanto, o português tem um estatuto diferente relativamente às outras línguas românticas, uma vez que neste não é possível que o 'antecedente' da relativa passe a sujeito ou passe a ter uma forma clítica:

116) *Passiva*:

a. Marie a été vue [ ] qui embrassait Jean. (Burzio, 1986:300 *apud* Barbosa & Cochofel, 2005)

b. Giovanni fu visto [ ] che parlava con Maria. (Burzio, 1986:300 *apud* Barbosa & Cochofel, 2005)

c. \*O teu filho foi visto que está a chorar. (Brito, 1995: 47 *apud* Barbosa & Cochofel, 2005)

117) *Cliticização*:

a. Je les vois [ ] qui arrivent. (Burzio, 1986:300 *apud* Barbosa & Cochofel, 2005)

b. Li vedo [ ] che arrivano. (Burzio, 1986:300 *apud* Barbosa & Cochofel, 2005)

c. \*Vi-o que estava a chorar. (Brito, 1995: 47 *apud* Barbosa & Cochofel, 2005)

Como podemos ver, estas operações em português não são permitidas pelas pseudo-relativas, mas com a CIP já são compatíveis:

118) a. O teu filho foi visto a chorar.

b. Vi-o a chorar.

(Barbosa & Cochofel, 2005)

Segundo as autoras, estes dados revelam que as pseudo-relativas nas restantes línguas românicas têm mais afinidades com a CIP do que com a pseudo-relativa do português. Uma vez que as pseudo-relativas são uma estrutura de controlo, é cada vez mais plausível a hipótese de analisar a CIP também como uma dessas estruturas.

Tal como Raposo (1989), as autoras também argumentam a favor de que a CIP é uma oração pequena introduzida por uma preposição:

119) a. Eu vi *as crianças felizes*.

b. Eu vi *as crianças com fome*.

c. Eu vi *as crianças a brincar*.

120) a. *Ele um imbecil?* Não acho! (Raposo, 1989:290 *apud* Barbosa & Cochofel, 2005)

b. *Eles a fumarem marijuana?* Que horror!

121) a. *Eles com febre* é um espetáculo triste.

b. *Eles a fumarem marijuana* é uma visão horrível.

122) a. O que eu vi foi [*as crianças com febre*].

b. O que eu vi foi [*as crianças a fumarem marijuana*].

(Barbosa & Cochofel, 2005)

Também a coordenação é um argumento a favor desta hipótese, uma vez que a CIP pode ser coordenada com orações pequenas introduzidas por uma preposição ou por um adjetivo:

- 123) *Os meninos doentes e ela na rua.* Que inconsciência!  
124) *A mãe doente e ela a ouvir música nas alturas!*  
125) *Ceguei a casa, vi a Maria na cama e o António a ver televisão.*  
(Barbosa & Cochofel, 2005)

Em consonância com estes argumentos, relembramos a estrutura sintática propostas por Raposo (1989):

- 126) [<sub>SP</sub> SN<sub>i</sub> [<sub>SP</sub> [<sub>p</sub> a ] [<sub>SFlex</sub> pro/PRO<sub>i</sub> Infinitivo]]

Como vimos, Raposo (1989) defende que a CIP é uma oração pequena introduzida por uma preposição; já Duarte (1992) defende que a CIP é uma projeção de um núcleo aspetual. Barbosa & Cochofel (2005) argumentam que é possível conciliar as duas posições defendendo que as preposições podem ser núcleos aspetuais. Vejamos alguns exemplos de infinitivo não preposicionado e preposicionado:

- 127) a. #Vi o pássaro morrer, mas consegui salvá-lo.  
b. Vi o pássaro a morrer, mas consegui salvá-lo.  
(Tunstall, 1993 *apud* Barbosa & Cochofel, 2005)

Como podemos constatar pelos exemplos, há uma alteração no valor aspetual dos exemplos consoante a preposição *a* está presente ou ausente. O exemplo (127a), com uma construção infinitiva simples, sem a preposição, é contraditório: o verbo ‘morrer’ infinitivo simples tem um valor télico, pelo que é contraditório afirmar que morreu, mas foi salvo. Já (127b) não é contraditório em virtude do valor aspetual progressivo da combinação *a* + INF (cf. (127b)). As autoras apresentam uma teoria da relação existente entre a categoria Preposição e o Aspeto, apoiando-se no estudo de Demirdache & Uribe-Etxebarria (1997), as quais se basearam na proposta de Klein (1995).

Demirdache & Uribe-Etxebarria (1997) sugerem que Aspeto e Tempo relacionam ambos dois tempos, ou seja, existe um paralelismo sintático entre Tempo e Aspeto, uma vez que ambos projetam categorias  $X^{\max}$  (SAsp e ST) e “podem ser decompostos estruturalmente nos seus componentes semânticos, na medida em que se assume que ambos são predicados espaço-temporais ordenando dois tempos” (Cochofel, 2003:53). Sugerem ainda que “as relações temporais e aspetuais poderão ser reduzidas a um único esquema: um núcleo de tipo preposicional que estabelece uma relação espaço-temporal

entre os dois argumentos” (Cochofel, 2003:54). Hale (1985) define estas relações com uma oposição semântica básica: coincidência central e coincidência não central. Esta proposta baseia-se no posicionamento de uma figura (*figure*) relativamente a um lugar de fundo (*ground*) e são expressas através de preposições. Quando o posicionamento da figura e do lugar de fundo coincidem, estamos perante a presença de uma coincidência central. Adotando esta proposta, as autoras Demirdache & Uribe-Etxebarria (1997) aplicam-na à análise do Tempo e do Aspeto. O aspeto progressivo é um predicado espaço-temporal que expressa uma coincidência central entre o Tempo da Asserção e o contorno temporal da situação descrita pelo verbo ou Tempo do Evento; a coincidência não central é expressa pelo aspeto perfectivo e o prospectivo. Vejamos as representações:

128) *Central Coincidence* [I // // // // F]  
 (Aspeto progressivo)

129) *Non-central Coincidence*

a. [I F] // // // //

(Aspeto perfectivo)

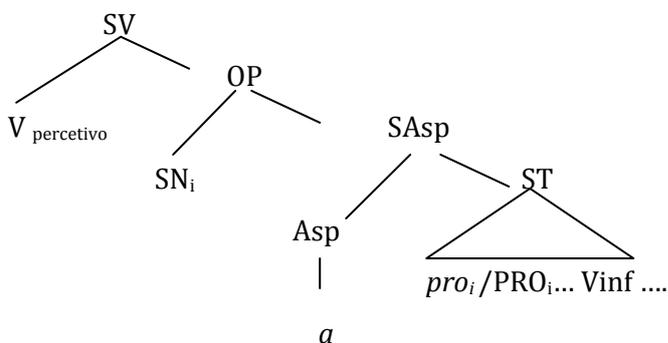
b. // // // // [I F]

(Aspeto prospectivo)

[Demirdache & Uribe-Etxebarria, 1997:27 *apud* Barbosa & Cochofel, 2005]

As autoras salientam o facto de as preposições, em várias línguas, serem usadas para expressar quer o aspeto perfectivo, quer o aspeto progressivo. Propõem também que a preposição *a* é uma preposição de coincidência não central que encabeça um SAsp, que selecciona um ST e T corresponde ao Tempo do Evento expresso pelo verbo no infinitivo. Asp situa o Tempo da Asserção e SAsp é predicado do sujeito, com o qual forma uma oração pequena. Sendo assim, temos a seguinte representação:

130)



(Barbosa & Cochofel, 2005)

Segundo Barbosa & Cochofel (2005), as preposições podem ser núcleos aspetuais, o que as leva a considerar a projeção de P um SASp, não havendo, desta forma, nenhuma incompatibilidade entre a proposta de Duarte (1992) e Raposo (1989).

## 2.5 COMPLEMENTOS DE VERBOS CAUSATIVOS/PERCETIVOS NO ALEMÃO

Nesta secção iremos abordar algumas noções básicas da gramática alemã relativamente às estruturas presentes neste estudo. Uma característica a realçar na língua alemã, e que é relevante para o nosso estudo, é o facto de o sistema pronominal alemão não incluir pronomes clíticos. A tabela 1 apresenta o sistema de pronomes pessoais da língua alemã (Duden, 2001):

número	caso	1.º p.	2.º p.	3.º p.		
				masculino	neutro	feminino
singular	nominativo	ich 'eu'	du 'tu'	er 'ele'	es	sie 'ela'
	acusativo	mich 'me'	dich 'te'	ihn 'o'	es	sie 'a'
	dativo	mir 'a mim'	dir 'a ti'	ihm 'a ele'	ihm	ihr 'a ela'
	genitivo	meiner 'de mim'	deiner 'de ti'	seiner 'dele'	seiner	ihrer 'dela'
plural	nominativo	wir 'nós'	ihr 'vós'	sie 'eles, elas'		
	acusativo	uns 'nos'	euch 'vos'	sie 'os, as'		
	dativo	uns 'a nós'	euch 'a vós'	ihnen 'a eles, a elas'		
	genitivo	unser 'de nós'	euer 'de vós'	ihrer 'deles, delas'		

Tabela 1 – Pronomes pessoais em alemão

A Tabela 1 mostra-nos que os pronomes pessoais apresentam flexão em caso (nominativo, acusativo, dativo e genitivo), número (singular e plural), pessoa (1ª a 3ª) e género (feminino, masculino e neutro).

Relativamente às estruturas relevantes do presente estudo, é de realçar, em primeiro lugar, que também em alemão os verbos percetivos e causativos se combinam com complementos infinitivos, como demonstrado nos exemplos (131a) e (131b):

- 131) a. Ich sah den Mann ins Haus hineingehen.  
eu vi o homem na casa entrar.INF

‘Eu vi o homem entrar em casa.’

b. Der Vater ließ seine Kinder ein Rieseneis essen.

o pai deixou seus filhos um gelado enorme comer.INF

‘O pai deixou os seus filhos comer um gelado enorme.’

Como o alemão não possui infinitivo flexionado, estas construções são formadas com infinitivo simples (*bare infinitive*). Destacamos, neste âmbito, o facto de, em alemão, o sujeito da oração subordinada receber sempre o Caso acusativo, razão pela qual estes complementos são tradicionalmente designados de *accusative cum infinitivo (ACI)* (Felser, 2000). No exemplo (131a), o Caso acusativo é visível na flexão do artigo *den* no sintagma nominal ‘den Mann’. Se substituirmos o SN por um pronome, teríamos de usar o pronome pessoal *ihn*.

132) Ich sah ihn ins Haus hineingehen.

eu vi o.ACU na casa entrar.INF

‘Eu vi-o entrar em casa.’

Esta construção partilha várias propriedades que identificamos em cima relativamente às construções de elevação para objeto. De facto, o alemão tal como o português possui a construção de elevação para objeto, em que o objeto da oração principal é um argumento (ou sujeito profundo) da subordinada. Sem querer entrar detalhadamente na sintaxe do alemão, realçamos o facto de, nestas construções, o argumento acusativo funcionar como o sujeito semântico do complemento infinitivo. Isto torna-se evidente, por exemplo, no facto de estas estruturas admitirem pronomes expletivos.

133) Ich sah es schneien.

eu vi EXPL nevar

‘Eu vi nevar.’

Segundo Felser (2000), o alemão coloquial (como o holandês), possui também a construção de infinitivo preposicionado com verbos de perceção, as quais têm valor aspetual progressivo. Transcreve-se, de seguida, o exemplo dado por Felser (2000):

134) *Wir haben Maria das Auto am Waschen sehen.* (Felser, 2000)

nós temos Maria o carro PREP.lavar-INF ver-INF

‘Nós vimos a Maria a lavar o carro.’

Esta construção corresponderia à CIP do português, partilhando, por exemplo, o seu valor aspetual progressivo, em oposição às construções com complemento simples. Porém, tal como admitido pela própria autora, construções como (134) são dialetais, restringindo-se ao dialeto baixo-frâncico, falado numa pequena região no noroeste da Alemanha, na fronteira com a Holanda. São claramente agramaticais na norma padrão e são rejeitadas por falantes de outros dialetos alemães. Por este motivo, não consideramos acertado afirmar que o alemão possui a construção CIP.

Em alternativa, o alemão possui sintagmas preposicionais que resultam da nominalização da forma verbal infinitiva e exprimem valor aspetual progressivo. Estas são bastante recorrentes, podendo ser consideradas as estruturas alternativas aos complementos com infinitivos simples. Correspondem à estrutura:

135) Verbo percetivo – Argumento Acusativo – Sintagma preposicional  
(Preposição *beim* + Verbo nominalizado).

136) Wir haben Maria beim Autowaschen gesehen.  
nós temos Maria PREP lavagem do carro ver.PARTICÍPIO  
'Nós temos visto a Maria na lavagem do carro.'

Neste caso, o verbo nominalizado (*Waschen* / lavar) integra uma palavra composta, na qual o primeiro elemento corresponde ao seu objeto (*Auto* / carro).



### III. AQUISIÇÃO DE UMA LÍNGUA DE HERANÇA

A língua de herança é a língua de origem de um falante com *background* migratório, que cresce com exposição à língua dominante da sociedade onde vive e à língua da família (Rothman, 2009). Isto significa que o falante de herança (FH) adquire as duas línguas em contexto bilingue. A aquisição de uma língua de herança (LH) revela, por isso, ser um caso muito particular de aquisição bilingue, devido ao tipo de exposição linguística que caracteriza os FH. Visto que a LH é falada quase exclusivamente no seio da família, o *input* a que estes falantes estão expostos é bastante reduzido e pouco variado.

Na secção seguinte iremos ver algumas formas de aquisição bilingue e as principais características do bilinguismo.

#### 3.1 AQUISIÇÃO BILINGUE

O bilinguismo é um fenómeno complexo e multifacetado. Caracteriza falantes que crescem com exposição a duas (ou mais) línguas desde a infância, contudo a quantidade e o tipo de contacto com cada uma das línguas pode variar muito de falante para falante. Consequentemente, também o nível de proficiência atingido em cada uma das suas línguas é bastante variável. Há falantes que têm níveis de proficiência semelhantes nas duas línguas, considerando dominar as duas de igual forma. Outros sentem-se mais à vontade em comunicar em uma das línguas, embora tenham conhecimento linguístico das duas. De facto, a situação mais comum é o falante bilingue desenvolver níveis de dominância diferentes nas duas línguas, sobretudo quando vive num contexto em que uma das suas línguas é a língua maioritária do seu meio ambiente (Myers-Scotton, 2006:44). Considerando a idade do primeiro contacto com as línguas em aquisição, podemos definir dois tipos de bilinguismo: o bilinguismo simultâneo (*Bilingual First Language*) e o bilinguismo sucessivo (*Bilingual Second Language Aquisition*) (Meisel, 2011). O bilinguismo simultâneo tem origem numa situação em que uma criança está exposta regularmente a duas línguas desde a nascença. Essas duas línguas são consideradas línguas primeiras (L1), uma vez que não existe uma diferença entre a exposição de cada uma delas. O bilinguismo sucessivo é referente aos falantes que adquirem primeiramente uma língua (L1) e, tempos depois, outra língua (L2); este tipo de bilinguismo pode dar-se na fase adulta ou ainda na infância, dependente da situação de cada falante.

Segundo Almeida & Flores (no prelo), o bilinguismo simultâneo ocorre em vários contextos. Uma criança pode estar em contacto com duas línguas desde a nascença e utilizar as duas línguas no quotidiano, sendo as duas línguas oficiais e de prestígio social idêntico (por exemplo o bilinguismo na Catalunha). A criança também pode crescer num

contexto de bilinguismo, estando exposta a duas línguas, mas uma delas não é uma língua oficial, ou seja, uma delas é minoritária e tende a ter pouco prestígio social. Esta situação é recorrente num contexto de imigração em que uma das línguas é língua maioritária da sociedade acolhedora e a outra é língua de origem da família imigrante, a chamada língua de herança. Se a comunidade imigrante tem forte representação num dado país acolhedor (por exemplo, a comunidade turca na Alemanha ou a comunidade portuguesa na Suíça) o contacto da criança com a língua de herança estende-se para além do núcleo familiar. Há, contudo, também casos em que a exposição à língua de herança se dá apenas no seio familiar ou por comunidades que estão pouco representadas no país de imigração. Quando isto acontece, a criança tem ainda menos exposição à língua de herança, restringindo-se este contacto apenas ao seio familiar. Estas situações constituem os casos mais frequentes de aquisição simultânea de duas línguas maternas (Genesee, Paradis e Crago, 2004). Este tipo de bilinguismo pode assumir várias formas e ocorrer em vários contextos, dependendo do suporte linguístico disponível a que os falantes estão expostos. No caso das famílias imigrantes de primeira geração, a dinâmica familiar mais comum é o uso dominante da língua origem na comunicação do dia a dia. Geralmente, entre si, os filhos (falantes de segunda geração) recorrem mais à língua maioritária. Já em famílias em que pelo menos um dos pais é de segunda geração, a língua maioritária está muito mais presente na comunicação doméstica, convivendo com a língua de herança. Existe ainda o padrão de um pai/uma língua, quando os dois pais possuem línguas maternas diferentes, dirigindo-se cada um na sua língua materna à criança.

Na verdade, existe uma grande variedade de situações de bilinguismo, o que poderá levar a uma grande variação entre as crianças bilingues simultâneas, quer na utilização das línguas, quer a nível de velocidade de aquisição ou ainda de padrões de desenvolvimento (cf. Flores et al., submetido). Em consonância com estes fatores é também importante salientar a importância da quantidade de exposição, o prestígio das duas línguas, o incentivo e o suporte social, entre outros, para o desenvolvimento bilingue. Uma das questões que já foi amplamente discutida é o facto de as crianças bilingues possuírem dois ou apenas um sistema de representação para cada língua. Os primeiros estudos, conduzidos nos anos 70, atestavam que num primeiro momento as crianças possuíam um único sistema de representação linguística (o *sistema linguístico unitário* de acordo com Volterra e Taeschner, 1978). Por outro lado, uma hipótese alternativa é a de existência de *dois sistemas linguísticos diferenciados* (Genesee, 1989; Meisel, 1989). Esta proposta defende que, logo no início do processo de aquisição, as crianças possuem representações distintas de cada língua, não passando por uma fase em que haja uma única representação para as duas línguas. Embora os dois sistemas sejam separados, isto

não quer dizer que estes são autônomos e que não haja qualquer tipo de interferência. Estudos recentes mostram que, apesar do desenvolvimento autônomo dos dois sistemas linguísticos, há uma interação entre os dois (Genesee, Paradis e Crago, 2004; Meisel, 2004). Esta interação pode assumir três formas: pode existir uma transferência linguística, um atraso ou uma aceleração do processo de aquisição. É de salientar que estas interações linguísticas fazem parte do desenvolvimento bilingue, ainda que possam ter uma duração limitada no tempo.

Apesar de desenvolverem competências linguísticas em duas línguas, muitas crianças bilingues utilizam preferencialmente uma das duas línguas. Por norma, nestes casos há uma língua que é a dominante, isto é, a língua na qual a criança se sente mais à vontade em expressar-se e a outra que só é utilizada em situações que o exijam. No extremo, a criança pode compreender mas não desenvolver competência produtiva a nível da língua não usada regularmente, situação designada de bilinguismo passivo (Almeida & Flores, no prelo).

Uma consequência do uso das duas línguas na interação diária é a produção de enunciados mistos (*codeswitching*), que não são sinal de confusão, mas sim uma estratégia a que os falantes bilingues recorrem por terem adquirido dois sistemas de representação linguística. Geralmente, a alternância de códigos é sinal de elevada proficiência linguística em ambas as línguas (Almeida & Flores, no prelo), mas também é uma estratégia usada para compensar falhas de vocabulário numa das línguas.

O bilinguismo sucessivo, por sua vez, refere-se ao processo de aquisição consecutiva de duas línguas. Este tipo de bilinguismo ocorre quando o sujeito já adquiriu ou está a adquirir uma L1 e, de seguida, é exposto a uma L2. Neste contexto de aquisição, a idade de exposição à L2 parece ser um fator determinante do desenvolvimento linguístico do falante L2. Sujeitos que são expostos a uma L2 desde a infância precoce tendem a atingir um domínio linguístico da L2 de forma semelhante a um nativo. Em oposição, um falante que se começa a ter acesso a uma L2 já em adulto terá mais dificuldade em atingir uma proficiência linguística semelhante à de um falante nativo. A questão dos bilingues simultâneos e sucessivos pode levar-nos a pensar que estes têm necessariamente competências linguísticas muito diferentes, o que nem sempre é verdade. Segundo Almeida e Flores (no prelo), estes falantes podem ter percursos de aquisição diferentes, mas competência final muito semelhante. No caso das crianças imigrantes, muitas vezes ocorre uma mudança significativa na quantidade de exposição bilingue. A L2, adquirida mais tarde (sobretudo quando a criança nasceu no país de origem), passa a ser a língua mais presente no dia a dia da criança. Muitas vezes, em fase adolescente ou adulta, o falante deixa mesmo de ter contacto com a sua L1. Nestes casos, o critério da idade da

primeira exposição deixa de ser o mais marcante no desenvolvimento da competência bilingue, sobrepondo-se à quantidade de *input*. Estes falantes de L2 têm quase a mesma competência que os falantes L1 dessa língua. Esta é a situação linguística que caracteriza muitos falantes lusodescendentes e que vamos discutir na próxima secção.

### **3.2 FALANTES DE HERANÇA**

O termo FH é usado para descrever as crianças que são originárias de famílias imigrantes, as quais são expostas à língua de origem dos pais e à língua do país de imigração (Valdés, 2001). Os FH podem ter nascido no país de origem dos pais ou podem já ter nascido no país de acolhimento, sendo, desta forma, emigrantes de segunda e, por vezes, terceira geração. Este tipo de aquisição bilingue caracteriza-se sobretudo pela divisão dos contextos de aquisição das duas línguas. A criança FH é maioritariamente exposta à língua de origem dos pais no contexto familiar e esta tem uma presença muito forte no seu quotidiano até à sua entrada no infantário ou na (pré)escola, sobretudo quando ambos os pais são emigrantes de primeira geração. Nos anos seguintes, esta exposição vai diminuindo e, com o início da escolarização, a criança vai estando mais exposta à língua da sociedade em que está inserida. Isto significa que o FH tem desde muito cedo exposição às duas línguas, condição necessária para o desenvolvimento de um conhecimento nativo dos dois sistemas linguísticos. Neste sentido, o bilinguismo de herança em nada se distingue do bilinguismo precoce, estudado intensivamente desde os inícios dos anos 80. O termo ‘falante de herança’ veio apenas destacar uma caracterização sociolinguística que o termo FH aporta (Flores, 2015). A caracterização sociolinguística relaciona-se com o facto de que, uma vez que estes falantes crescem em contexto de emigração em outro país, a língua de herança é uma língua minoritária e de menos prestígio social que a língua de acolhimento. Isto poderá ser também uma das causas que desincentive ao uso da LH fora do contexto familiar. Dependendo do país de acolhimento e da zona onde vive a família, algumas crianças de segunda geração frequentam cursos extracurriculares de ensino da língua de herança, no entanto, estes têm quase sempre carácter facultativo e são reduzidos a 2 a 3 horas por semana. Uma vez que são escolarizados na língua maioritária e que são expostos à sua L1 maioritariamente no contexto familiar, a proficiência dos falantes segunda geração a nível da sua língua de herança varia, indo de baixa a elevada. Pelo contrário, mesmo só estando expostos à língua de acolhimento a partir do momento em que entram no infantário, estes falantes tendem a atingir uma competência muito elevada na língua do país de acolhimento, tornando-se muitas vezes a sua língua dominante. Segundo Flores (2015), o termo língua de herança

designa uma língua adquirida desde a nascença, sobretudo em contexto familiar, mas que não é a língua dominante do falante bilingue.

O caso dos FH é também particular devido ao facto de terem maioritariamente acesso a variedades informais da língua de herança, uma vez que o *input* é recebido no contexto familiar. Nesta linha de pensamento, autores como Montrul (2008) e Polinsky (2006) alegam que isto possa levar ao que denominam de aquisição incompleta (*incomplete acquisition*). Segundo Silvina Montrul, “incomplete L1 acquisition occurs in childhood when, for different reasons, some specific properties of the language do not have a chance to reach age-appropriate levels of proficiency after intense exposure to the L2 begins.” (Montrul, 2008:21), ou seja, os FH não têm alta proficiência na língua de herança porque não a adquirem totalmente. Em oposição a isto, autores como Rothman (2009) e Flores (2015) defendem que este tipo de bilinguismo é apenas diferente e que a sua aquisição tem características particulares; uma delas é a falta de instrução formal nessa língua minoritária. Flores (2015) refere que “the fact that a heritage speaker uses a given structure in target-like way in a particular context is, in itself, evidence that this structure has been acquired. Otherwise the speaker would not use it.” (Flores, 2015:253). O FH precisa de exposição suficiente à língua de herança, mas necessita também de ter acesso a determinadas estruturas/propriedades que podem não estar presentes na variedade a que estão expostos. No estudo de Pires e Rothman (2009) sobre o infinitivo flexionado no Português do Brasil e no Português Europeu de herança, é referido que o infinitivo flexionado não está presente no *input* dos FH do português do Brasil (PB), uma vez que os falantes de herança só têm acesso aos dialetos coloquiais e este tipo de estruturas só são adquiridas formalmente em PB. Outro fator que também tem grande importância é o facto de a língua de herança ser a minoritária, o que quer dizer que a língua maioritária tem uma forte presença no dia a dia destes falantes, o que poderá limitar ainda mais o uso da LH. Ou seja, estes falantes poderão não ter exposição suficiente para alcançar alta proficiência linguística na língua de herança. Como resultado disso, Rothman (2009) refere que “input and use of the family language may become severely reduced in sheer quantity and modified quality, eventually affecting the children’s command of the family language compared against age-matched monolinguals and so-called balanced bilinguals.” Este caso particular de bilinguismo está ainda longe de ter um consenso entre os autores e de ser entendido em toda a sua extensão. Flores (2015) argumenta que existem três fatores que estão envolvidos na aquisição da língua de herança e que fazem com que constitua um caso particular de bilinguismo. O primeiro fator diz respeito à idade da mudança no *input* e às etapas da aquisição da linguagem, o segundo fator, ao papel que é atribuído à transferência interlinguística (entre duas ou mais

línguas, neste caso a de herança e a maioritária) e, por fim, o terceiro fator é relacionado com o tipo de *input* a que os FH são expostos (Flores, 2015:256). Em suma, a aquisição destas línguas de herança mostra que o processo de aquisição de duas línguas é influenciado não só por fatores biológicos como a idade, mas também pela quantidade e pelo tipo de *input* que o falante recebe.

Flores e Rinke (2015) ainda referem que a aquisição de uma língua de herança e o conhecimento linguístico adquirido se distingue da aquisição de uma segunda língua. Podemos dizer que os FH se aproximam de falantes de L2 pelo facto de terem contacto reduzido com a língua-alvo, mas distanciam-se na forma como adquirem uma língua, já que os FH a adquirem quase exclusivamente por exposição naturalística (Flores & Rinke, 2015). As autoras esclarecem que os fatores 'idade e contexto de aquisição' moldam, de facto, o conhecimento linguístico do ser humano.

## **IV. METODOLOGIA**

Para a elaboração deste estudo foram utilizados dois tipos de testes: uma Tarefa de Completamento e uma Tarefa de Julgamento de Gramaticalidade. Estas tarefas foram aplicadas primeiramente ao grupo de controlo e, de seguida, aos falantes do grupo experimental, residentes na Alemanha. Antes de se iniciar a recolha de dados foi solicitado o parecer da Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas (SECSH) da Universidade do Minho, que, no seu parecer (SECSH 014/2015) considerou que o projeto obedeceria aos requisitos exigidos para as boas práticas na investigação com humanos, em conformidade com as normas nacionais e internacionais que regulam a investigação em Ciências Sociais e Humanas (ver anexo G).

### **4.1 RECOLHA DE DADOS**

Os dados do grupo de controlo foram recolhidos numa aula da Universidade do Minho. Os participantes preencheram inicialmente um questionário (socio)linguístico (ver anexos C e D, respetivamente, para o questionário aplicado ao grupo de controlo e ao grupo bilingue) e, de seguida, foram-lhes dadas as tarefas para preencherem. Em primeiro lugar, preencheram a Tarefa de Completamento e, só depois de recolhida esta primeira tarefa, é que procederam à execução da Tarefa de Julgamento de Gramaticalidade. A aplicação dos testes teve uma duração de aproximadamente 40 minutos, mas não lhes era proposto, inicialmente, nenhum tempo limite.

Os dados do grupo experimental foram recolhidos na Alemanha (na zona de Frankfurt), em vários locais (uma escola, uma associação de emigrantes portugueses, na Universidade de Frankfurt e na casa dos participantes). Neste grupo, os dados foram apresentados e recolhidos pelo mesmo método do que os do grupo de controlo.

### **4.2 PARTICIPANTES**

Os participantes estão divididos em dois grupos um de controlo e outro experimental. Cada grupo é constituído por 30 falantes.

O grupo de controlo é constituído por falantes nativos de português europeu, estudantes da Universidade do Minho, com idades compreendidas entre os 18 e os 36 anos (média de idades = 20,0; DP = 3,8). Neste grupo de falantes nenhum é bilingue, nem viveu no estrangeiro por um período prolongado de tempo. Todos os falantes monolingues estão a frequentar o ensino superior e é também importante salientar que tinham um

conhecimento substancial na área da linguística, uma vez que estavam a frequentar um curso de graduação em línguas.

O grupo experimental é constituído por falantes bilingues de 2ª geração, de famílias de emigrantes portugueses, residentes na Alemanha, na zona de Frankfurt, com idades compreendidas entre os 14 e os 47 anos (média de idades = 26,3; DP = 10,6). Estes falantes têm como língua de herança o português e como língua maioritária o alemão. O questionário sociolinguístico previamente aplicado incidiu sobre questões relacionadas com o domínio e o uso das línguas, a escolarização em Portugal, o uso diário das línguas, a emigração para a Alemanha ou o nascimento lá e os regressos e vindas a Portugal (ver anexo D).

Neste grupo, 21 falantes nasceram na Alemanha, 6 nasceram em Portugal e emigraram antes dos 5 anos, sendo que os restantes emigraram com 5 e 6 anos. Quase todos os falantes têm pais portugueses, à exceção de 5 falantes (2 têm pai alemão e outros 3 têm mãe alemã). Quanto à língua falada pelos pais em casa, em 27 casos, os pais falavam apenas português e apenas 5 tiveram exposição ao português e ao alemão no contexto doméstico. Relativamente à frequência da escola em Portugal, apenas 3 dos FH (2 deles na infância e 1 na adolescência/idade (pós)pubertária) frequentaram o ensino em Portugal durante algum tempo (2 anos, 3 anos e 6 anos, respetivamente). Por sua vez, a maioria dos falantes frequentou as aulas de Língua Portuguesa na Alemanha na infância e na adolescência durante 2 a 10 anos. A disciplina de português como extracurricular não é frequentada por 16 falantes há mais de 5 anos no mínimo e no máximo há 28 anos. Temos apenas 1 falante que nunca frequentou e 9 que ainda frequentam, uma vez que ainda se encontram em idade (pós)pubertária. Quanto à autoavaliação do nível de proficiência global a português, 6 optaram por muito bom, 14 por bom, 6 por razoável e apenas 1 pelo nível fraco. Nenhum falante avaliou a sua competência a português como sendo excelente. É importante salientar que relativamente à escrita, a maioria dos falantes avaliou-se num nível fraco. No que diz respeito ao nível de alemão, 13 optaram por excelente, 11 por muito bom e apenas 3 falantes optaram pelo nível de bom. Esta diferença na avaliação global das duas línguas revela uma clara preferência pela língua alemã, na qual a grande maioria se considera mais proficiente.

A Tabela 2 apresenta os FH e as suas características individuais, tais como: a idade de emigração, as línguas dos pais (1 – só português; 2 – português e alemão), se frequentou a escola em Portugal, há quanto tempo está sem aulas de português na Alemanha e a sua autoavaliação quanto ao nível em que estão em português e em alemão.

Falante	Idade atual	Idade de emigração (em anos)	Línguas dos pais	Ensino em Portugal (em anos)	Tempo s/ aulas de português extracurricular (em anos)	Nível de português	Nível de alemão
---------	-------------	------------------------------	------------------	------------------------------	---	--------------------	-----------------

31	43	5 anos	1	0	28 anos	Bom	Excelente
32	20	0	2	0			Excelente
33	16	0	1	0	0	Muito bom	Excelente
34	23	4 anos	1	0	7 anos	Muito bom	Excelente
35	23	0	2	0		Muito bom	Excelente
36	23	5/6 anos	1	2 anos		Muito bom	Excelente
37	47	5 anos	1	0	Nunca frequentou	Bom	Excelente
38	42	3 meses	1	0	26 anos	Bom	Excelente
39	30	0	1	0	14 anos	Razoável	Excelente
40	38	0	1	0	22 anos	Razoável/Bom	Excelente
41	38	0	1	0	22 anos	Razoável	
42	38	0	1	3 anos	18 anos		
43	15	0	1	0	0	Razoável	Bom
44	15	0	1	0	0	Muito bom	Muito bom /Excelente
45	24	1 ano e 11 meses	1	0	9 anos	Bom	Muito bom
46	25	0	1	0	9 anos	Bom	Excelente
47	30	0	1	0	16 anos	Bom	Muito bom
48	38	3 meses	1	0	24 anos	Fraco	Excelente
49	19	0	1				
50	30	0	2	6 anos	8 anos	Bom	Muito bom
51	25	3 anos	1	0	9 anos	Bom	Muito bom
52	21	3 meses	1	0	5 anos	Bom	Muito bom
53	15	0	1	0	0	Bom	Muito bom
54	15	0	1	0	0	Bom	Muito bom
55	16	0	1	0	0	Bom	Bom
56	15	0	2	0	0	Razoável/Bom	Muito bom
57	15	0	1	0	0	Muito bom	Muito bom
58	33	0	1	0	17 anos	Razoável	Bom
59	41	0	1	0	25 anos	Bom	Muito bom
60	14	0	2	0	0	Bom	Excelente

Tabela 2 – Caracterização dos FH

### 4.3 TAREFAS EXPERIMENTAIS

Para a elaboração deste estudo procedemos à aplicação de duas tarefas: uma de completamento e outra de julgamento de gramaticalidade, como já tínhamos referido anteriormente.

### 4.3.1 CONDIÇÕES DAS TAREFAS

Cada tarefa é constituída por 6 condições que incluem os 3 contextos a serem testados: o contexto de infinitivo flexionado, de infinitivo simples e a construção de infinitivo preposicionado com e sem flexão de concordância. Para a Tarefa de Julgamento de Gramaticalidade houve a necessidade de subdividir e dispor as condições de forma diferente (subdividindo as condições entre pronome forte e pronome clítico).

Relativamente a cada contexto são testadas 3 pessoas gramaticais: 2ª singular, 1ª plural e 3ª plural. Estas pessoas foram combinadas e distribuídas pelos 3 contextos e variadas entre os 5 verbos que nos propusemos testar: os verbos percetivos *ver*, *ouvir* e *sentir* e os causativos *mandar* e *deixar*. Depois de testadas as tarefas experimentais decidimos incluir o contexto dos verbos de controlo, que estava nas frases-despiste, no grupo experimental. De seguida, iremos ver uma tabela resumo das condições que foram usadas, juntamente com os verbos e o nº de itens.

	<b>Condição</b>	<b>Verbos</b>	<b>Nº de itens</b>
I	V. percetivo s/ flexão	<i>ver, ouvir, sentir</i>	3
II	V. percetivo c/ flexão	<i>ver, ouvir, sentir</i>	3
III	V. causativo s/ flexão	<i>mandar, deixar</i>	3
IV	V. causativo c/ flexão	<i>mandar, deixar</i>	3
V	CIP s/ flexão	<i>ver, ouvir, sentir</i>	3
VI	CIP c/ flexão	<i>ver, ouvir, sentir</i>	3
VII	V. controlo s/ flexão	<i>aconselhar, obrigar</i>	3
VIII	V. controlo c/ flexão	<i>convencer</i>	2

Tabela 3 – Condições das tarefas e nº de itens

As condições I, II, III e IV permitem-nos analisar a variação presente neste tipo de complementos e ver a preferência de realização do sujeito (nominativo ou clítico acusativo), relacionando-o com a presença ou a ausência da flexão de concordância. Por exemplo:

- 137) a. O professor {mandou-os/deixou-os} / *eles* fazerem uns movimentos mais difíceis.  
b. A professora {viu-os/sentiu-os/ouviu-os} / *eles* falarem muito hoje.
- 138) a. O professor {mandou-os/deixou-os} /\**eles* voltar ao ensaio.  
b. O pai fica chateado com os dois irmãos, pois {viu-os/sentiu-os/ouviu-os} /\**eles* brincar àquela hora.

As condições V e VI permitem-nos testar a CIP, particularmente a aceitação do sujeito na forma nominativa.

- 139) a. O patrão viu-*as*/*\*elas* a sorrir e felizes como nunca tinha reparado antes.  
b. O patrão viu-*as*/*\*elas* a sorrirem e felizes como nunca tinha reparado antes.

Como vimos, a CIP tem a si associadas duas propriedades distintivas. Em primeiro lugar, o argumento externo, ou sujeito nocional, do verbo encaixado ocorre obrigatoriamente no Caso acusativo, independentemente da presença de flexão de concordância na forma infinitiva:

- 140) a. Eu vi-os a lerem o livro.  
b. Eu vi-os a ler o livro.  
141) a. \*Eu vi eles a lerem o livro.  
b. \*Eu vi eles a ler o livro.

Em segundo lugar, a CIP caracteriza-se por possuir um valor aspetual progressivo.

A Tarefa de Completamento contém 18 frases experimentais (3 frases por contexto, distribuídas entre os 5 verbos e as 3 pessoas gramaticais a testar: 2ª singular, 1ª plural e 3ª plural) e 10 frases-despiste. Esta tarefa contém também uma história de treino inicial com 5 frases, das quais 2 já tinham as lacunas preenchidas.

A Tarefa de Julgamento de Gramaticalidade contém 39 frases, 18 frases experimentais com pronome clítico e 18 frases experimentais com pronome forte (mais 3 frases-despiste com verbos de controlo por objeto).

### **4.3.2 DESCRIÇÃO DAS TAREFAS**

A Tarefa de Completamento consiste em preencher as lacunas que são apresentadas em 4 curtas narrativas contendo no total 18 frases experimentais e 10 frases-despiste. Cada narrativa, que relata uma situação diferente, contém entre 3 a 5 frases experimentais. O exercício inicia com uma curta narrativa que serve de treino, contendo pronomes fortes, pronomes clíticos ou distratores (neste caso, artigos). Na figura 1, é apresentado um exemplo de uma das histórias.

### História – A Família Fonseca

O João e a Maria estavam a conversar no quarto quando o pai entra. O pai fica chateado com os dois irmãos, pois viu \_\_\_\_\_ brincar àquela hora. A mãe da Maria ouviu o alarido e foi ter com os seus filhos ao quarto, aconselhando \_\_\_\_\_ a ir dormir.

No dia seguinte, a Maria dirigiu-se ao irmão e disse-lhe:

- Eu vi \_\_\_\_\_ brincares ontem, não respeitaste o que a mãe nos disse.

O irmão indignado ralhou-lhe:

- Tu também querias ir e, além do mais, se estivéssemos os dois a brincar, a mãe ia ouvir \_\_\_\_\_ a fazer barulho.

Figura 1 – Exemplo de uma das histórias da Tarefa de Completamento

A Tarefa de Julgamento de Gramaticalidade consiste num ajuizamento de 36 frases com o pronome clítico acusativo ou com o pronome nominativo (mais 3 frases-despiste com verbos de controlo por objeto). Estas frases foram retiradas da Tarefa de Completamento e o falante tinha que ajuizar a sua aceitabilidade numa escala binária com escolha entre ‘soa bem’ ou ‘soa mal’. No caso de ter assinalado a opção ‘soa mal’, era pedido ao participante que propusesse a respetiva correção. A tabela 4 apresenta um exemplo de parte da Tarefa de Julgamento de Gramaticalidade.

	Frase	Soa mal	Soa bem	Correção
1	O pai fica chateado com os dois irmãos, pois viu eles brincar àquela hora.			
2	O professor deixou-nos voltar ao ensaio, por isso temos de aproveitar.			
3	Ele ouviu-te falar comigo hoje de manhã?			
4	A professora viu tu a conversar também, e só eu é que levei raspanete.			

Tabela 4 - Exemplo de parte da Tarefa de Julgamento da Gramaticalidade

As frases foram propositadamente alternadas para que os falantes não percebessem a estrutura que estava a ser testada e respondessem espontaneamente a todos os itens propostos. Para a codificação, a frase julgada era considerada agramatical, quando os falantes propunham uma correção que incidia na estrutura-alvo. Por sua vez,

quando a correção dizia respeito ao sentido ou ao significado da frase e não à estrutura-alvo, a frase era considerada gramatical. Estes juízos de gramaticalidade permitiram-nos ver qual a estrutura que seria mais adequada naquele contexto do ponto de vista dos falantes. Há uma diferença no tipo de conhecimento ativado neste tipo de tarefas. Sendo assim, “enquanto a decisão sobre a gramaticalidade de uma determinada estrutura ativa conhecimento explícito e implícito, o exercício de correção de frases consideradas agramaticais ativa sobretudo o conhecimento explícito/metalinguístico, permitindo aferir estas duas dimensões” (Flores & Rinke, 2015:18).

#### **4.4 TRATAMENTO DE DADOS E ANÁLISE ESTATÍSTICA**

As respostas de todos os participantes nas duas tarefas acima mencionadas foram introduzidas num ficheiro excel para posterior tratamento estatístico. As respostas que não incidiam sobre nenhuma das estruturas alvo não foram contabilizadas. Na Tarefa de Completamento, os falantes completavam as lacunas com preposições e outros elementos que não eram pedidos, logo essas respostas não foram contabilizadas, assim como espaços deixados em branco. Na Tarefa de Julgamento de Gramaticalidade, o método usado foi o mesmo que na Tarefa de Completamento, à exceção de que nesta tarefa existiam mais correções de significado e que não incidiam sobre a estrutura alvo, não sendo, desta forma, contabilizadas. A análise comparativa é completada com uma análise estatística dos dados, efetuada no programa SPSS, versão 21. Para análise estatística recorreremos ao uso de testes não-paramétricos, uma vez que os principais indicadores, o teste de homogeneidade de variâncias Levene e o teste de normalidade Kolmogorov–Smirnov, contradizem o uso de testes paramétricos na maioria das condições testadas.

#### **4.5 QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO**

O nosso objetivo é verificar se FH em idade pós-pubertária usam as diversas estruturas disponíveis na gramática do PE comparando a sua proficiência linguística com a de um grupo de falantes monolíngues. Em particular, interessa-nos saber qual das construções é a mais produtiva – a construção de infinitivo flexionado ou a construção com o infinitivo simples – e em que Caso ocorre o sujeito (nominativo ou acusativo).

As nossas questões de investigação são as seguintes:

- Qual é a opção de realização do pronome preferida (nominativo / clítico acusativo) pelos falantes monolíngues de PE e como é que isto interage com a flexão de concordância?
- Os FH de PE revelam as mesmas tendências que os falantes monolíngues?

- Se não, porquê?

Assim sendo, faremos algumas predições no que concerne às nossas questões de investigação.

Relativamente à 1ª questão, a nossa hipótese é que a opção de realização do pronome preferida dos falantes monolíngues seja a forma clítica na ausência de flexão nas construções de elevação de sujeito para objeto, assim como na construção de infinitivo preposicionado. A teoria prediz que na presença de flexão de concordância não é necessária a elevação de sujeito para objeto, uma vez que estão presentes as condições necessárias para que a atribuição de Caso nominativo ocorra. Logo, o pronome clítico na forma acusativa é dispensável e, conseqüentemente, prevemos uma maior tendência para realização do sujeito nominativo. A nossa predição no que diz respeito à CIP é que a forma de realização do sujeito preferida pelos falantes seja também o pronome clítico com a ausência da flexão de concordância, dado que o Caso nominativo não é permitido nesta construção.

Quanto à 2ª questão, a nossa predição é de que os FH de PE optem mais pela forma nominativa do que os falantes monolíngues com e sem a presença de flexão de concordância. Esta hipótese relaciona-se com o facto de que os FH poderão ter um comportamento diferente dos falantes monolíngues e está relacionada com o facto de estudos prévios terem demonstrado que falantes bilingues de português e alemão apresentam uma tendência marcada para evitarem o uso de pronomes clíticos, preferindo a sua omissão (Flores, Rinke e Barbosa, 2014) ou o uso de pronomes fortes (Rinke e Flores, 2014). Esta tendência poderá ser motivada pela complexidade do sistema de pronomes clíticos do português. Por outro lado, o facto de o alemão não ter pronomes clíticos poderá reforçar esta tendência. Acresce ainda o facto de que estes falantes têm um nível muito reduzido de instrução formal em português no país de acolhimento, o que poderá manifestar-se no conhecimento que os FH têm relativamente às estruturas que são testadas neste estudo.

## V. RESULTADOS

Neste capítulo apresentamos os resultados das tarefas experimentais que foram descritas anteriormente começando pela apresentação da Tarefa de Completamento. Iremos focar, primeiro, os dois grupos experimentais em separado, passando, depois para a comparação de ambos os grupos nesta tarefa. De seguida passamos para a Tarefa de Julgamento de Gramaticalidade, tratando primeiro os resultados em separado e depois comparando os grupos novamente.

### 5.1 TAREFA DE COMPLETAMENTO

#### 5.1.1 GRUPO MONOLINGUE

Começamos por apresentar os resultados gerais referentes à escolha do tipo de pronome nas 8 condições presentes na Tarefa de Completamento. Na apresentação dos resultados optamos por mostrar sempre a percentagem de uso do **pronome clítico**. A Tabela 5 e o Gráfico 1 mostram a percentagem média de escolha do **pronome clítico** pelo grupo monolingue.

Condições	Uso do pronome clítico	Desvio-padrão
I – V. percetivo s/ flexão	95,5%	7,9
II – V. percetivo c/ flexão	89,4%	4,7
III – V. causativo s/ flexão	100,0%	0
IV – V. causativo c/ flexão	86,8%	3,5
V – CIP s/ flexão	100,0%	0
VI – CIP c/ flexão	91,7%	5,6
VII – V. de controlo s/ flexão	100,0%	0
VIII – V. de controlo c/ flexão	100,0%	0

Tabela 5 – Uso do pronome clítico no grupo monolingue (percentagem média e DP)

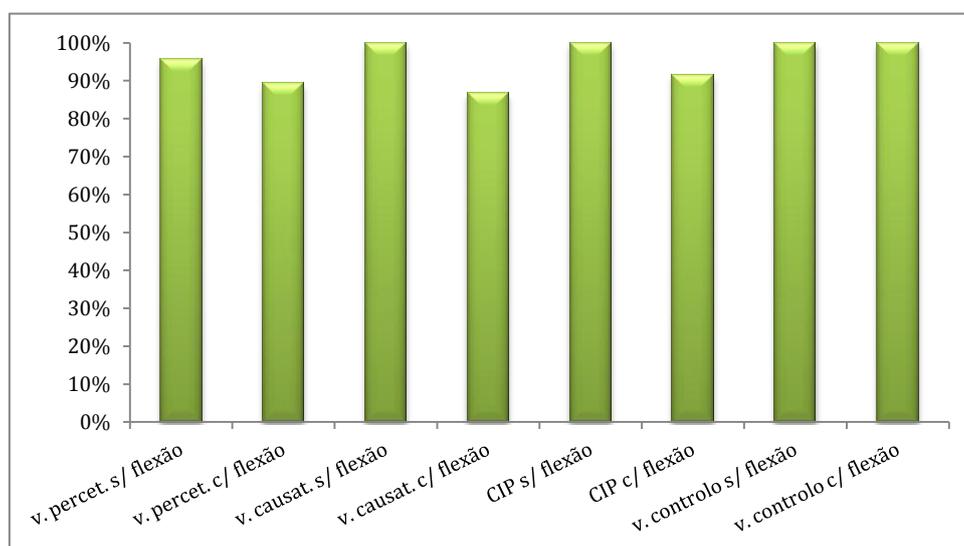


Gráfico 1 – Uso do pronome clítico no grupo monolingue

Os dados obtidos através da aplicação dos testes ao grupo de controlo são bastante conclusivos. De seguida, vamos apresentar a percentagem média das duas condições (com e sem flexão) para cada estrutura em questão, acompanhadas pelo desvio-padrão (DP). Começamos por apresentar a percentagem média das condições I (verbo percetivo s/ flexão) e III (verbo causativo s/ flexão), que são relativas à estrutura de elevação de sujeito para objeto. Os resultados mostram que os falantes monolingues de PE, de um modo geral, optam pelo uso da construção de elevação de sujeito para objeto. Como é possível constatar, as condições sem flexão (Condição I: verbo percetivo s/ flexão e a Condição III: verbo causativo s/ flexão) apresentam uma percentagem de uso de pronome clítico bastante pronunciada (Média = 97,7%; DP = 5,6).

É de realçar que os falantes monolingues de PE também optam por frases com a presença do pronome clítico e flexão. Os valores médios de uso do clítico nestas condições (Condição II: verbo percetivo c/ flexão e Condição IV: verbo causativo c/ flexão) são muito semelhantes aos das anteriores (Média = 88,1%; DP = 4,0). Isto significa que, apesar de o sujeito receber Caso nominativo, os falantes mostram uma clara preferência pelo uso da forma acusativa, contrariamente ao que seria de esperar.

Quanto à terceira construção, a CIP (Condição V: CIP s/ flexão e Condição VI: CIP c/ flexão), os resultados do teste de completamento mostram que os falantes optam também maioritariamente pelo uso do pronome clítico com e sem a presença da flexão (Média = 95,9%; DP = 5,7).

Como era esperado, a última construção, que é constituída por verbos de controlo com ou sem flexão (Condição VII: V. de controlo s/ flexão e Condição VIII: V. de controlo c/ flexão), revela um uso exclusivo do pronome clítico em detrimento do pronome forte (Média = 100%; DP= 0).

Em suma, todas as condições apresentadas revelam um valor de uso de pronome clítico bastante superior ao uso do pronome forte. No entanto, a condição IV (verbo causativo c/ flexão) é a que apresenta um valor mais baixo (86,8%) e as condições III, V, VII e VIII (verbo causativo s/ flexão, CIP s/ flexão e verbo de controlo c/ e s/ flexão, respetivamente) são as que apresentam o valor máximo (100%).

Para verificarmos se existem diferenças estatisticamente significativas entre as diferentes condições, recorreremos ao Teste de Wilcoxon (Z), um teste de *design* intra-sujeitos. Neste grupo, o teste de Wilcoxon mostra que as diferenças de produção de pronome clítico apenas são significativas entre as condições III, verbo causativo s/ flexão, e IV, verbo causativo c/ flexão ( $Z = -2,232$ ;  $p = ,026$ ). Recorreremos também ao Teste de Wilcoxon (Z) para verificarmos se existem diferenças estatisticamente significativas entre os diferentes verbos (causativos e percetivos). Neste grupo, o teste de Wilcoxon mostra

que as diferenças de produção de pronome clítico não são significativas entre os verbos causativos e percetivos (ver anexo E). É, neste ponto, evidente que os falantes monolíngues deste estudo têm como preferência o uso de construções com o pronome clítico e não o pronome forte, esteja presente a flexão de concordância ou não.

Para além dos resultados gerais obtidos por condição, vamos também analisar os resultados individuais que obtivemos por falante nesta tarefa (cf. Gráfico 2).



Gráfico 2 – Uso do pronome clítico por falante monolíngue

Como podemos constatar no Gráfico 2, o uso do pronome clítico é muito elevado em todos os falantes. No total de falantes, nesta tarefa, apenas 7 usaram o pronome forte pelo menos uma vez. O Falante 29 é o que apresenta o valor mais baixo de uso de pronome clítico (63,6%).

### 5.1.2. GRUPO BILINGUE

Nesta secção são apresentados os resultados relativos à aplicação da Tarefa de Completamento ao grupo bilingue. A Tabela 6 e o Gráfico 3 mostram os resultados gerais que obtivemos nas 8 condições que foram testadas.

Condições	Uso do pronome clítico	Desvio-padrão
I – V. percetivo s/ flexão	86,9%	13,5
II – V. percetivo c/ flexão	67,2%	8,5
III – V. causativo s/ flexão	96,2%	0,2
IV – V. causativo c/ flexão	76,4%	9,3
V – CIP s/ flexão	89,2%	3,4
VI – CIP c/ flexão	84,1%	7,2

VII – V. de controlo s/ flexão	98,0%	3,4
VIII – V. de controlo c/ flexão	100,0%	0

Tabela 6 – Uso de pronome clítico no grupo bilingue (percentagem média e DP)

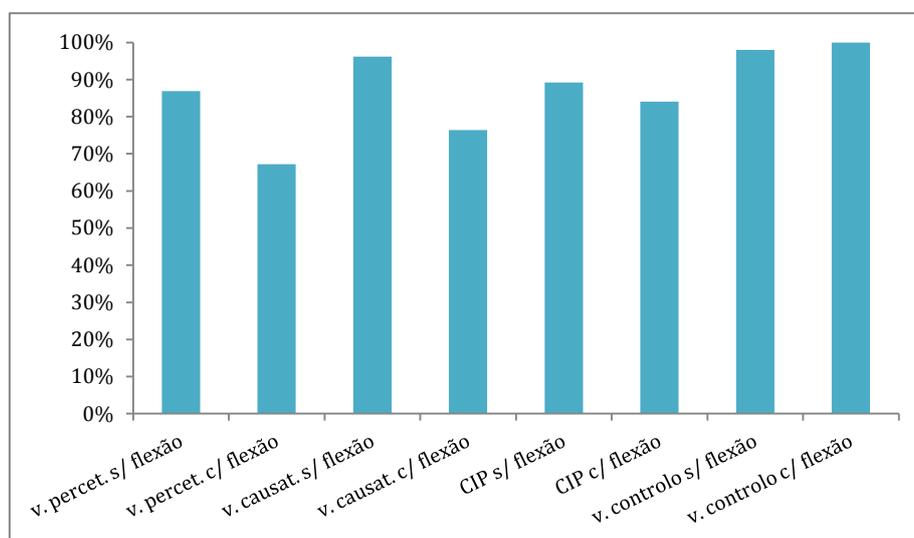


Gráfico 3 – Uso do pronome clítico no grupo bilingue

De seguida, vamos apresentar a percentagem média das duas condições (com e sem flexão) para cada estrutura em questão, acompanhadas pelo desvio-padrão. Os resultados das condições I (verbo perceptivo s/ flexão) e III (verbo causativo s/ flexão), relativas à estrutura de elevação de sujeito para objeto, mostram que os falantes bilingues presentes neste estudo, tal como os monolingues, demonstram uma clara preferência pelo uso da construção de elevação de sujeito para objeto. As condições sem flexão (Condição I: verbo perceptivo s/ flexão e a Condição III: verbo causativo s/ flexão) apresentam uma percentagem de uso de pronome clítico bastante elevada (Média = 91,5%; DP = 9,9).

Tal como os monolingues, este grupo de falantes também opta por construções com o pronome clítico na presença da flexão. Nas condições II e IV (verbo perceptivo c/ flexão e verbo causativo c/ flexão, respetivamente), os valores são também bastante expressivos (Média = 71,8%; DP = 9,4).

A terceira construção presente neste estudo, a CIP (Condição V: CIP s/ flexão e Condição VI: CIP c/ flexão), também evidencia valores muito salientes de uso do pronome clítico (Média = 86,6%; DP = 5,8). Os valores apresentados revelam que os falantes bilingues optam pelo uso do pronome clítico, independentemente de a flexão estar presente ou não. As condições VII e VIII, referentes a verbos de controlo com e sem flexão, apresentam também um valor elevado equiparando-se às restantes (Média = 98,8%; DP = 2,6).

Em síntese, podemos constatar que os falantes bilingues também optam, em larga medida, pelo pronome clítico, em oposição ao pronome forte. As condições em que isto é mais evidente são as condições III (verbo causativo s/ flexão), VII (V. de controlo s/ flexão) e VIII (V. de controlo c/ flexão) com uma percentagem de uso do pronome clítico de 96,3%, 98,9% e 100%, respetivamente. A condição que apresenta um valor inferior em relação às restantes é a condição II, que representa o verbo percetivo com flexão (67,2%).

Para verificarmos se existem diferenças estatisticamente significativas entre as diferentes condições, recorremos ao Teste de Wilcoxon (Z), um teste de *design* intra-sujeitos. Neste grupo, o teste de Wilcoxon mostra que as diferenças de produção de pronome clítico são significativas nas condições I, verbo percetivo s/ flexão, e II, verbo percetivo c/ flexão ( $Z = -2,139$ ;  $p = ,032$ ). Também as condições III, verbo causativo s/ flexão e IV, verbo causativo c/ flexão ( $Z = -2,507$ ;  $p = ,012$ ) apresentam diferenças estatisticamente significativas de produção de pronome clítico entre si. Recorremos também ao Teste de Wilcoxon (Z), para verificarmos se existem diferenças estatisticamente significativas entre os diferentes verbos (causativos e percetivos). Neste grupo, o teste de Wilcoxon mostra que as diferenças de produção de pronome clítico não são significativas entre os verbos causativos e percetivos (ver anexo F).

Para além da apresentação das médias de uso do clítico por condição, é também pertinente analisar os resultados individuais por falante nesta tarefa (cf. Gráfico 4).

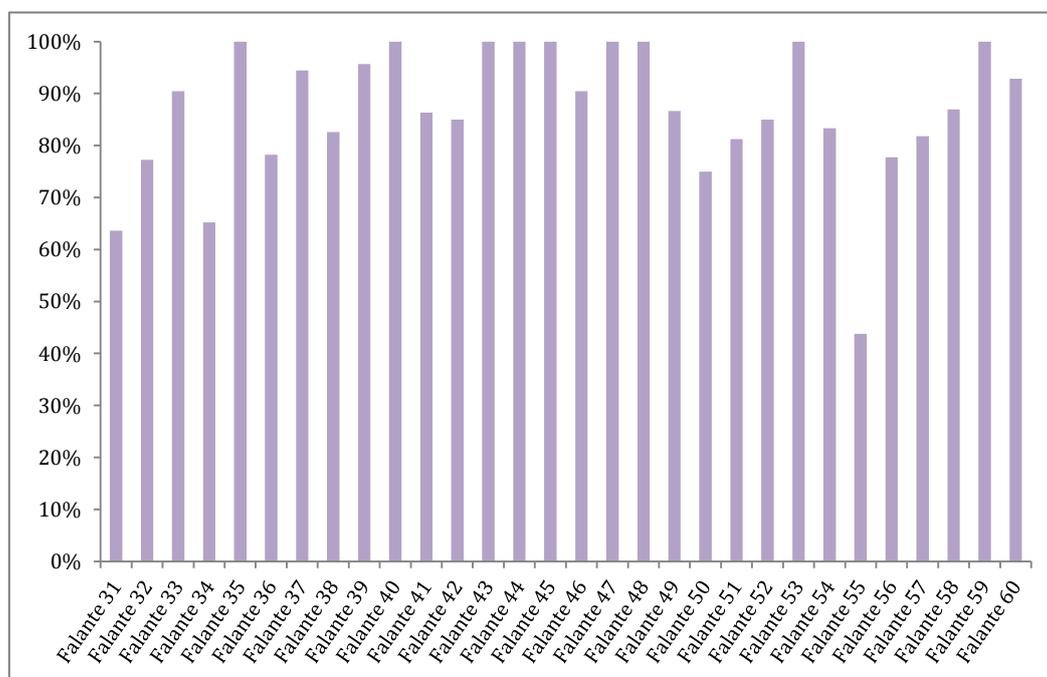


Gráfico 4 – Uso do pronome clítico por falante bilingue

Os resultados mostram que, neste grupo de falantes bilingues, o uso de pronome clítico também se apresenta bastante elevado, no entanto, há bastante mais variação do

que no grupo monolíngue. No total de falantes, 21 deles usaram o pronome forte pelo menos uma vez. O Falante 55 destaca-se neste grupo pelo facto de ser o que menos utiliza o pronome clítico (43,8%). É importante realçar que apenas 10 falantes não usaram nunca o pronome forte, optando sempre pelo uso do pronome clítico (100%).

### 5.1.3 COMPARAÇÃO DOS GRUPOS

Nesta secção vamos proceder à comparação dos resultados do grupo monolíngue e do grupo bilingue nesta tarefa. A análise comparativa é completada com uma análise estatística dos dados. Para análise estatística recorreremos ao uso de testes não-paramétricos, uma vez que os principais indicadores, o teste de homogeneidade de variâncias Levene e o teste de normalidade Kolmogorov – Smirnov, contradizem o uso de testes paramétricos na maioria das condições testadas.

Começamos por comparar a média global de uso do pronome clítico por grupo, tendo em conta todas as oito condições. No grupo monolíngue, a média de escolha do pronome clítico é de 95,83% (DP = 9,6) e no grupo bilingue de 87,35% (DP = 12,7) (veja-se também a distribuição na Caixa de Bigodes apresentada no Gráfico 5).

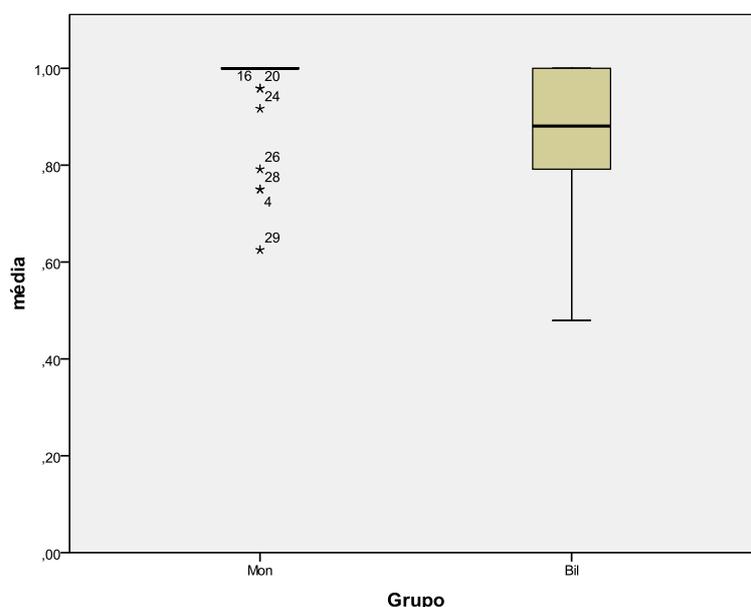


Gráfico 5 – Caixa de Bigodes: média global de uso de pronome clítico na Tarefa de Completamento

O teste de diferenças não-paramétrico Mann-Whitney mostra que a diferença entre os dois grupos relativamente à média global de escolha do tipo de pronome é muito significativa ( $U = 240,500$ ;  $p = ,001$ ). Importa, então, comparar os dois grupos nas diferentes condições da Tarefa de Completamento. O Gráfico 6 mostra a percentagem média de uso do pronome clítico por grupo e por condição.

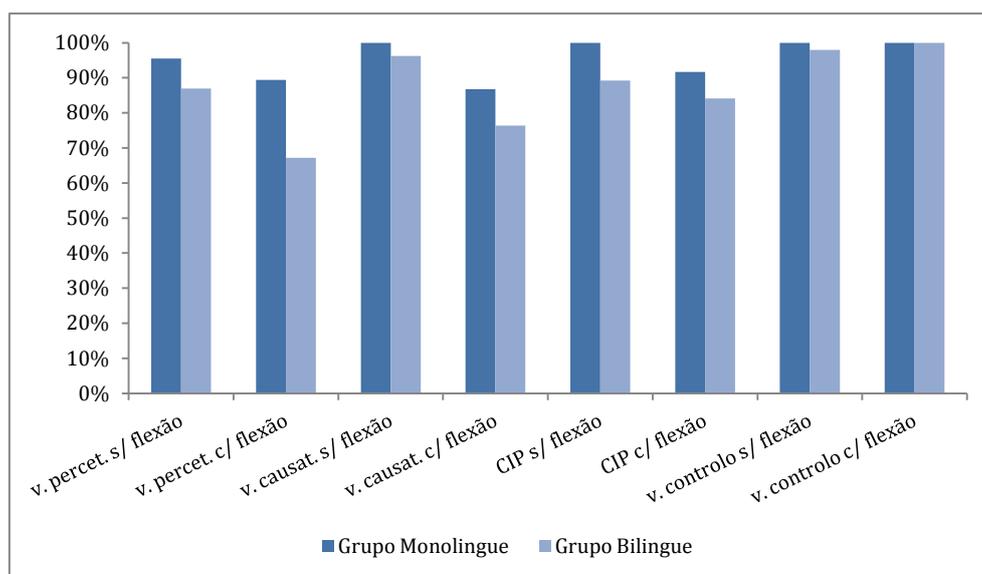


Gráfico 6 - Comparação dos grupos nas 8 condições (média de uso do pronome clítico)

Como mostra o Gráfico 6, os resultados entre ambos os grupos são muito próximos, mas as médias de escolha do pronome clítico são maioritariamente mais elevadas no grupo monolíngue. Nas condições I e III (verbo perceptivo s/ flexão e verbo causativo s/ flexão, respetivamente) os valores apresentam-se muito semelhantes entre os dois grupos. Na condição I (verbo perceptivo s/ flexão), a percentagem média no grupo monolíngue é de 95,5% (DP = 7,9) e no grupo bilingue é de 86,9% (DP = 13,5). Na condição III (verbo causativo s/ flexão), os valores são também muito semelhantes, a percentagem média no grupo monolíngue é de 100% (DP = 0) e no grupo bilingue é de 96,2% (DP = 0,2). Dois testes Mann-Whitney confirmam que a diferença entre ambos os grupos nestas duas condições não é significativa (Condição I:  $U = 334,500$ ;  $p = ,051$ ; Condição III:  $U = 420,500$ ;  $p = ,154$ ). Isto leva-nos a crer que os falantes dos dois grupos têm uma clara preferência pelo uso da construção de elevação de sujeito para objeto. Nas condições II e IV (verbo perceptivo c/ flexão e verbo causativo c/ flexão) os valores já apresentam uma ligeira diferença. Na condição II (verbo perceptivo c/ flexão), o grupo monolíngue opta em 89,4% dos contextos pelo uso do pronome clítico (DP = 4,7). Já o grupo bilingue apresenta uma percentagem média de 67,2% (DP = 8,5). Um teste não-paramétrico Mann-Whitney mostra que a diferença entre os dois grupos é significativa ( $U = 244,000$ ;  $p = ,003$ ), ou seja, os falantes bilingues optam significativamente menos pelo uso do pronome clítico do que os falantes monolíngues nesta condição. Na condição IV (verbo causativo c/ flexão), a percentagem média de uso do pronome clítico é de 86,8% (DP = 3,5) no grupo monolíngue e de 76,4% (DP = 9,3) no grupo bilingue. Um teste não-paramétrico Mann-Whitney mostra que a diferença entre os dois grupos não é significativa nesta condição ( $U = 351,000$ ;  $p = ,172$ ).

Embora a média de uso do pronome clítico nas condições com flexão seja inferior à média de uso do pronome clítico das condições sem flexão, ainda assim, estes resultados são indicativos de que os falantes de ambos os grupos optam em larga medida pelo uso do pronome clítico com flexão. Estes falantes optam pelo uso de uma construção de elevação com o infinitivo flexionado. Contudo, esta opção é mais forte no grupo monolíngue. Também nas condições V e VI (CIP s/ flexão e CIP c/ flexão) ambos os grupos apresentam valores muito elevados de uso de pronome clítico, em oposição ao pronome forte. Contudo, o grupo bilingue apresenta taxas de uso do clítico inferiores ao grupo monolíngue em ambas as condições. Na condição V (CIP s/ flexão), a percentagem média de uso do pronome clítico é de 100% (DP = 0) no grupo monolíngue e de 89,2% (DP = 3,4) no grupo bilingue. Na condição VI (CIP c/ flexão), a percentagem média de uso do pronome clítico é de 91,7% (DP = 5,6) no grupo monolíngue e de 84,1% (DP = 7,2) no grupo bilingue. Em ambas as condições, esta diferença é estatisticamente significativa (V:  $U = 345,00$ ,  $p = ,017$ ; VI:  $U = 321,00$ ,  $p = ,04$ ).

As condições VII e VIII (verbo de controlo s/ e c/ flexão) são as que apresentam o valor mais elevado das 8 condições e o valor mais semelhante entre os dois grupos. Na condição VII (verbo de controlo s/ flexão), a percentagem média de uso de pronome clítico é de 100% (DP = 0) no grupo monolíngue e de 98,0% (DP = 3,4) no grupo bilingue. Na condição VIII (verbo de controlo c/ flexão), a percentagem média de uso de pronome clítico é de 100% (DP = 0) no grupo monolíngue e de 100% (DP = 0) no grupo bilingue. Como esperado, dois testes Mann-Whitney confirmam que não existem diferenças estatísticas entre os grupos em ambas as condições (VII:  $U = 390,000$ ,  $p = ,292$ ; VIII:  $U = 405,000$ ,  $p = 1,00$ ).

Em suma, em todas as condições os falantes monolíngues apresentam maior tendência para o uso do pronome clítico. A maior diferença entre os dois grupos é verificada i) nos complementos de verbos percetivos, com flexão, e ii) nos contextos CIP, nos quais os falantes bilingues optam significativamente mais por pronomes fortes do que os falantes monolíngues (por ex.: (...) *a mãe ia ouvir nós a fazer barulho./Eu hoje sinto tu a correres de um lado para o outro*).

## 5.2 TAREFA DE JULGAMENTO DE GRAMATICALIDADE

### 5.2.1 GRUPO MONOLINGUE

Nesta subsecção vamos apresentar os resultados obtidos na Tarefa de Julgamento de Gramaticalidade, que serão divididos em duas partes. Na primeira parte será apresentada a percentagem de aceitabilidade para os itens que foram respondidos e, na segunda parte, a percentagem de propostas de correção para cada estrutura. Para esta subsecção houve a necessidade de analisar os dados e distribuí-los por 10 opções possíveis para a execução desta tarefa.

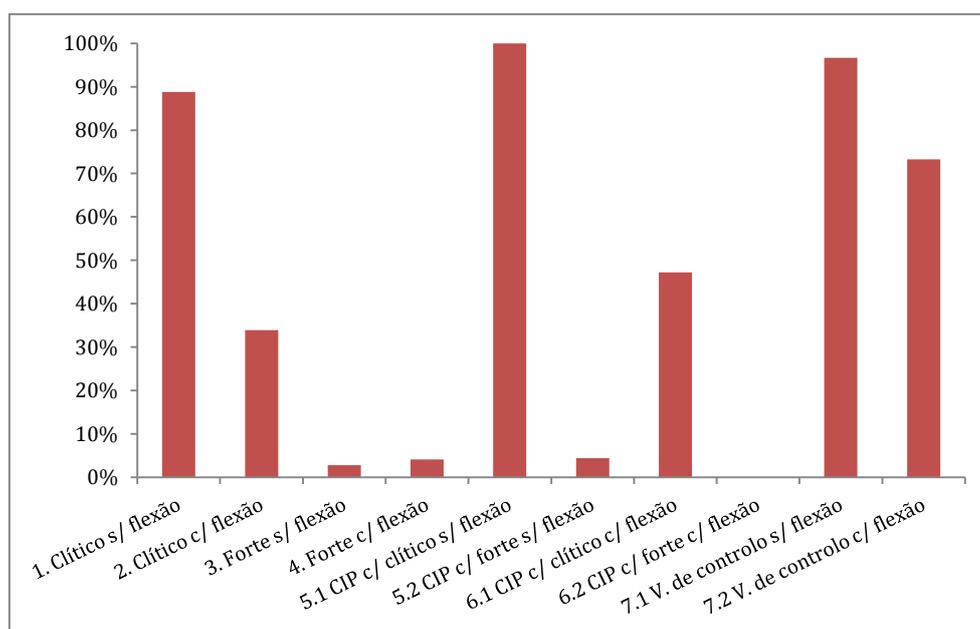


Gráfico 7 – Valores de aceitabilidade para cada estrutura no grupo monolingue

De seguida, iremos apresentar os resultados da taxa média de aceitabilidade para os itens que foram respondidos. Os resultados mostram que há uma maior discrepância de aceitação entre as condições, ou seja, algumas das condições têm valores altos de aceitação e outros valores muito baixos. As estruturas correspondentes às condições 1 (pronome clítico s/ flexão), 5.1 (CIP c/ pronome clítico s/ flexão) e 7.1 (v. de controlo s/ flexão) são as que mostram maior taxa de aceitação (88,8%; 100,0%; 96,7%), precisamente as estruturas correspondentes às condições de infinitivo não flexionado. Apenas as estruturas correspondentes à condição 6.2 (CIP c/ pronome forte c/ flexão) se revelam com uma taxa de aceitação nula (0,0%), embora as estruturas correspondentes às condições 3, 4 e 5.2 (pronome forte s/ flexão, pronome forte c/ flexão e CIP c/ pronome forte s/ flexão, respetivamente) se revelem também com valores muito inferiores em relação às restantes (2,8%; 4,1%; 4,4%, respetivamente). Relativamente à construção de elevação de sujeito para objeto, 88,8% dos falantes aceitam este tipo de estruturas, como

podemos constatar pela visualização da condição 1 (pronome clítico s/ flexão). As estruturas correspondentes à condição 2 (pronome clítico c/ flexão) apresentam valores relativamente baixos, apenas 33,9% dos falantes aceitam este tipo de estruturas. Isto significa que, apesar de os falantes monolíngues produzirem este tipo de estruturas na Tarefa de Completamento, não as aceitam da mesma forma quando as julgam na Tarefa de Julgamento de Gramaticalidade. Por sua vez, na CIP, a taxa de aceitação é muito inferior em relação às restantes condições que estão presentes neste estudo. Apenas 4,4% dos falantes aceitam o pronome forte sem flexão (condição 5.2) e nenhum falante aceita o pronome forte com flexão (condição 6.2). Estes dados sustentam as propostas teóricas que defendem que esta construção não admite que o seu argumento externo apareça no nominativo (Barbosa & Cochofel, 2005), mesmo nos casos em que a flexão de concordância está presente (por ex.: *O patrão viu-as a sorrirem e felizes como nunca tinha reparado antes*). A última construção, a dos verbos de controlo, é a que apresenta valores mais altos de aceitação. Na condição 7.1 (s/ flexão) temos 96,7% de aceitação e na condição 7.2 (c/ flexão) temos 73,3% de aceitação por parte dos falantes. Isto pode ser indicativo de que os falantes também aceitam bem este tipo de construções, quer estas tenham flexão quer não. Ainda que por uma ligeira diferença, as estruturas correspondentes à condição sem flexão (condição 7.1) são mais aceites do que as que têm flexão.

É agora pertinente passarmos à segunda parte dos resultados da Tarefa de Julgamento de Gramaticalidade. As estruturas correspondentes às condições indicadas no gráfico são as que foram propostas como correção das frases marcadas como não aceitáveis.

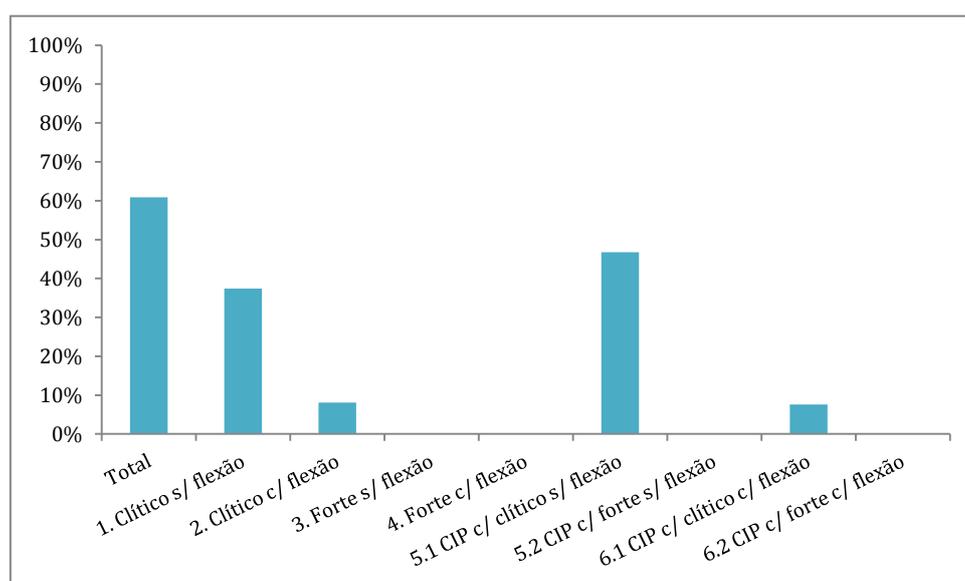


Gráfico 8 – Valor das propostas de correção para outra estrutura no grupo monolíngue

Nesta secção temos um total de 60,9% de propostas de correção para outra estrutura das frases que foram marcadas como não aceitáveis por parte dos falantes monolingues. Como podemos constatar pela visualização do Gráfico 8, temos duas estruturas que se destacam, as estruturas correspondentes às condições 1 e 5.1. Nas estruturas correspondentes à condição 1 (pronome clítico s/ flexão) recaem 37,4% das propostas de correção e nas estruturas correspondentes à condição 5.1 (CIP c/ pronome clítico s/ flexão) recaem 46,8% das propostas, ou seja, isto quer dizer que os falantes propuseram que a correção recaísse numa estrutura presente nas condições 1 e 5.1. Isto pode ser indicativo de que os falantes monolingues têm uma clara preferência pelo uso destas duas construções (elevação de sujeito para objeto e a CIP), em oposição às restantes. Visto que são estas as duas opções que mais se destacam, temos outras que apresentam valores muito inferiores relativamente às restantes, como as estruturas correspondentes às condições 2 (pronome clítico c/ flexão) e 6.1 (CIP c/ pronome clítico c/ flexão) com 8,1% e 7,6%, respetivamente. Temos ainda estruturas que nunca foram propostas como correção, como as estruturas correspondentes às condições 3 (pronome forte s/ flexão), 4 (pronome forte c/ flexão), 5.2 (CIP c/ pronome forte s/ flexão) e 6.2 (CIP c/ pronome forte c/ flexão).

Isto é indicativo de que os falantes têm uma clara preferência por dois tipos de construções: a estrutura de elevação de sujeito para objeto (estruturas correspondentes à condição 1) e a construção de infinitivo preposicionado (estruturas correspondentes à condição 5.1), ambas isentas da presença da flexão.

Na nossa última análise, vamos mostrar os resultados que foram obtidos relativamente ao cruzamento da pessoa gramatical com as estruturas com flexão de concordância (cf. Gráfico 9). Esta análise foi feita com base no julgamento da gramaticalidade das estruturas (Tarefa de Julgamento de Gramaticalidade) e nas propostas de correção deste grupo de falantes. Os resultados irão ser divididos em duas partes: na primeira, serão avaliados os resultados da aceitabilidade das estruturas associadas à pessoa e, numa segunda parte, serão avaliados os resultados relativos às propostas de correção, mais uma vez, associadas à pessoa gramatical.

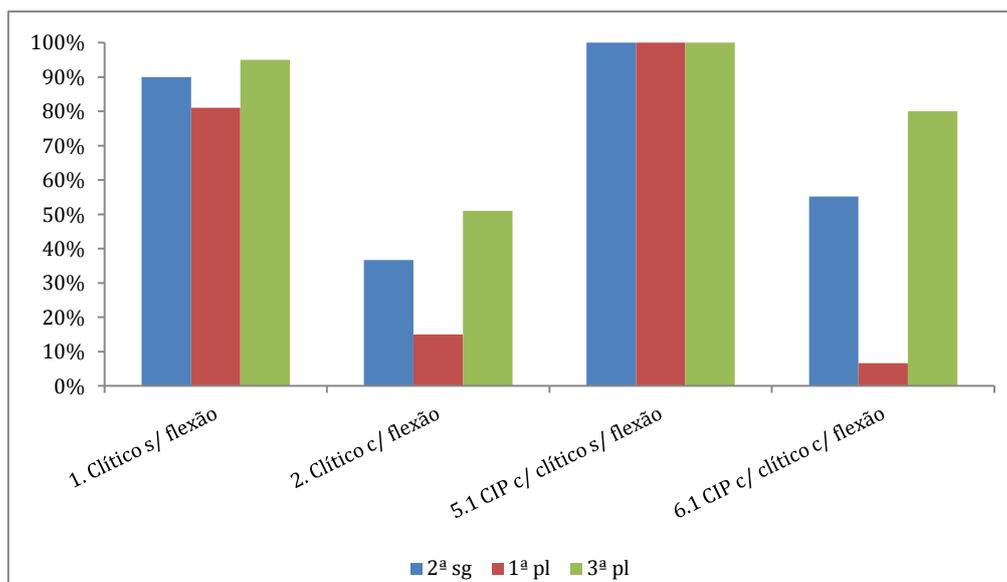


Gráfico 9 - Valores de aceitabilidade de cada pessoa gramatical para cada estrutura no grupo monolíngue

O Gráfico 9 apresenta três barras (uma azul, outra vermelha e outra verde) relativas à aceitabilidade de cada pessoa gramatical associada a cada estrutura. O que nos interessa aqui mostrar é o cruzamento da pessoa gramatical com as estruturas com flexão de concordância correspondentes às condições 2 (pronome clítico c/ flexão) e 6.1 (CIP c/ pronome clítico c/ flexão). As condições 1 (pronome clítico s/ flexão) e 5.1 (CIP c/ pronome clítico s/ flexão) serão abordadas apenas como ponto de referência para as estruturas em análise. Como podemos constatar pela visualização do Gráfico 9, a 3ª pessoa do plural é a que tem maior taxa de aceitabilidade nas condições 2 (pronome clítico c/ flexão) e 6.1 (CIP c/ pronome clítico c/ flexão), a 2ª pessoa do singular apresenta-se também com um valor bastante elevado, sendo que a 1ª pessoa do plural possui um valor inferior às restantes (Condição 2 - 2ª sg.: 36,7%; 1ª pl.: 15%; 3ª pl.: 51%. Condição 6.1 - 2ª sg.: 55,2%; 1ª pl.: 6,7%; 3ª pl.: 80%). A existência de uma diferença entre a 3ª pessoa e as restantes em contextos de elevação para objeto na presença da flexão de concordância foi já observada em Hornstein, Martins & Nunes (2008).

Nas estruturas correspondentes à condição 1 (pronome clítico s/ flexão), é também a 3ª pessoa a que possui uma taxa superior de aceitabilidade, seguindo-se a 2ª pessoa do singular e a 1ª pessoa do plural, tendo ambas valores semelhantes e próximos com a taxa de aceitabilidade da 3ª pessoa do plural (2ª sg.: 90%; 1ª pl.: 81%; 3ª pl.: 95%). Nas estruturas correspondentes à condição 5.1 (CIP c/ pronome clítico s/ flexão), as taxas de aceitabilidade são equivalentes para as três pessoas gramaticais (2ª sg, 1ª pl e 3ª pl: 100%).

Agora passamos à apresentação dos resultados da análise das propostas de correção de cada falante. Como já foi referido em cima, as estruturas em análise são as estruturas correspondentes às condições 2 (pronome clítico c/ flexão) e 6.1 (CIP c/ pronome clítico c/ flexão), mas irão também ser apresentadas as estruturas correspondentes às condições 1 (pronome clítico s/ flexão) e 5.1 (CIP c/ pronome clítico s/ flexão) como ponto de referência (cf. Gráfico 10).

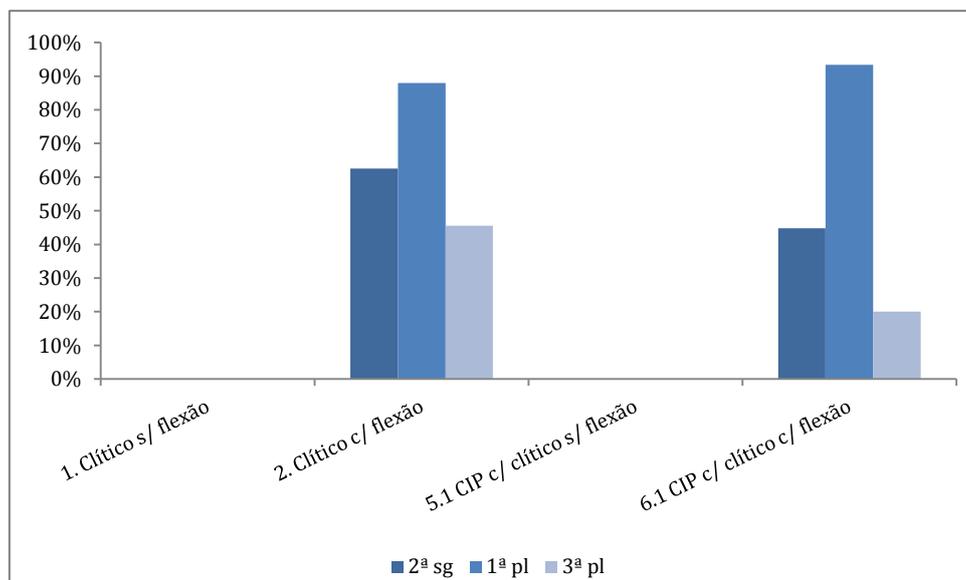


Gráfico 10 - Valores das propostas de correção para outra estrutura associados à pessoa gramatical no grupo monolingue

O Gráfico 10 apresenta três colunas (em tons de azul) relativas a cada pessoa gramatical a que foi retirada a flexão, no que diz respeito a cada estrutura. Nas estruturas correspondentes às condições 2 (pronome clítico c/ flexão) e 6.1 (CIP c/ pronome clítico c/ flexão) foi analisado o facto de os falantes retirarem ou não a flexão em cada estrutura. Por sua vez, nas condições 1 (pronome clítico s/ flexão) e 5.1 (CIP c/ pronome clítico s/ flexão), foi analisado o facto de os falantes colocarem ou não a flexão em cada estrutura, como ponto de referência para as estruturas analisadas. Como podemos constatar pela visualização do Gráfico 10, a pessoa gramatical em que mais se verifica a opção pela omissão da flexão de concordância nas condições 2 (pronome clítico c/ flexão) e 6.1 (CIP c/ pronome clítico c/ flexão) é a 1ª pessoa do plural, seguindo-se a 2ª do singular e, com o valor inferior, a 3ª pessoa do plural (Condição 2 – 2ª sg.: 62,5; 1ª pl.: 88%; 3ª pl.: 45,5%. Condição 6.1 – 2ª sg.: 44,8%; 1ª pl.: 93,3%; 3ª pl.: 20%).

É importante salientar que grande parte dos falantes que retirou a flexão de concordância na condição 2 (pronome clítico c/ flexão), também optou por acrescentar a preposição *a*, mostrando uma preferência pela construção de infinitivo preposicionado. Neste grupo, nenhum dos falantes colocou a flexão na proposta de correção nas condições

1 (pronome clítico s/ flexão) e 5.1 (CIP c/ pronome clítico s/ flexão). Como era de prever, os resultados desta segunda parte completam os da primeira, uma vez que são equivalentes. Relembremos que a pessoa gramatical com taxa superior de aceitabilidade nas condições 2 (pronome clítico c/ flexão) e 6.1 (CIP c/ pronome clítico c/ flexão) era a 3ª pessoa do plural; por isso, faz todo o sentido que, nesta segunda parte, seja uma das outras duas pessoas (1ª plural ou 2ª singular) a que tem uma taxa superior de sugestões de omissão da flexão. Os falantes retiram a flexão porque têm dificuldade em aceitar a 1ª pessoa do plural (as restantes pessoas também, mas com uma taxa inferior) na presença da flexão de concordância.

### 5.2.2 GRUPO BILINGUE

Nesta subsecção vamos proceder à análise da primeira parte desta Tarefa de Julgamento de Gramaticalidade aplicado ao grupo bilingue. O Gráfico 11 mostra as percentagens de aceitabilidade para os itens que foram respondidos. Numa segunda parte iremos apresentar a percentagem de propostas de correção para cada estrutura.

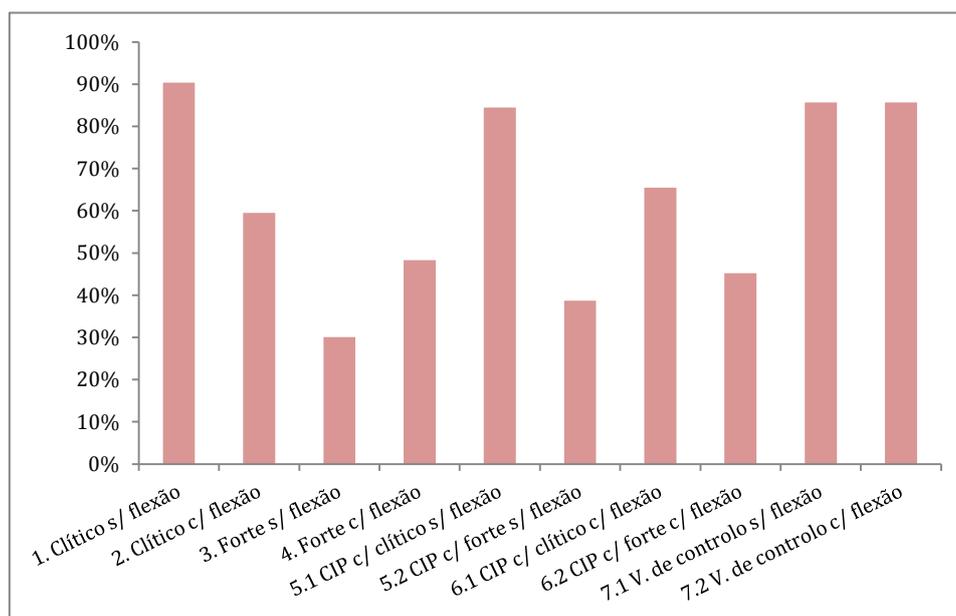


Gráfico 11 - Valores de aceitabilidade para cada estrutura no grupo bilingue

Os resultados neste grupo mostram que há uma disparidade entre as condições. As estruturas correspondentes às condições 1 (pronome clítico s/ flexão), 5.1 (CIP c/ pronome clítico s/ flexão), 7.1 (v. de controlo s/ flexão) e 7.2 (v. de controlo c/ flexão) são as que apresentam uma taxa superior de aceitação (90,4%; 84,5; 85,7% e 85,7%, respetivamente). Em contrapartida, as estruturas correspondentes às condições 3 (pronome forte s/ flexão) e 5.2 (CIP c/ pronome forte s/ flexão) são as que apresentam

uma taxa inferior de aceitação (30,1% e 38,7%, respetivamente). A construção de elevação de sujeito para objeto é aqui aceite com um valor bastante elevado, como podemos constatar pelos valores de aceitação da condição 1 (90,4%). Quanto à condição com pronome clítico e com flexão (condição 2), esta tem uma taxa de aceitação de 59,5%. Isto é indicativo de que a maioria dos falantes aceita a elevação de sujeito para objeto na presença da flexão. Quanto à CIP, os valores são equivalentes entre si: 38,7% dos falantes aceitam o pronome forte sem flexão (condição 5.2) e 45,2% dos falantes aceita o pronome forte com flexão (condição 6.2). Assim, verifica-se que há uma taxa superior de aceitação da CIP com flexão do que da estrutura equivalente sem flexão. Ainda assim é pertinente dizer que os valores não diferem muito. Por sua vez, a construção com verbos de controlo (condições 7.1 e 7.2) apresenta valores muito elevados de aceitabilidade (85,7%) (quer o infinitivo esteja flexionado ou não). Isto leva-nos a crer que os falantes distinguem as estruturas de controlo da CIP.

Iremos agora passar à segunda parte da análise dos resultados da Tarefa de Julgamento de Gramaticalidade. O Gráfico 12 mostra a percentagem de propostas de correção para outra estrutura apresentada pelos falantes bilingues. As estruturas correspondentes às condições indicadas no gráfico são as que foram propostas como correção das frases marcadas como não aceitáveis.

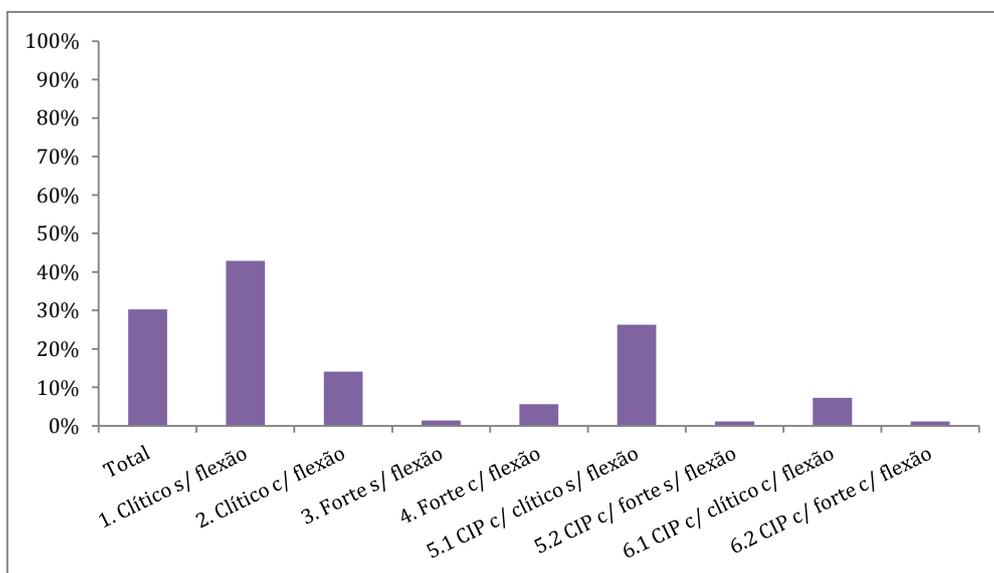


Gráfico 12 – Valor das propostas de correção para outra estrutura no grupo bilingue

Nesta segunda parte dos resultados temos um total de 30,3% de propostas de correção para outra estrutura das frases marcadas como não aceitáveis por parte dos falantes bilingues. Como podemos constatar pela visualização do Gráfico 12, temos duas estruturas que se destacam como alvo de correção, as estruturas correspondentes às condições 1 e 5.1. Na estrutura pronome clítico s/ flexão recaem 42,9% das propostas de

correção e na estrutura CIP c/ pronome clítico s/ flexão recaem 26,3% das propostas. O facto de que a maioria das propostas recair nestas estruturas é indicativo de que as estruturas correspondentes a estas duas condições são as preferidas por este grupo de falantes. Os resultados mostram que temos três estruturas com valores muito inferiores (pronome clítico c/ flexão: 14,1%; pronome forte c/ flexão: 45,6% e CIP c/ pronome clítico c/ flexão: 7,3%, respetivamente). As restantes estruturas foram opção, mas apenas para 1,1% dos itens corrigidos (pronome forte s/ flexão, CIP c/ pronome forte s/ flexão e CIP c/ pronome forte c/ flexão). Mais uma vez, podemos constatar que os falantes têm uma clara preferência pela construção de elevação de sujeito para objeto e pela construção de infinitivo preposicionado.

Na nossa última análise, vamos mostrar os resultados que foram obtidos relativamente ao cruzamento da pessoa gramatical com as estruturas com flexão de concordância (cf. Gráfico 13). Esta análise foi feita com base no julgamento da gramaticalidade das estruturas (Tarefa de Julgamento de Gramaticalidade) e nas propostas de correção deste grupo de falantes. Os resultados irão ser divididos em duas partes: na primeira, será avaliado os resultados da aceitabilidade das estruturas associadas à pessoa e, numa segunda parte, serão avaliados os resultados relativos às propostas de correção, mais uma vez, associadas à pessoa gramatical.

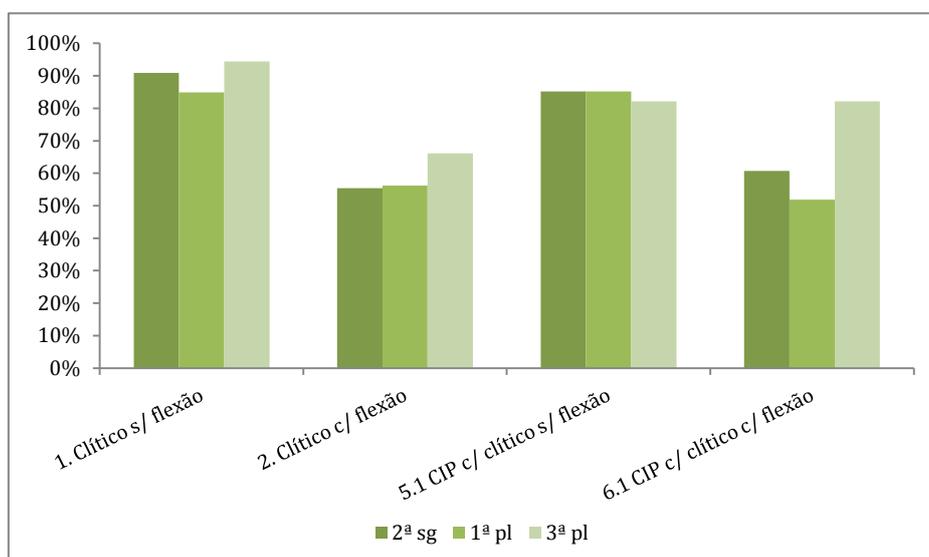


Gráfico 13 - Valores de aceitabilidade de cada pessoa gramatical para cada estrutura no grupo bilingue

O Gráfico 13 apresenta três barras (em tons de verde) relativas à aceitabilidade de cada pessoa gramatical associada a cada estrutura. O que nos interessa aqui mostrar é o cruzamento da pessoa gramatical com as estruturas com flexão de concordância correspondentes às condições 2 (pronome clítico c/ flexão) e 6.1 (CIP c/ pronome clítico c/ flexão). As condições 1 (pronome clítico s/ flexão) e 5.1 (CIP c/ pronome clítico s/

flexão) serão abordadas apenas como ponto de referência para as estruturas em análise. Como podemos constatar pela visualização do Gráfico 13, a pessoa gramatical com uma taxa superior de aceitabilidade nas condições 2 (pronome clítico c/ flexão) e 6.1 (CIP c/ pronome clítico c/ flexão) é a 3ª pessoa do plural, tendo a 2ª pessoa do singular e a 1ª pessoa do plural valores semelhantes entre si (Condição 2 – 2ª sg.: 55,4%; 1ª pl.: 56,2%; 3ª pl.: 66,1%. Condição 6.1 – 2ª sg.: 60,7%; 1ª pl.: 51,9%; 3ª pl.: 82,1%). É também importante salientar que a pessoa gramatical menos aceita neste grupo é a 2ª pessoa do singular na condição 2 (pronome clítico c/ flexão) e a 1ª pessoa do plural na condição 6.1 (CIP c/ pronome clítico c/ flexão). A taxa de aceitabilidade da 3ª pessoa do plural é também superior às restantes na condição 1 (pronome clítico s/ flexão) e na condição 6.1 (CIP c/ pronome clítico c/ flexão). Como referimos anteriormente, estes resultados estão, grosso modo, em consonância com a ideia de que, na presença da flexão, a 3ª pessoa do plural é mais aceite do que as restantes (Hornstein, Martins & Nunes, 2008).

Passamos agora à apresentação dos resultados obtidos na análise das propostas de correção de cada falante. Como já foi referido em cima, as estruturas em análise são as estruturas correspondentes às condições 2 (pronome clítico c/ flexão) e 6.1 (CIP c/ pronome clítico c/ flexão), mas irão também ser apresentadas as estruturas correspondentes às condições 1 (pronome clítico s/ flexão) e 5.1 (CIP c/ pronome clítico s/ flexão) como ponto de referência (cf. Gráfico 14).

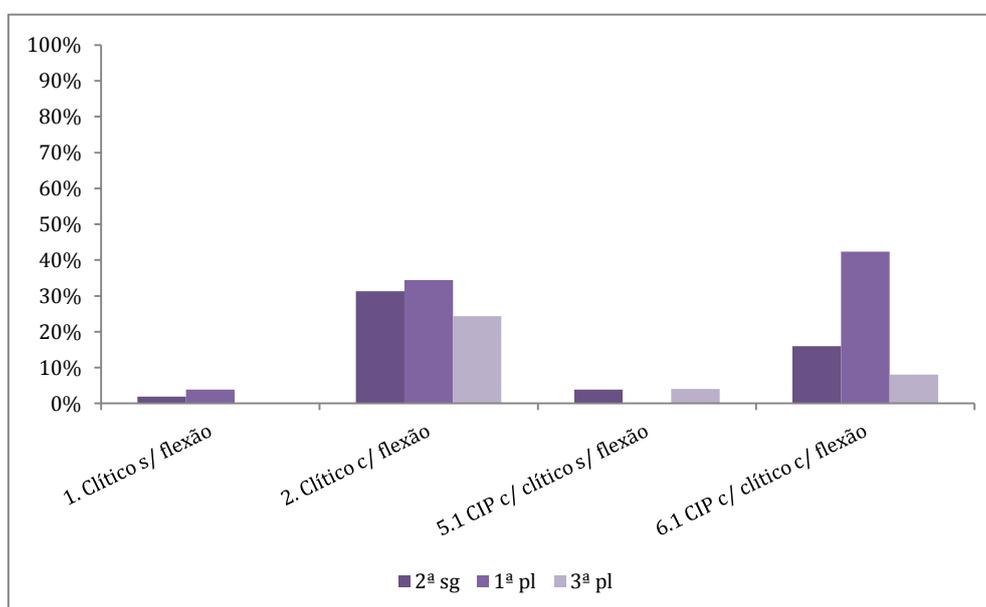


Gráfico 14 - Valores das propostas de correção para outra estrutura associados à pessoa gramatical no grupo bilingue

O Gráfico 14 apresenta três colunas (em tons de roxo) relativas a cada pessoa gramatical a que foi retirada a flexão, por condição. Nas estruturas correspondentes às condições 2 (pronome clítico c/ flexão) e 6.1 (CIP c/ pronome clítico c/ flexão), foi

analisada a tendência para os falantes retirarem ou não a flexão em cada estrutura. Por sua vez, nas estruturas correspondentes às condições 1 (pronome clítico s/ flexão) e 5.1 (CIP c/ pronome clítico s/ flexão), foi analisada a tendência para os falantes colocarem ou não a flexão em cada estrutura, como ponto de referência para as estruturas analisadas.

Como podemos constatar pela visualização do Gráfico 14, a pessoa gramatical a que é mais frequentemente retirada a flexão de concordância é a 1ª pessoa do plural, seguindo-se a 2ª do singular e, com a taxa mais baixa, a 3ª pessoa do plural (Condição 2 – 2ª sg.: 31,3%; 1ª pl.: 34,5%; 3ª pl.: 24,4%. Condição 6.1 – 2ª sg.: 16%; 1ª pl.: 42,3%; 3ª pl.: 8%). É importante salientar que uma pequena parte dos falantes que retirou a flexão de concordância na condição 2 (pronome clítico c/ flexão) também optou por acrescentar a preposição *a*, mostrando uma preferência pela construção de infinitivo preposicionado.

Nas estruturas correspondentes à condição 1 (pronome clítico s/ flexão), uma percentagem muito reduzida de falantes colocou a flexão na 1ª do plural e na 2ª do singular (2ª sg.: 1,9%; 1ª pl.: 3,8%; 3ª pl.: 0%) e nas estruturas correspondentes às condições 5.1 (CIP c/ pronome clítico s/ flexão) também uma percentagem reduzida colocou a flexão na 2ª pessoa do singular e 3ª pessoa do plural (2ª sg.: 3,8%; 1ª pl.: 0%; 3ª pl.: 4%). Como era de prever, os resultados desta segunda parte completam os da primeira, uma vez que são complementares. Os falantes retiram a flexão porque têm dificuldade em aceitar a 1ª pessoa do plural (as restantes pessoas também, mas com uma taxa inferior) na presença da flexão de concordância.

### **5.2.3. COMPARAÇÃO DOS GRUPOS**

Nesta secção vamos proceder à comparação dos resultados do grupo monolingue e do grupo bilingue na Tarefa de Julgamento de Gramaticalidade. Como na análise da Tarefa de Completamento, serão aplicados testes não-paramétricos por não se verificar homogeneidade de variância nem distribuição normal dos dados. Vamos começar com a primeira parte, que é relativa à aceitabilidade dos itens respondidos e, posteriormente, procederemos à análise da segunda parte dos resultados que diz respeito à percentagem de propostas de correção para outra estrutura.

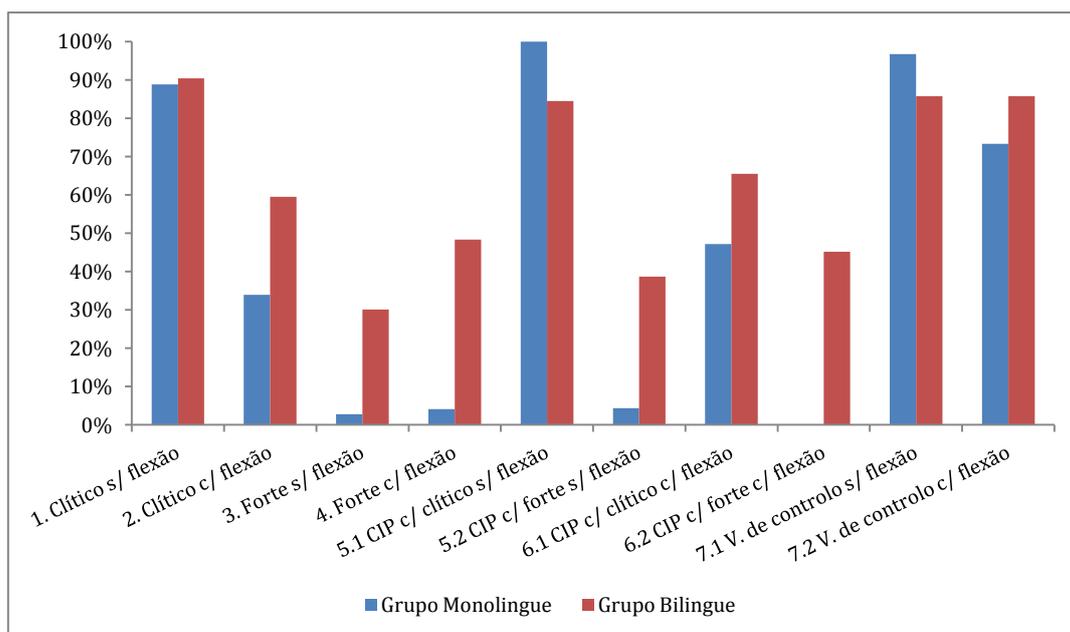


Gráfico 15 – Valores de aceitabilidade de ambos os grupos

O Gráfico 15 mostra duas barras de cores diferentes referentes à aceitabilidade dos itens respondidos em cada grupo (GM: 1 barra azul; GB: 1 barra vermelha). Como podemos constatar pela visualização do Gráfico 15, os valores de aceitabilidade dos dois grupos são semelhantes na maioria das condições. Na condição 1 (pronome clítico s/ flexão), os valores de aceitação da construção sem flexão com pronome clítico são muito semelhantes entre os dois grupos (GM: 88,8%; GB: 90,4%). Um teste Mann-Whitney mostra que os grupos não diferem estatisticamente nesta condição ( $U = 367,500$ ;  $p = ,352$ ). Isto leva-nos a crer que os falantes dos dois grupos têm uma preferência clara pelo uso da construção de elevação de sujeito para objeto.

Na condição 2 (pronome clítico c/ flexão), os valores de ambos os grupos já apresentam uma diferença entre si (GM: 33,9%; GB: 59,5%). Um teste Mann-Whitney confirma que esta diferença é estatisticamente significativa ( $U = 239,500$ ,  $p = ,004$ ). Estes resultados mostram que, em geral, os falantes monolíngues não aceitam o uso do pronome clítico com flexão na maioria dos contextos, em oposição aos falantes bilingues, que o aceitam em parte.

Nas estruturas correspondentes às condições 5.2 e 6.2 (CIP c/ pronome forte s/ flexão e c/ flexão), os valores já apresentam uma diferença significativa entre si (GM: 4,4% e 0%; GB: 38,7% e 45,2%, respetivamente). Os falantes do grupo bilingue aceitam esta construção no nominativo muito mais do que os falantes monolíngues, uma vez que a taxa de aceitabilidade destes é (quase) nula. Os testes Mann-Whitney confirmam que a diferença entre ambos os grupos é muito significativa nas duas condições (5.2:  $U = 168,000$ ,  $p = ,000$ ; 6.2:  $U = 150,000$ ,  $p = ,000$ ). Ainda sobre esta construção (5.2: CIP c/

pronome forte s/ flexão), é importante referir que a condição equivalente com clítico (5.1: CIP c/ pronome clítico s/ flexão) é a que apresenta maiores valores de aceitabilidade por parte dos falantes dos dois grupos (GM: 100%; GB: 84,5%). Mesmo assim, no que diz respeito à condição 5.1 (CIP c/ pronome clítico s/ flexão) a diferença entre ambos os grupos é significativa ( $U = 315,000$ ,  $p = ,004$ ). Esta diferença é significativa porque para além de, a taxa de aceitação nos falantes bilingues ser elevada (84,5%), é menor do que nos falantes monolíngues, uma vez que estes a aceitam em 100% dos casos.

Quanto às estruturas correspondentes às condições de verbos de controlo com e sem flexão (condições 7.1 e 7.2), podemos dizer que são as segundas condições com valores mais altos de aceitação (GM: 96,7% e 73,3%; GB: 85,7%, em ambas as condições). Ambos os grupos aceitam, em larga medida, estas duas condições, embora no caso do grupo monolíngue, a condição mais aceite seja aquela em que a flexão não está presente. Os grupos não diferem estatisticamente em nenhuma destas condições (7.1:  $U = 356,000$ ,  $p = ,096$ ;  $U = 368,000$ ,  $p = ,249$ ).

As estruturas correspondentes às condições 3 (pronome forte s/ flexão) e 4 (pronome forte c/ flexão) mostram uma diferença significativa entre os grupos. Na condição 3 (pronome forte s/ flexão), os valores de aceitação no grupo monolíngue são bastante inferiores aos do grupo bilingue (GM: 2,8%; GB: 30,1%). De acordo com a teoria, as estruturas correspondentes à condição 3 (pronome forte s/ flexão) seriam agramaticais e o que este estudo demonstra é que, de um modo geral, os falantes não aceitam este tipo de estruturas. Na condição 4 (pronome forte c/ flexão), os valores de aceitação mostram uma ligeira diferença entre esta e a estrutura anterior (GM: 4,1; GB: 48,3%). Estes resultados mostram que o grupo monolíngue, de um modo geral, não aceita este tipo de estruturas. Já no grupo bilingue, metade dos falantes mostra aceitar este tipo de construções.

As estruturas correspondentes às condições 5.1 (CIP c/ pronome clítico s/ flexão) e 6.1 (CIP c/ pronome clítico c/ flexão) apresentam uma diferença significativa entre si. Na condição 5.1 (CIP c/ pronome clítico s/ flexão), a taxa de aceitação é bastante alta em ambos os grupos (GM: 100%; GB: 84,5%). Quanto à condição 6.1 (CIP c/ pronome clítico c/ flexão), os resultados mostram que estas estruturas também apresentam uma taxa de aceitação alta por parte dos falantes de ambos os grupos (GM: 47,2%; GB: 65,5%).

Em suma:

1. Os falantes dos dois grupos têm preferência pelo uso da construção de elevação de sujeito para objeto;

2. A taxa de aceitação de elevação na presença da flexão é muito mais baixa do que a equivalente sem flexão, mas o grupo bilingue mostra maior tendência para aceitar este tipo de construção do que o grupo monolíngue;
3. Relativamente às condições 5.2 e 6.2 (CIP c/ pronome forte s/ flexão e CIP c/ pronome forte c/ flexão, respetivamente), os falantes do grupo bilingue revelam valores de aceitabilidade significativamente mais altos do que os falantes monolíngues;
4. Relativamente às condições 7.1 e 7.2 (v. de controlo s/ e c/ flexão, respetivamente), ambos os grupos aceitam em larga margem estes dois contextos, mas, no caso do grupo monolíngue, o contexto mais aceite é aquele em que a flexão não está presente.

Vamos agora proceder à análise da segunda parte dos resultados desta Tarefa de Julgamento de Gramaticalidade, que diz respeito às tendências evidenciadas nas propostas de correção para cada estrutura (cf. Gráfico 16). De seguida, vão ser apresentadas as frases que não foram aceites por parte dos falantes.

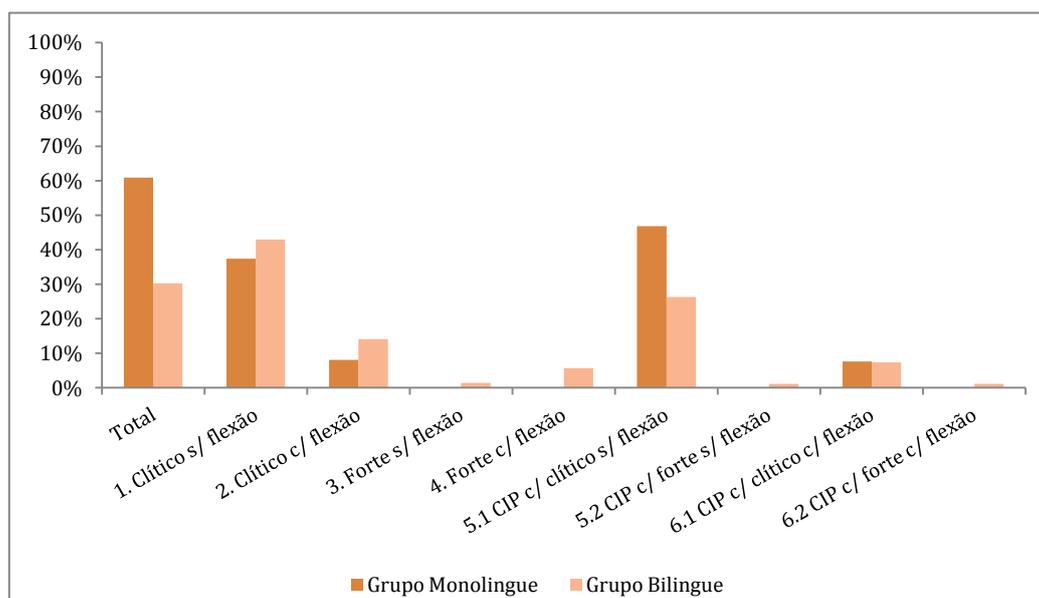


Gráfico 16 – Valor das propostas de correção para outra estrutura em ambos os grupos

O Gráfico 16 mostra duas barras de cores diferentes: uma que é correspondente à percentagem de propostas de correção do grupo monolíngue (barra castanha) e outra que se refere às propostas de correção do grupo bilingue (barra laranja). As estruturas correspondentes às condições indicadas no gráfico são as que foram propostas como correção das frases marcadas como não aceitáveis. Os resultados mostram que globalmente os falantes dos dois grupos mostram tendências de correção semelhantes,

mas os valores dos dois grupos em estudo são ligeiramente diferentes em algumas condições. No panorama geral, o grupo monolíngue apresenta um maior número de propostas de correção para cada estrutura. O grupo bilingue, em muitos casos não chega a propor qualquer alteração, o que explica as diferenças entre os grupos (GM: 60,9%; GB: 30,3%).

As estruturas correspondentes às condições 1 e 5.1 (pronome clítico s/ flexão e CIP c/ pronome clítico s/ flexão) são as que mais se destacam em ambos os grupos, ou seja, foram as mais escolhidas como propostas de correção. As estruturas correspondentes à condição 1 (pronome clítico s/ flexão) têm valores muito semelhantes entre ambos os grupos (GM:37,4%; GB: 42,9%), ou seja, os falantes dos dois grupos optaram por propor uma correção para as estruturas correspondentes à condição 1 (pronome clítico s/ flexão). A estrutura correspondente à condição 2 (pronome clítico c/ flexão) é a que tem valores mais baixos em ambos os grupos (GM: 8,1%; GB: 14,1%), ou seja, esta estrutura foi poucas vezes escolhida como proposta de correção.

As estruturas correspondentes às condições 3 (pronome forte s/ flexão), 4 (pronome forte c/ flexão), 5.2 (CIP c/ pronome forte s/ flexão) e 6.2 (CIP c/ pronome forte c/ flexão) foram propostas de correção num valor muito inferior às restantes, chegando mesmo no grupo monolíngue a ser nulo (GM: 0% em todas as condições; GB: 1,4%, 5,6% e 1,1%, respetivamente). Quanto à estrutura correspondente à condição 5.1 (CIP c/ pronome clítico s/ flexão), os valores apresentam uma ligeira diferença (GM: 46,8%; GB:26,3%), ou seja, embora esta proposta de correção seja usada muitas vezes, é no grupo monolíngue que esta tem um valor superior. Em síntese, os falantes do grupo monolíngue optam mais por escolher as estruturas correspondentes à condição 5.1 (CIP c/ pronome clítico s/ flexão) como proposta de correção. Por sua vez, o grupo bilingue opta mais por escolher como proposta de correção as estruturas correspondentes à condição 1 (pronome clítico s/ flexão).

Na nossa última análise da comparação dos grupos vamos mostrar os resultados relativos à taxa de aceitabilidade da pessoa gramatical associada à estrutura com a flexão e os resultados das propostas de correção, estas associadas também à pessoa gramatical e à estrutura com flexão de concordância. Relativamente à primeira parte desta análise iremos atentar no Gráfico 17.

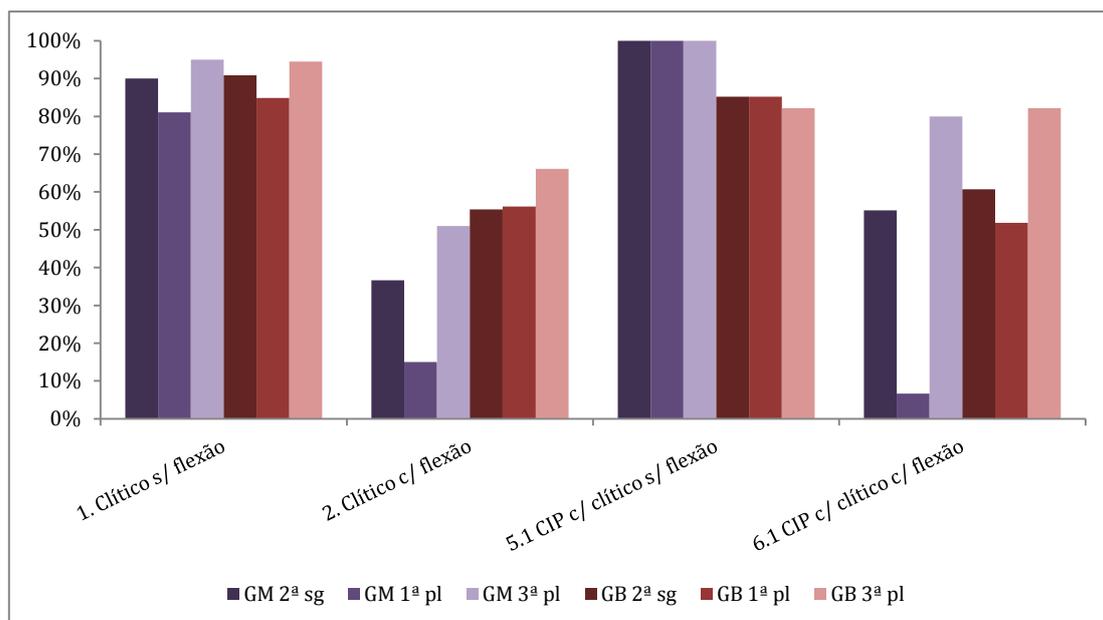


Gráfico 17 - Valores de aceitabilidade da pessoa gramatical em cada estrutura em ambos os grupos

O Gráfico 17 mostra-nos 6 barras, 3 barras (em tons de roxo) relativas ao grupo monolíngue e 3 barras (em tons de vermelho escuro) que dizem respeito ao grupo bilingue. Vamos mostrar os resultados que foram obtidos relativamente ao cruzamento da pessoa gramatical com as estruturas com flexão de concordância (condições 2 e 6.1) e sem flexão de concordância (condições 1 e 5.1), apenas como ponto de referência. Como podemos constatar pela visualização do Gráfico 17, nas estruturas sem flexão de concordância, não há grandes diferenças entre as pessoas gramaticais em ambos os grupos. É nas estruturas com clítico e flexão de concordância que as diferenças entre as pessoas gramaticais são mais visíveis.

Na condição 2 (pronome clítico c/ flexão), a pessoa gramatical com a maior taxa de aceitabilidade é a 3ª pessoa do plural em ambos os grupos (GM – 2ª sg.: 36,7%; 1ª pl.: 15%; 3ª pl.: 51%. GB – 2ª sg.: 55,4%; 1ª pl.: 56,2%; 3ª pl.: 66,1%). Apesar de, em ambos os grupos, a 3ª pessoa do plural possuir a maior taxa de aceitabilidade, há uma certa discrepância entre eles devido não só à aceitabilidade da pessoa gramatical, mas também à aceitabilidade da estrutura no seu todo. Como já referimos em cima, os monolíngues apresentam uma taxa de aceitabilidade inferior aos bilingues nas estruturas correspondentes à condição 2 (pronome clítico c/ flexão). No entanto, apesar desta discrepância relativa à estrutura, o grau de aceitabilidade das restantes pessoas também difere.

No grupo monolíngue, a 1ª pessoa do plural revela um índice de aceitabilidade bastante mais baixo do que a 2ª pessoa. No grupo bilingue, a 1ª pessoa do plural e a 2ª pessoa do singular têm valores muito aproximados.

Nas estruturas correspondentes à condição 6.1 (CIP c/ pronome clítico c/ flexão), a pessoa gramatical com maior taxa de aceitabilidade é também a 3ª pessoa do plural em ambos os grupos (GM – 2ª sg.: 55,2%; 1ª pl.: 6,7%; 3ª pl.: 80%. GB – 2ª sg.: 60,7%; 1ª pl.: 51,9%; 3ª pl.: 82,1%). Também aqui há discrepâncias entre os grupos, devido à aceitabilidade da estrutura no seu todo e não apenas devido à pessoa gramatical. Ainda assim, no grupo monolíngue, a 1ª pessoa do plural revela um índice de aceitabilidade muito baixo quando comparada com a 2ª pessoa do singular. O grupo bilingue evidencia um padrão semelhante, embora a média de percentagem de aceitabilidade da 1ª pessoa do plural seja bastante superior à do grupo monolíngue.

Em suma, há uma discrepância entre as taxas de aceitabilidade das diversas pessoas gramaticais na construção de elevação para objeto com o infinitivo flexionado: a 3ª pessoa do plural revela valores mais altos do que as restantes, em ambos os grupos. No caso dos falantes monolíngues, a 1ª pessoa do plural apresenta valores de aceitabilidade muito mais baixos do que a 2ª pessoa do singular.

Passemos agora à segunda parte desta análise, que diz respeito às propostas de correção de cada falante para outra estrutura associada à pessoa gramatical (cf. Gráfico 18).

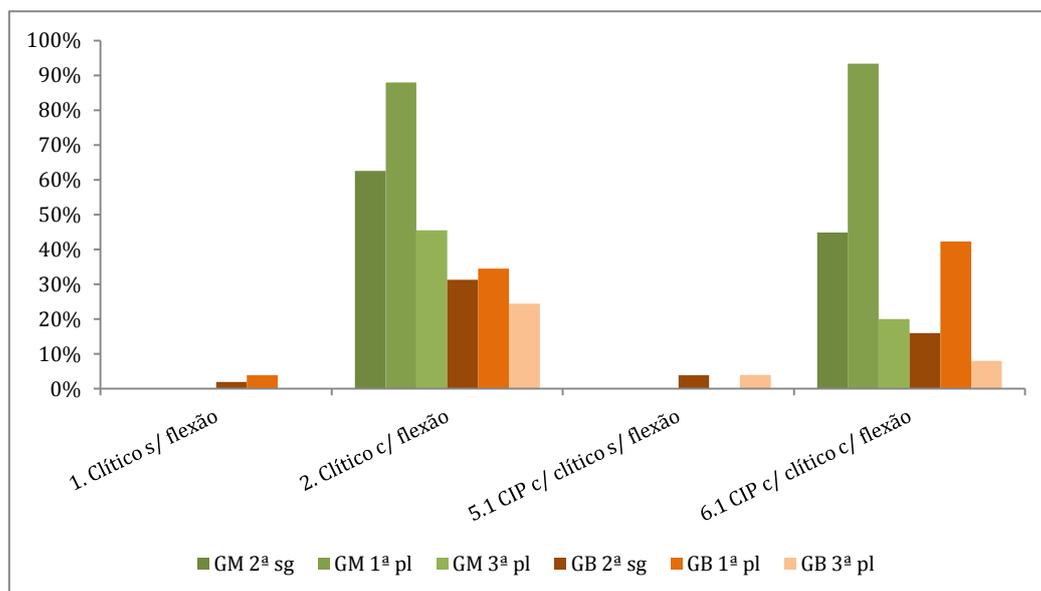


Gráfico 18 - Valores das propostas de correção para outra estrutura associados à pessoa gramatical em ambos os grupos

O Gráfico 18 mostra-nos 6 barras, 3 barras (em tons de verde claro) relativas ao grupo monolíngue e 3 barras (em tons de laranja) que dizem respeito ao grupo bilingue. Nas estruturas correspondentes às condições 2 (pronome clítico c/ flexão) e 6.1 (CIP c/ pronome clítico c/ flexão), foi analisado o facto de os falantes retirarem ou não a flexão em cada estrutura. Por sua vez, nas condições 1 (pronome clítico s/ flexão) e 5.1 (CIP c/

pronome clítico s/ flexão), foi analisado o facto de os falantes colocarem ou não a flexão em cada estrutura, como ponto de referência para as estruturas analisadas. Como podemos constatar pela visualização do Gráfico 18, nas estruturas correspondentes à condição 2 (pronome clítico c/ flexão), a pessoa gramatical a que é mais frequentemente retirada a flexão de concordância é a 1ª pessoa do plural, seguindo-se a 2ª do singular e, com a taxa mais baixa, a 3ª pessoa do plural em ambos os grupos (GM – 2ª sg.: 62,5%; 1ª pl.: 88%; 3ª pl.: 45,5%. GB – 2ª sg.: 31,3%; 1ª pl.: 34,5%; 3ª pl.: 24,4%).

Nas estruturas correspondentes à condição 6.1 (CIP c/ pronome clítico c/ flexão), a pessoa gramatical a que é mais frequentemente retirada a flexão de concordância é também a 1ª pessoa do plural, seguindo-se a 2ª do singular e, com a taxa mais baixa, a 3ª pessoa do plural em ambos os grupos (GM – 2ª sg.: 44,8%; 1ª pl.: 93,3%; 3ª pl.: 20%. GB – 2ª sg.: 16%; 1ª pl.: 42,3%; 3ª pl.: 8%). A discrepância de valores entre os grupos nas três pessoas gramaticais das duas condições deve-se ao facto de o grupo bilingue ter proposto menos alterações do que o grupo monolingue, daí os valores serem mais baixos.

Relativamente às condições sem flexão, que estão presentes nesta análise como ponto de referência, o padrão já demonstra uma diferença entre os grupos. Nas estruturas correspondentes à condição 1 (pronome clítico s/ flexão), uma percentagem muito reduzida de falantes do grupo bilingue colocou a flexão na 1ª do plural e na 2ª do singular, em oposição aos falantes monolinges, que não propuseram nenhuma alteração em que acrescentassem a flexão (GM – 2ª sg.: 0%; 1ª pl.: 0%; 3ª pl.: 0%. GB – 2ª sg.: 1,9%; 1ª pl.: 3,8%; 3ª pl.: 0%). Nas estruturas correspondentes à condição 5.1 (CIP c/ pronome clítico s/ flexão), também uma percentagem muito reduzida de falantes do grupo bilingue colocou a flexão na 2ª do singular e na 3ª pessoa do plural, em oposição aos falantes monolinges, que mais uma vez não propuseram nenhuma alteração que envolvesse a adição da flexão de concordância (GM – 2ª sg.: 0%; 1ª pl.: 0%; 3ª pl.: 0%. GB – 2ª sg.: 3,8%; 1ª pl.: 0%; 3ª pl.: 4%).

Em suma, as propostas de alteração recaem especificamente sobre as pessoas que, na primeira parte da análise, eram aceites numa taxa inferior à 3ª pessoa do plural, como a 1ª pessoa do plural e a 2ª pessoa do singular. Esta diferença entre a 3ª pessoa e as restantes foi já observada na literatura (Hornstein, Martins & Nunes, 2008). Contudo, os dados agora apresentados revelam um dado novo, nunca antes observado na literatura, nomeadamente uma mais elevada taxa de rejeição na 1ª pessoa do plural do que na 2ª do singular.



## VI. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados que foram obtidos na aplicação das duas tarefas permitiram-nos tirar algumas conclusões. Começamos pelo grupo monolíngue que, por si só, já traz novas informações neste campo de investigação.

I – Em todas as condições, os falantes monolíngues mostram uma maior tendência para o uso do pronome clítico na forma acusativa (elevação de sujeito para objeto) quer o infinitivo seja flexionado quer não (Tarefa de Completamento).

142) a. O professor {viu-*os*/ouviu-*os*/sentiu-*os*} *falarem* muito hoje.

b. O professor {mandou-*os*/deixou-*os*} voltar ao ensaio.

Os resultados mostram que os falantes monolíngues de PE, de um modo geral, optam pelo uso da construção de elevação de sujeito para objeto. As condições sem flexão (Condição I: verbo percetivo s/ flexão e a Condição III: verbo causativo s/ flexão) apresentam uma percentagem de uso de pronome clítico bastante pronunciada (Média = 97,7%; DP = 5,6). Isto significa que, neste ponto, os falantes têm o comportamento que era esperado: uma vez que na ausência de flexão de concordância não há atribuição do Caso nominativo ao sujeito, este tem Caso acusativo do verbo superior.

Porém, os falantes monolíngues de PE também optam pela elevação de sujeito para objeto na presença do infinitivo flexionado. Os valores médios de uso do clítico nestas condições (Condição II: verbo percetivo c/ flexão e Condição IV: verbo causativo c/ flexão) são muito semelhantes aos das anteriores (Média = 88,1%; DP = 4,0). Isto significa que, apesar de a presença da flexão de concordância permitir que o sujeito receba o Caso nominativo, os falantes mostram uma clara preferência pelo uso da forma acusativa, contrariamente ao que seria de esperar (cf. (142a)). Em suma, neste grupo de falantes monolíngues de PE, é evidente a preferência pela construção de elevação de sujeito para objeto quer esteja o infinitivo flexionado quer não.

Atentemos agora na primeira parte dos resultados relativos à Tarefa de Julgamento de Gramaticalidade em que os resultados dizem respeito à média de aceitação de cada construção. As estruturas correspondentes às condições 1 (pronome clítico s/ flexão), 5.1 (CIP c/ pronome clítico s/ flexão) e 7.1 (v. de controlo s/ flexão) são as que mostram uma maior taxa de aceitação (88,8%; 100,0%; 96,7%), precisamente as estruturas correspondentes às condições de infinitivo não flexionado. Há assim uma convergência com os resultados da Tarefa de Completamento neste tipo de construções.

As estruturas correspondentes à condição 2 (pronome clítico c/ flexão) apresentam valores relativamente baixos, apenas 33,9% dos falantes aceitam este tipo de

estruturas. Na segunda parte dos resultados da Tarefa de Julgamento de Gramaticalidade, que diz respeito à percentagem de propostas de correção para cada estrutura (frases que não foram aceites por parte dos falantes), os falantes monolingues mostram uma clara preferência por a estrutura de elevação de sujeito para objeto com o infinitivo não flexionado e a construção de infinitivo preposicionado sem flexão.

Verifica-se assim uma diferença entre a tarefa de produção (de completamento) e a Tarefa de Julgamento de Gramaticalidade no que diz respeito ao uso da elevação de sujeito para objeto com complementos flexionados: os falantes monolingues optam preferencialmente por esta estrutura na tarefa de produção (ver os resultados acima), mas rejeitam-na na Tarefa de Julgamento de Gramaticalidade. Esta aparente incongruência nos resultados deve-se ao tipo de tarefa. Quando chamados a emitir um juízo de gramaticalidade, os falantes mobilizam o conhecimento metalinguístico, muitas vezes moldado pelos ditames da escola. Numa tarefa de produção, a resposta é mais espontânea e natural, menos preocupada com considerações de índole normativa. Esta diferença de resultados entre as tarefas é significativa, na medida em que torna visível a influência das características da tarefa nos resultados obtidos.

É agora pertinente passarmos aos resultados que foram obtidos na comparação de ambos os grupos nas duas tarefas aplicadas e as conclusões que foram tiradas a partir dos mesmos. Num primeiro momento, abordaremos os aspetos semelhantes entre os grupos e, num segundo momento, abordaremos as diferenças.

II – Em geral, os resultados dos falantes bilingues mostram tendências semelhantes às dos monolingues, ou seja, taxas elevadas de produção de pronomes clíticos em oposição aos pronomes fortes em ambos os grupos. No entanto, os resultados dos falantes bilingues revelam diferentes padrões em função das diferentes condições. Começemos por examinar a tarefa de produção.

Na Tarefa de Completamento, nas condições I e III (v. percetivo s/ flexão e v. causativo s/ flexão, respetivamente), os falantes bilingues não diferem substancialmente dos monolingues. Ainda que os falantes bilingues apresentem valores inferiores aos dos monolingues (Condição I – GM: 95,5%; GB: 86,9%;  $p = ,051$ ; Condição III – GM: 100%; GB: 96,2%;  $p = ,154$ ), é notório que os valores no grupo bilingue ainda são bastante elevados. Isto leva a crer que os falantes bilingues dominam a construção de elevação de sujeito para objeto.

Nas condições II e IV (v. percetivo c/ flexão e v. causativo c/ flexão, respetivamente), o grupo bilingue também revela uma preferência pela construção de elevação de sujeito para objeto. Contudo, as percentagens de uso do pronome clítico

nestas duas condições são inferiores às das condições anteriores e às que se verificam com os falantes monolíngues. Na condição II (v. percetivo c/ flexão), há uma diferença significativa entre os grupos (GM: 89,4%; GB: 67,2%;  $p = ,003$ ); na condição IV (v. causativo c/ flexão), a diferença não é estatisticamente significativa (GM: 86,8%; GB: 76,4%;  $p = ,172$ ).

Nas condições V e VI (CIP s/ flexão e CIP c/ flexão, respetivamente), ambos os grupos apresentam valores muito elevados de uso de pronome clítico em oposição ao pronome forte. No entanto, em ambas as condições, a diferença entre os grupos é estatisticamente significativa (V - GM: 100%; GB: 89,2%;  $p = ,017$ ; VI - GM: 91,7%; GB: 84,1%;  $p = ,04$ ). O grupo bilingue apresenta taxas de uso da forma nominativa superiores às do grupo monolíngue em ambas as condições.

Nas condições VII e VIII (v. controlo s/ e c/ flexão, respetivamente), não existem diferenças estatísticas entre os grupos em ambas as condições (VII - GM: 100%; GB: 98,0%;  $p = ,292$ ; VIII - GM:100%; GB: 100%;  $p = 1 ,00$ ).

Estes resultados revelam que os falantes bilingues têm um comportamento diferente nas várias condições: convergem com os falantes monolíngues nas construções de controlo e nas construções de elevação de sujeito para objeto canónicas (isto é, sem flexão no domínio encaixado) e divergem daqueles nas construções com o infinitivo flexionado e na CIP.

Atente-se agora na primeira parte da Tarefa de Julgamento de Gramaticalidade. De uma forma geral, os resultados dos falantes bilingues estão em consonância com os resultados obtidos na Tarefa de Completamento. A condição 2 (pronome clítico c/ flexão) é a que revela resultados mais interessantes por comparação com o grupo monolíngue. Nesta condição, os grupos apresentam uma diferença significativa entre si (GM: 33,9%; GB: 59,5%;  $p = ,004$ ): enquanto os falantes monolíngues não aceitam o pronome clítico com a flexão, os falantes bilingues aceitam-no em 59,5% dos casos. Esta diferença entre as tarefas será abordada mais à frente.

Relativamente à segunda parte dos resultados da Tarefa de Julgamento de Gramaticalidade, que diz respeito à percentagem de propostas de correção para cada estrutura (frases que não foram aceites por parte dos falantes), os resultados mostram que as estruturas correspondentes com pronome clítico s/ flexão e CIP c/ pronome clítico s/ flexão são as que mais se destacam em ambos os grupos. Isto revela que as formas com elevação de sujeito para objeto sem flexão no infinitivo são as preferidas quer pelos falantes monolíngues quer pelos falantes bilingues, o que está de acordo com a norma padrão e é um forte indicador de que os falantes lusodescendentes de segunda geração apresentam um conhecimento linguístico em grande parte convergente com o dos falantes

monolingues. Não obstante a isto, há diferenças entre os grupos, cujas implicações discutimos a seguir.

III – Na Tarefa de Completamento, a maior diferença entre os dois grupos é verificada i) nos complementos de verbos perceptivos, com flexão (cf. (143a), e ii) nos contextos CIP (com ou sem flexão), nos quais os falantes bilingues optam significativamente mais por pronomes fortes do que os falantes monolingues (cf. (143b)):

- 143) a. A professora ouviu-*os* falarem muito hoje.  
b. A mãe ia ouvir *nós* a fazer barulho.

Em relação à primeira diferença, verifica-se que, em complementos infinitivos com a forma flexionada, os falantes bilingues usam mais a forma nominativa com os verbos perceptivos do que com os verbos causativos (Condição II – v. perceptivo c/ flexão: GM: 89,4%; GB: 67,2%; Condição IV - v. causativo c/ flexão: GM: 86,8%; GB: 76,4%). Neste contexto, convém salientar que não há uma diferença estatisticamente significativa entre os verbos causativos e perceptivos dentro do mesmo grupo. Esta variação é notória apenas nestas duas condições (v. perceptivo e v. causativo c/ flexão) e em comparação de um grupo de falantes com o outro.

Apesar de não termos uma explicação para a diferença entre os dois grupos de verbos, (em alemão ambos os tipos de verbo são de elevação de sujeito para objeto, não exibindo diferenças significativas entre si) consideramos que o uso mais frequente da forma nominativa nestes contextos se pode dever à tendência mais geral dos falantes de herança para evitar o uso das formas clíticas, sempre que possível. No caso das construções em que a forma infinitiva não possui flexão, o emprego da forma nominativa conduziria a frases agramaticais, (cf. *\*O professor viu eles fazer uns movimentos mais difíceis*) não convergentes com a língua-alvo. Na presença da flexão, o resultado do emprego da forma nominativa é gramatical (cf. *O professor viu eles fazerem uns exercícios mais difíceis*).

Rinke e Flores (2014) e Rinke, Flores e Barbosa (submetido) também detetaram, nos seus estudos, uma tendência vincada dos falantes de herança de PE para evitar os pronomes clíticos, optando, por exemplo, pela omissão do pronome (Rinke, Flores e Barbosa, submetido) ou por pronomes fortes (Rinke e Flores, 2014). Uma das explicações avançadas é a complexidade do sistema de pronomes clíticos do PE, que, além de apresentar variação quanto à sua posição e à possibilidade de omissão do pronome, também inclui formas alomórficas variadas. As autoras defendem que falantes bilingues, que têm menos contacto diário com a língua portuguesa, poderão ter mais dificuldades em ativar o conhecimento destas propriedades, evitando o seu uso. Essa tendência explicaria

também o recurso ao uso do pronome forte, por parte dos falantes bilingues, em construções que o permitem, nomeadamente em complementos com o infinitivo flexionado.

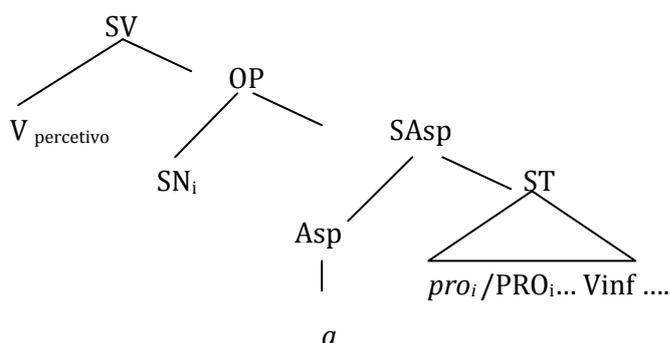
Esta hipótese de explicação, contudo, enfrenta o problema de não prever a existência de diferenças entre os complementos de verbos percetivos e os complementos de verbos causativos, previsão que não se confirma. Uma vez que esta diferença entre os complementos dos dois verbos existe, mas apenas nestas duas condições e na comparação dos dois grupos. Para além disso, prevê um uso bastante mais generalizado da forma nominativa na presença do infinitivo flexionado, o que também não se verifica: a opção pela forma acusativa tem valores percentualmente superiores à opção pela forma nominativa. Na condição II (v. percetivo c/ flexão), a frequência de uso da forma acusativa é de 67,2%; na condição IV (v. causativo c/ flexão), a opção pela forma acusativa dá-se em 76,4% dos casos.

A segunda diferença entre os grupos é relativa à CIP: os falantes bilingues optam significativamente mais por pronomes fortes do que os falantes monolingues quer o infinitivo seja flexionado quer não, produzindo frases do tipo do exemplo que se segue:

- 144) a. Eu hoje sinto *tu* a correres de um lado para o outro.  
 b. O patrão viu *elas* a sorrir e felizes como nunca tinha reparado antes.

Este facto pode estar relacionado com a estrutura particular da CIP quando comparada com os restantes complementos. Na secção 2.4.2, vimos que a CIP envolve uma oração pequena encabeçada pela preposição *a*, que corresponde a um núcleo de natureza aspetual:

145)



(Barbosa & Cochofel, 2005)

Nesta representação, a CIP é uma estrutura de controlo. O sujeito da oração pequena é o SN, que recebe Caso nominativo do verbo percetivo. Este SN controla o sujeito

nulo da oração infinitiva, que pode ser *pro* ou PRO dependendo da presença ou ausência da flexão na estrutura infinitiva.

A ideia de que a CIP corresponde a uma oração pequena resulta da observação de que ela tem a mesma distribuição das orações pequenas com outro tipo de predicados.

- 146) a. Eu vi *as crianças felizes*.  
b. Eu vi *as crianças com fome*.  
c. Eu vi *as crianças a brincar*.  
(Barbosa & Cochofel, 2005)

Tal como sucede com as orações pequenas (cf. (147)), a CIP pode ocorrer por si só, em frases raiz (cf. (148)):

- 147) Ela com fome? Não é costume.  
148) Eles a fumar(em)?! Nem pensar.

Sempre que a CIP ocorre em frases raiz, como no exemplo acima, o sujeito surge na forma nominativa (o Caso por defeito, em PE). Assim, não é de excluir a hipótese de os falantes de herança atribuírem à CIP em posição de complemento a mesma análise que é atribuída à sua ocorrência em contextos raiz, considerando-a um domínio funcional completo em que o sujeito recebe Caso nominativo por defeito.

Esta estratégia é também atestada em crianças monolingues em fase de aquisição. Um estudo conduzido por Santos, Gonçalves e Hyams (2015), sobre a aquisição do controlo pelo objeto e verbos de elevação de sujeito para objeto por crianças, revela que preferem a CIP com o pronome na forma nominativa. Exemplifica-se as construções construídas pelas crianças:

- 149) a. (A zebra) viu-os a dançar. (4;08,09)  
b. (A zebra) viu eles a dançar. (4;05,12)  
(Santos, Gonçalves & Hyams, 2015:28)

Segundo Santos, Gonçalves e Hyams (2015), é possível que as crianças analisem a CIP como uma estrutura que contém um verbo de percepção como uma oração pequena, em que o sujeito lexical é licenciado da mesma forma que é licenciado na CIP em frases raiz. Como vimos, a CIP ocorre em frases raiz, particularmente frases de tipo exclamativo precedidas ou não por um verbo percetivo.

- 150) (Olha!) Os meninos / Eles a nadar(em)!  
(Santos, Gonçalves & Hyams, 2015:15)

Nestes casos, o sujeito da oração pequena encontra-se na forma nominativa. Santos, Gonçalves e Hyams (2015) argumentam que é possível que as crianças possam analisar a CIP como um domínio funcionalmente completo até mesmo quando ocorre com um verbo de percepção.

É de realçar que também no alemão, em construções semelhantes, o Caso selecionado é o nominativo e não o acusativo:

151) a. Guck mal! Der Hans! Er beim Laufen!

Olha o Hans ele.NOM a correr

‘Olha o Hans a correr.’

b. \*Ihn beim Laufen.

ele.ACU

‘Olha o a correr.’

Partindo desta observação, poderíamos concluir que os falantes bilingues de português e alemão mostram uma preferência semelhante à de crianças portuguesas monolingues durante o processo de aquisição das estruturas aqui analisadas, aceitando mais a presença do Caso nominativo com a construção de infinitivo preposicionado do que os falantes monolingues adultos. Isto significaria que os falantes bilingues mostram algum tipo de fossilização num estágio de desenvolvimento típico do processo de aquisição nativa. Note-se, no entanto, que as taxas de produção do pronome nominativo são inferiores às taxas de produção do pronome clítico acusativo, pelo que este domínio apresenta variabilidade, podendo ser considerado uma domínio vulnerável da competência linguística dos falantes bilingues.

De seguida, iremos discutir as discrepâncias entre as tarefas.

IV – Existe ainda uma diferença entre as duas tarefas no que diz respeito ao uso do pronome clítico (elevação de sujeito para objeto) nos complementos flexionados.

152) a. Eu vi-*te* brincares ontem, tu não respeitaste o que a mãe nos disse.

b. O patrão mandou-*nos* irmãos ao gabinete dele.

Na Tarefa de Completamento, ambos os grupos usam esta construção (Condição II: GM: 89,4%; GB: 67,2%;  $p = ,003$ ; Condição IV: GM: 86,8%; GB: 76,4%;  $p = ,172$ ). No entanto, na Tarefa de Julgamento de Gramaticalidade, o grupo bilingue mostra taxas maiores de aceitação desta construção do que o grupo monolingue. Por outras palavras, os falantes monolingues usam o pronome clítico acusativo na primeira tarefa, mas, quando são chamados a emitir um juízo sobre essa estrutura (tarefa 2), rejeitam-na (Condição 2 - GM: 33,9%; GB: 59,5%;  $p = ,004$ ).

Esta diferença pode ser um efeito do conhecimento metalinguístico obtido através da escolarização. Os falantes bilingues são menos expostos a registros formais e a sua língua de escolarização não é o português. É assim compreensível que tenham uma maior dificuldade em recorrer à sua intuição linguística e julgar as estruturas que lhes são apresentadas. Esta dificuldade é evidente na Tarefa de Julgamento de Gramaticalidade, aquando da sugestão das propostas de correção. Nesta tarefa, os FH muitas vezes não chegam a propor uma correção para a estrutura que não lhes soa bem, mostrando uma maior insegurança em julgar as frases. Essa insegurança é associada a um baixo nível de consciência metalinguística que os FH demonstram ter (Gombert, 1992).

Geralmente os FH têm pouca escolarização na sua LH e sentem-se mais seguros nas propriedades que estão mais presentes no discurso oral. Podemos dizer que revelam um conhecimento linguístico mais estável de propriedades linguísticas típicas do discurso oral (Bowles, 2011), uma vez que é a esse *input* que estes falantes estão maioritariamente expostos. O conhecimento linguístico dos falantes é mais estável nas propriedades típicas do discurso oral devido à existência de uma diferença importante entre aprender uma língua em contexto de sala de aula ou ser exposto a uma forma oral, o tipo de conhecimento armazenado é diferente (Flores & Rinke, 2015:13).

Num estudo conduzido por Gombert (1992) é demonstrado que existe uma relação entre a consciência metalinguística e a instrução formal. Os falantes bilingues que estudam ambas as línguas num contexto de sala de aula, por exemplo em programas de imersão bilingue, têm o conhecimento mais consolidado sobre determinadas estruturas. Ao possuírem esse conhecimento, também se sentem mais à vontade quando lhes é solicitado que julguem as estruturas em causa. A capacidade de refletir sobre a linguagem é menor nos FH do que nos falantes monolingues escolarizados, o que nos leva a crer que a escolarização na LH é um fator muito importante na aquisição de conhecimentos sobre a língua e na aprendizagem da manipulação desses conhecimentos em nosso favor. Em síntese, escolarização é um fator determinante na comparação entre os FH e os falantes monolingues, particularmente em tarefas que exigem o recurso a competências metalinguísticas.

V – A discussão dos resultados obtidos tomou em consideração as características dos complementos dos verbos percetivos e causativos (Cap. II) e a aquisição de determinadas estruturas do PE por parte deste tipo particular de falantes (Cap. III). Desta forma, é também pertinente retomar as questões de investigação e as predições que foram apresentadas no Cap. IV e que serão repetidas aqui.

- Qual é a opção de realização do pronome preferida (nominativo / clítico acusativo) pelos falantes monolíngues de PE e como é que isto interage com a flexão de concordância?
- Os FH de PE revelam as mesmas tendências que os falantes monolíngues?
- Se não, porquê?

Relativamente à primeira questão, é possível responder que a opção de realização do pronome preferida dos falantes monolíngues é a do clítico na forma acusativa, quer a flexão esteja presente no infinitivo quer não. Embora os falantes aceitem as duas formas, quando a flexão não está presente esta preferência é mais notória. Quanto à preferência do uso do pronome clítico com o infinitivo flexionado, a nossa predição de que os falantes teriam uma tendência maior para a realização do sujeito na forma nominativa, não foi satisfeita, uma vez que os falantes monolíngues produzem mais o pronome clítico com a flexão de concordância em detrimento do pronome forte.

É importante referir que os falantes monolíngues produzem o pronome clítico acusativo com a flexão de concordância na Tarefa de Completamento. O mesmo não acontece quando lhes é pedido que julguem essas mesmas estruturas na Tarefa de Julgamento de Gramaticalidade. Isto pode ser devido, como já referimos em cima, à mobilização do conhecimento metalinguístico. Como a tarefa consistia em julgar as estruturas, ativou de imediato a consciência metalinguística dos falantes monolíngues.

Relativamente à segunda questão, os FH revelam, de um modo geral, as mesmas tendências que os falantes monolíngues em complementos não flexionados, na medida em que manifestam também uma preferência pelo pronome clítico acusativo (elevação de sujeito para objeto). A convergência com os falantes monolíngues manifesta-se de forma clara e inequívoca sobretudo em dois tipos de contexto: a) construção de elevação de sujeito para objeto em complementos infinitivos com a forma não flexionada; b) nas estruturas de controlo. Pode-se assim concluir que os falantes bilingues estudados distinguem as construções de controlo das construções de elevação de sujeito para objeto.

Relativamente aos complementos infinitivos com a forma flexionada, há também convergência em torno do emprego mais frequente da forma acusativa (construção de elevação de sujeito para objeto não canónica) do que da forma nominativa (oração de infinitivo flexionado canónica). Neste sentido, é possível afirmar que os FH revelam as mesmas tendências que os falantes monolíngues. Há diferenças: as percentagens de uso da forma nominativa são mais altas nos falantes bilingues, particularmente no caso dos

verbos perceptivos. Este facto pode ser parcialmente explicado pela ligeira tendência, por parte dos FH, para evitar o uso de pronomes clíticos, se possível.

A CIP é a estrutura em que as diferenças entre os grupos são mais claras. Os falantes monolingues não aceitam de todo o emprego da forma nominativa na CIP, haja ou não flexão na forma infinitiva. Os FH usam mais pronomes nominativos nos exemplos com a CIP, quer a forma infinitiva esteja flexionada quer não. Esta diferença entre os grupos deve-se a considerações puramente estruturais e relaciona-se com o facto de a CIP ter uma estrutura diferente da dos restantes complementos. Nesta tese, adotámos a proposta de Raposo (1989), segundo a qual a CIP tem a estrutura de uma oração pequena encabeçada pela Preposição. Tal como sucede com as orações pequenas, a CIP pode ocorrer em frases raiz, sendo que o sujeito surge na forma nominativa (o Caso por defeito, em PE). Assim, não é de excluir a hipótese de os falantes de herança atribuírem à CIP em posição de complemento a mesma análise que é atribuída à sua ocorrência em contextos raiz, considerando-a um domínio funcional completo em que o sujeito recebe Caso nominativo por defeito. Esta estratégia é também atestada em crianças monolingues em fase de aquisição, o que pode ser indicativo de um processo de fossilização e de um domínio vulnerável da competência bilingue.

## VII. CONCLUSÃO

O trabalho apresentado permite-nos tirar algumas conclusões.

Em primeiro lugar, uma das questões de investigação era saber quais as tendências dos falantes monolíngues em relação à opção de realização do sujeito nas estruturas analisadas, e os falantes demonstraram que preferem o pronome clítico acusativo em detrimento do pronome forte, o que nos mostra a preferência deste grupo de falantes pela construção de elevação de sujeito para objeto quer a flexão de concordância esteja presente ou não.

Em segundo lugar, este estudo pretendeu mostrar se os falantes bilingues que adquiriram o português em contexto de língua minoritária demonstravam as mesmas tendências do que os falantes monolíngues. Em geral, pode dizer-se que sim, nos complementos não flexionados. As duas diferenças principais entre os dois grupos em estudo são relativas aos complementos flexionados percetivos e à CIP. Embora não tenhamos uma explicação para a primeira diferença entre os dois grupos de verbos, consideramos que o uso mais frequente da forma nominativa nestes contextos se deve à tendência mais geral dos falantes de herança para evitar o uso das formas clíticas, sempre que possível, devido à sua complexidade no PE. A segunda diferença que diz respeito à aceitação de sujeitos na forma nominativa na CIP pode ter a ver com a estrutura particular da CIP relativamente aos outros complementos presentes. Sempre que a CIP ocorre em frases raiz, o sujeito surge na forma nominativa (o Caso por defeito, em PE). Assim, não é de excluir a hipótese de os falantes de herança atribuírem à CIP em posição de complemento a mesma análise que é atribuída à sua ocorrência em contextos raiz, considerando-a um domínio funcional completo em que o sujeito recebe Caso nominativo por defeito. Esta estratégia é também atestada em crianças monolíngues em fase de aquisição (ver Santos, Gonçalves & Hyams, 2015). Os falantes bilingues tendem a realizar o sujeito com a forma nominativa com a construção de infinitivo preposicionado, ao contrário dos falantes do grupo monolíngue que dificilmente aceitam esta construção, o que é predito pela teoria. Para além desta diferença entre os dois grupos, é também de extrema relevância que se faça referência à diferença existente entre as duas tarefas. Esta diferença é relativa aos complementos flexionados do nosso estudo (condição 2), em que os falantes monolíngues produzem esta construção com a presença do clítico acusativo, o que não é predito pela teoria, uma vez que com a flexão de concordância presente, existem todas as condições para que a atribuição de Caso nominativo ocorra. Contrariamente ao que era previsto, os falantes monolíngues também têm este comportamento na tarefa 1. Aquando os juízos da Tarefa 2, os falantes monolíngues já rejeitam esta construção, ao

contrário do que acontece com o grupo bilingue, que tem um comportamento semelhante nas duas tarefas. Este comportamento pode ser devido ao conhecimento metalinguístico que os monolingues possuem devido à instrução formal (note-se que são alunos universitários de uma licenciatura na área das Letras) e os falantes de herança não possuem por serem expostos a registos menos formais e pela falta de escolarização na sua LH (apenas frequenta(ra)m cursos extracurriculares de PLH).

Em suma, o presente estudo mostra que uma língua adquirida desde a nascença, mesmo que seja adquirida em condições de *input* reduzido, acesso limitado a instrução formal e forte presença de uma língua maioritária, se desenvolve como uma língua nativa. Como afirma Meisel (2001), a exposição simultânea a duas línguas desde idades precoces conduz à aquisição de duas línguas nativas (2L1), evidenciando a predisposição natural da mente humana para o multilinguismo.

Contudo, o conhecimento linguístico interiorizado dos falantes é moldado pelas condições de *input* linguístico a que estão expostos. Diferenças relativas à quantidade de exposição linguística, ao tipo de *input*, ao contexto de aquisição e ao grau de escolarização na língua alvo influenciam naturalmente o desenvolvimento deste conhecimento (Rothman, 2009). Estas diferenças explicam o comportamento dissemelhante dos falantes bilingues no domínio dos complementos flexionados e da CIP.

## REFERÊNCIAS

- Agostinho, C. (2014). *The acquisitions of control in European Portuguese complement clauses*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Almeida L. & Flores, C (no prelo). Bilinguismo. In M.J.Freitas & A.L.Santos (eds.). *Aquisição de Língua Materna e não Materna. Questões Gerais e Dados do Português*. Lisboa: Imprensa Nacional. Casa da Moeda.
- Barbosa, P. & Cochofel, F. (2005). A Construção de Infinitivo Preposicionado em PE. *Actas do XX Encontro Nacional da APL*. Lisboa, APL, pp. 387-400.
- Barbosa, P & Raposo, E. P. (2013). Subordinação argumental infinitiva. In E. Paiva Raposo et al. (eds.). *Gramática do Português*, vol. 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 1899-1977.
- Bowles, M. (2011). Measuring implicit and explicit knowledge. What can heritage language learners contribute? - *Studies in Second Language Acquisition*, 33, pp. 247-271.
- Brito, A. (1995). Sobre algumas construções pseudo-relativas em português. In revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Línguas e Literaturas. In honorem Prof. Óscar Lopes. Vol. XII, pp. 25-54.
- Burzio, L. (1986). *Italian Syntax: a government – Binding Approach*. Dordrecht: Reidel.
- Carvalho, C. (2001). Cláusulas encaixadas de verbos causativos e perceptivos; formas de expressão e correferencialidade de sujeitos. *Scripta*, 5 (9), pp. 174-182.
- Chomsky, N. (1980). *Rules and Representations*. New York: Columbia University Press
- Chomsky, N. (1981). *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris.
- Chomsky, N. (1995). *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Cochofel, F. (2003). *O infinitivo preposicionado em português europeu*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho, Braga.
- Demirdache, H. & Uribe-Etxebarria, M. (1997). The syntax of temporal relations: a uniform approach to tense and aspect. Comunicação apresentada na *West Coast Conference on Formal Linguistics XVI*, Washington University, Seattle. February 28 – March 2, 1997.
- Duarte, I. (1992). Complementos infinitivos preposicionados e outras construções temporalmente defectivas em Português Europeu. In *Actas do VIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, pp.145-158.
- Duarte, I. & Gonçalves, A. (2001). Construções de subordinação funcionalmente defectivas: o caso das construções perceptivas em PE e PB. Guião da comunicação apresentada no *Encontro do Projeto: Português Europeu, Português Brasileiro. Unidade e Diversidade na passagem do milénio*. Fortaleza (Brasil), pp. 1-9.
- Duden (2001). *Gramática de Alemão*. Tradução de Erwin Koller e Odete Koller. Porto: Porto Editora.
- Felser, C. (2000). Aspectual Complement Clauses and the (Un-)Availability of Verb Raising. H. Janßen (ed.), *Verbal Projections*. Tübingen: Niemeyer, pp. 163-193.
- Flores, C. (2015). Understanding heritage language acquisition. Some contributions from the research on heritage speakers of European Portuguese, *Língua*, 164, pp. 251-265.
- Flores, C. & Rinke, E. (2015). Um estudo comparativo sobre o conhecimento do sistema pronominal português por parte de Falantes de Português Língua de Herança e Falantes de uma Língua Segunda. In. M.A.Marques & X.Rei (orgs.), *Novas perspectivas*

*linguísticas no espaço galego-português. Monografia 10*, Universidade da Corunha, pp. 11-33.

- Flores, C., Rinke, E. & Barbosa, P. (2014). Input effects across two generations. Comunicação apresentada na conferência *Going Romance 2014*, Universidade Nova de Lisboa/Lisboa, dezembro de 2014.
- Flores, C., Santos, A., Jesus, A., & Marques, R. (submetido). Age and input effects in the acquisition of mood in Heritage Portuguese. Submitted to *Journal of Child Language*.
- Genesee, F. (1989). Early Bilingual Development: One Language or Two? *Journal of Child Language*, 16, pp. 161-175.
- Genesee, F., Paradis, J. & Crago, M. (2004). *Dual Language Development and Disorders*. Baltimore: Paul Brookes.
- Gombert, J. E. (1992). *Metalinguistic development*. Hemel Hempstead, UK: Harvester Wheatsheaf.
- Gonçalves, A. (1999). *Predicados complexos verbais em contextos de infinitivo não preposicionado em Português Europeu*. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa.
- Hale, K. (1985). Notes on world view and semantic categories: some Walpiri examples. In Muysken P. & H. van Riemsdijk (eds.), *Features and Projections* Dordrecht: Foris.
- Hernanz, M. L. (1999). El infinitivo. In Muñoz, I. & V. Barreto (orgs.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Editorial Espasa Calpe. Vol. 1, pp. 2197-2356.
- Hornstein, N., Martins, A. & Nunes, J. (2008). Perception and Causative Structures in English and European Portuguese: phi-feature agreement and the distribution of bare and prepositional infinitives. *Syntax*, 11 (2), pp. 198-222.
- Madeira, A. M. (1994). On the Portuguese inflected infinitive in *UCL Working Papers in Linguistics*, 6.
- Meisel, J.M. (1989). Early differentiation of languages in bilingual children. In K. Hyltenstam & L. Obler (eds). *Bilingualism across the lifespan: Aspects of acquisition, maturity, and loss*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 13-40.
- Meisel, J. M. (2001). The simultaneous acquisition of two first languages: Early differentiation and subsequent development of grammars. In J. Cenoz & F. Genesee (eds.), *Trends in bilingual acquisition*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 11-41.
- Meisel, J. M. (2004). The bilingual child. In T. K. Bhatia & W. C. Ritchie (eds), *The Handbook of Bilingualism*. Oxford: Blackwell, pp. 91-113.
- Meisel, J. M. (2011). *First and Second Language Acquisition: Parallels and Differences*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Montrul, S. (2008). *Incomplete acquisition in bilingualism: Re-examining the age factor*. Amsterdam: John Benjamins.
- Myers-Scotton, C. (2006). *Multiple Voices. An introduction to bilingualism*. Oxford: Blackwell.
- Pires, A. & Rothman, J. (2009). Disentangling sources of incomplete acquisition: An explanation for competence divergence across heritage grammars. *International Journal of Bilingualism*, 13 (2), pp. 211-238.
- Polinsky, M. (2006). Incomplete acquisition: American Russian. *Journal of Slavic Linguistics*, 14, 191-262.

- Radford, A. (1975). Pseudo-relatives and the unity of subject raising. In *Archivum Linguisticum*. Vol. VI, pp. 32-64.
- Raposo, E. (1981). *A construção «união de orações» na gramática do português*. Dissertação de Doutoramento. Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Raposo, E. (1989). Prepositional infinitival constructions in European Portuguese. In O. Jaeggli & K. J. Safir (eds.) *The null subject parameter*. Dordrecht: Kluwer, pp. 277-305.
- Rinke, E. & Flores, C. (2014). Heritage Portuguese bilinguals' morphosyntactic knowledge of clitics. *Bilingualism. Language and Cognition*, 17 (4), pp. 681 - 699.
- Rosenbaum, P. S. (1967). *The grammar of English predicate complementation*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Rothman, J. (2009). Understanding the Nature and Outcomes of Early Bilingualism: Romance Languages as Heritage Languages, *International Journal of Bilingualism*, 13 (2), pp. 155-163.
- Rothman, J. & Iverson, M. (2011). Flexionar ou não flexionar, eis a questão: infinitivos no Português como segunda língua (L2). *Letras de Hoje*, 46 (3), pp. 28-43.
- Santos, A. L. & Flores, C. (2013). Elipse do SV e distribuição de advérbios em Português Língua de Herança e L2. In Silva, F., Falé, I. & Pereira, I. (eds.), *Textos Seleccionados do XVIII Encontro da APL*, pp.563-584.
- Santos, A. L. & Gonçalves, A. & Hyams, N. (2015). Aspects of the Acquisition of Object Control and ECM-Type Verbs in European Portuguese. *Language Acquisition*.
- Tunstall, S. (1993). Case in aspectual perception complements. In *Occasional Papers in Linguistics*. Vol. 17, pp. 227-251.
- Valdés, G. (2001). Heritage Language Students: Profiles and Possibilities. In J. Peyton, J. Ranard & S. McGinnis (eds.), *Heritage Languages in America: Preserving a national resource*. McHenry, IL: The Center for Applied Linguistics and Delta Systems, pp. 37-80.
- Volterra, V. & Taeschner, T. (1978). The acquisition and development of language by bilingual children. *Journal of Child Language*, 5, pp. 311-326.



# **ANEXOS**

## I. TAREFAS EXPERIMENTAIS

### A - Tarefa de completamento

**Instruções:** Preencha os espaços em branco seguindo o exemplo da história 1. Sempre que achar necessário, coloque um hífen. Atenção, não pode preencher os espaços com nomes, apenas com pronomes ou artigos.

### História 1 – para ver como preencher e para treinar

A Margarida e o seu irmão Hugo gostavam muito de ir brincar para o parque que ficava perto da sua casa. Então, a Margarida foi ter com a mãe para saber se podiam ir ao parque. Quando a Margarida voltou, transmitiu a resposta ao irmão:

- A mãe disse que podíamos ir. Ela hoje está bem-disposta, não achas?

O irmão concordou e esboçou um sorriso de orelha a orelha.

Como os dois irmãos eram muito marotos, a mãe aconselhou \_\_\_\_\_ a ter cuidado com as brincadeiras. E, depois de muita conversa, ela convenceu \_\_\_\_\_ de que teriam de portar-se bem, senão, iriam ficar de castigo. Quando estavam de saída, a mãe pediu para \_\_\_\_\_ voltarem cedo para casa, uma vez que tinham que chegar a tempo do jantar. Os dois irmãos sorriram e prosseguiram a sua aventura até ao parque.

## **Agora sim...**

### **História – A Família Fonseca**

O João e a Maria estavam a conversar no quarto quando o pai entra. O pai fica chateado com os dois irmãos, pois viu \_\_\_\_\_ brincar àquela hora. A mãe da Maria ouviu o alarido e foi ter com os seus filhos ao quarto, aconselhando \_\_\_\_\_ a ir dormir.

No dia seguinte, a Maria dirigiu-se ao irmão e disse-lhe:

- Eu vi \_\_\_\_\_ brincares ontem, não respeitaste o que a mãe nos disse.

O irmão indignado ralhou-lhe:

- Tu também querias ir e, além do mais, se estivéssemos os dois a brincar, a mãe ia ouvir \_\_\_\_\_ a fazer barulho.

Posto isto, a Maria voltou amuada para o quarto, na esperança de que o João viesse atrás dela. Quando o João se estava a dirigir para o quarto, cruzou-se com a mãe e pediu-lhe que viesse com ele. Passado 1 minuto, a Maria ouviu \_\_\_\_\_ a subirem as escadas. A mãe e o João bateram à porta e a Maria deixou \_\_\_\_\_ entrar, mas não estava muito convencida a fazer as pazes com o irmão. O pai, em seguida, também entrou no quarto dizendo-lhes que teriam mesmo de fazer as pazes, e teria que ser o João a dar um abraço à sua irmã. Após a saída dos pais do quarto, a Maria sussurrou com um sorriso disfarçado:

- O pai obrigou \_\_\_\_\_ a dar-me um abraço, por isso tens de dar.

O João sorriu e os dois desceram para a sala. Enquanto estavam a descer, o pai diz-lhes para irem lavar \_\_\_\_\_ mãos. Os dois irmãos obedeceram, e depois de terem as mãos lavadas, sentaram-se à mesa para jantar, terminando assim mais um dia comum na casa da família Fonseca.

## História – As asneiras do Pedro

A campainha tocou à mesma hora de todas as manhãs na escola D. José Silvestre. Quando a professora entrou na sala, os alunos já lá estavam a conversar, como era habitual. Ela pediu silêncio, mas os alunos continuavam a conversar. Então, a professora deixou \_\_\_\_\_ falarem até que se cansassem. Quando os alunos resolveram calar-se, ela disse-lhes que teriam de fazer um ditado para castigo. No final da aula, os alunos levaram os cadernos até à professora e pediram-lhe para \_\_\_\_\_ corrigir.

À saída da aula, a professora deu um raspanete ao Pedro que era o mais barulhento da turma. Os outros alunos comentaram a situação e o seu amigo Ricardo sussurrou:

- A professora ouviu \_\_\_\_\_ falarmos muito hoje. Acho que a maior parte da culpa foi do Pedro.

Já no pátio, o Pedro reclama e responde ao amigo:

- A professora viu \_\_\_\_\_ a conversar também, e só eu é que levei raspanete.

Os amigos ficaram tristes com a situação, mas agora já não podiam fazer nada. Logo em seguida, o Pedro dirige-se ao Ricardo e diz:

- É melhor ires porque a professora mandou \_\_\_\_\_ ir também diretamente para casa. O Ricardo disse que sim e quando o Pedro voltou as costas para ver se o autocarro já vinha, ele confidenciou aos amigos:

- O Pedro sentiu \_\_\_\_\_ todos ir embora? É que vocês também têm de ir apanhar o autocarro, senão, a professora vai ficar ainda mais chateada.

Os amigos concordaram e foram todos para casa. Quando o Pedro chegou a casa, a mãe estava um pouco zangada com ele, por causa de uma asneira que ele fez juntamente com o seu amigo Ricardo, e disse-lhe para ir para o quarto. O Pedro, aborrecido, pegou no telefone e ligou para o seu amigo Ricardo:

- Vês, Ricardo, o Marco tentou convencer \_\_\_\_\_ a não fazermos aquilo, mas tu não desististe. O Pedro desliga o telefone e, de seguida, a mãe entra aborrecida e diz-lhe para \_\_\_\_\_ arrumar as coisas que tem espalhadas pelo quarto. O Pedro faz o que a mãe lhe diz e fica arrependido daquele dia, prometendo à mãe que se irá portar melhor futuramente.

## História – Joana e Sara

A Joana trabalhava numa empresa de marketing desde 2010, mas o seu patrão era um bocado duro com ela, e isso fazia com que ficasse triste com a sua situação atual. O problema é que ela não era a única, a sua prima Sara também trabalhava na mesma empresa e não estava contente. Um dia reuniram-se as duas e a mãe da Joana na sua casa. A mãe da Joana disse-lhes para se despedirem, mas elas não queriam desistir assim tão facilmente. Então, no dia seguinte, elas foram para o trabalho otimizadas, até que repararam que \_\_\_\_\_ patrão estava muito irritado naquele dia. Lá continuaram a fazer o seu trabalho, até que se cruzaram e a Joana disse:

- Então, como está a correr o trabalho, Sara?

A Sara não a deixou acabar a questão e perguntou-lhe:

- Eu hoje sinto \_\_\_\_\_ a correres de um lado para o outro. Estás bem?

A Joana disse que sim e inquiriu-a sobre a conversa que tiveram de manhã:

- Ele ouviu \_\_\_\_\_ falar comigo hoje de manhã?

A Sara respondeu:

- Penso que não, não te preocupes. Era sobre trabalho.

Cada uma prosseguiu o seu caminho e continuaram a trabalhar. Depois do horário de almoço, a Joana dirigiu-se à Sara e disse:

- O patrão mandou \_\_\_\_\_ irmos ao gabinete dele. A Sara encaminhou-se atrás dela e quando chegaram lá, ele deu-lhes um raspanete porque tinham perdido um cliente. De seguida, o patrão sentiu \_\_\_\_\_ abandonarem o gabinete, e pensa para si que se calhar não precisava de ter sido tão duro com elas. Foi nesse mesmo momento que olhou para os trabalhos delas e reparou que tanto a Sara, como a Joana eram boas no que faziam. Então, ele decidiu chamá-las ao gabinete, e provou-lhes que afinal ele não era assim tão rude, apenas exigente demais. As duas primas abandonaram o gabinete, e o patrão sentiu \_\_\_\_\_ a sorrir e felizes como nunca tinha reparado antes.

## História – O sonho do Gustavo

O Gustavo era um menino muito alegre, que gostava imenso de dançar, de cantar e que ansiava por uma vida nos palcos. Até que a oportunidade de ir para uma academia surgiu, e ele não hesitou. Quando chegou aos ensaios, reparou que estava lá o seu amigo Francisco, foi logo ter com ele e disse:

- Há aqui tanta gente que dança bem, olha para aqueles! (apontando para outros dançarinos).

O Francisco concorda e diz:

- Eu aconselho \_\_\_\_\_ a treinar muito para seres tão bom como eles.

O Gustavo acena com a cabeça a concordar com o amigo e prosseguem para o treino. Foi nesse momento que o professor responsável repara neles e comenta alguma coisa com o professor auxiliar. No final do ensaio, os amigos voltam a falar:

- O professor hoje viu \_\_\_\_\_ a dançarmos. Acho que temos futuro nesta academia.

O amigo concorda e cada um regressa à sua casa. No ensaio do dia seguinte, os dois amigos estavam muito felizes pela oportunidade. Já a meio do ensaio, o Gustavo dirigiu-se ao Francisco e disse-lhe:

- O professor mandou \_\_\_\_\_ fazeres uns movimentos que são mais difíceis. Eu também já os tive que fazer, não tive outra opção.

O Francisco fez o que o seu amigo disse, mas ficaram ambos tristes e queriam abandonar o ensaio naquele dia. De seguida, um colega mais velho chamou por eles e convenceu \_\_\_\_\_ a voltarem ao ensaio.

Os dois amigos desculparam-se com o professor e voltaram para o ensaio. Nesse momento, o Francisco dirige-se ao Gustavo e diz:

- O professor deixou \_\_\_\_\_ voltar ao ensaio, por isso temos de aproveitar.

O Gustavo responde-lhe dizendo:

- Não tenhas dúvidas, temos de agarrar esta oportunidade. Hoje lembrei-me de qual era \_\_\_\_\_ meu sonho e do motivo pelo qual vim para esta academia. O seu amigo Francisco partilhou do seu sentimento e continuaram então na busca do sonho.

B - Tarefa de julgamento de gramaticalidade

**Instruções:** Leia as frases e indique como lhe soam. Sempre que as frases não lhe soarem bem, indique como ficariam melhor.

	Frase	Soa mal	Soa bem	Correção
1	O pai fica chateado com os dois irmãos, pois viu eles brincar àquela hora.			
2	O professor deixou-nos voltar ao ensaio, por isso temos de aproveitar.			
3	Ele ouviu-te falar comigo hoje de manhã?			
4	A professora viu tu a conversar também, e só eu é que levei raspanete.			
5	Passado 1 minuto, a Maria ouviu-os a subirem as escadas.			
6	O patrão mandou nós irmos ao gabinete dele.			
7	A mãe e o João bateram à porta e a Maria deixou-os entrar, mas não estava muito convencida a fazer as pazes com o irmão.			
8	A mãe da Maria ouviu o alarido e foi ter com os seus filhos ao quarto, aconselhando-os a ir dormir.			
9	De seguida, o patrão sentiu-as abandonarem o gabinete, e pensa para si que se calhar não precisava de ter sido tão duro com elas.			
10	O Pedro sentiu nós todos ir embora?			
11	A professora ouviu nós falarmos muito hoje.			
12	Eu vi-te brincares ontem, tu não respeitaste o que a mãe nos disse.			
13	Tu também querias ir e, além do mais, se estivéssemos os dois a brincar, a mãe ia ouvir nós a fazer barulho.			

14	A professora viu-te a conversar também, e só eu é que levei raspanete.			
15	É melhor ires porque a professora mandou tu ir também diretamente para casa.			
16	O pai fica chateado com os dois irmãos, pois viu-os brincar àquela hora.			
17	O pai obrigou-te a dar-me um abraço, por isso tens de dar.			
18	Então, a professora deixou eles falarem até que se cansassem.			
19	O professor hoje viu-nos a dançarmos.			
20	Ele ouviu tu falar comigo hoje de manhã?			
21	De seguida, o patrão sentiu elas abandonarem o gabinete, e pensa para si que se calhar não precisava de ter sido tão duro com elas.			
22	Tu também querias ir e, além do mais, se estivéssemos os dois a brincar, a mãe ia ouvir-nos a fazer barulho.			
23	O professor mandou-te fazeres uns movimentos que são mais difíceis.			
24	As duas primas abandonaram o gabinete, e o patrão sentiu elas a sorrir e felizes como nunca tinha reparado antes.			
25	Eu hoje sinto tu a correres de um lado para o outro.			
26	A professora ouviu-nos falarmos muito hoje.			
27	Vês, Ricardo, o Marco tentou convencer-nos a não fazermos aquilo, mas tu não desististe.			
28	É melhor ires porque a professora mandou-te ir também diretamente para casa.			
29	O patrão mandou-nos irmos ao gabinete dele.			
30	Passado 1 minuto, a Maria ouviu eles a subirem as escadas.			

31	A mãe e o João bateram à porta e a Maria deixou eles entrar, mas não estava muito convencida a fazer as pazes com o irmão.			
32	O professor hoje viu nós a dançarmos.			
33	O Pedro sentiu-nos todos ir embora?			
34	O professor deixou nós voltar ao ensaio, por isso temos de aproveitar.			
35	O professor mandou tu fazeres uns movimentos que são mais difíceis.			
36	Então, a professora deixou-os falarem até que se cansassem.			
37	As duas primas abandonaram o gabinete, e o patrão sentiu-as a sorrir e felizes como nunca tinha reparado antes.			
38	Eu hoje sinto-te a correres de um lado para o outro.			
39	Eu vi tu brincares ontem, não respeitaste o que a mãe nos disse.			

## II. QUESTIONÁRIOS

### C - Questionário monolíngue

*OBSERVAÇÃO: Os dados fornecidos neste questionário destinam-se exclusivamente ao seu tratamento estatístico no âmbito do Projeto de Investigação «Português Língua de Herança e mudança linguística», financiado pela FCT. Não são fornecidos a entidades exteriores ao projeto, nem é*

Informações pessoais	
Nome:	_____
Idade:	_____
Sexo:	_____
Habilitações académicas:	_____
Naturalidade:	_____

*publicada a identidade dos participantes. A todos os participantes será atribuído um pseudónimo.*

Informações (socio)linguísticas	
▪ O português é a sua língua nativa?	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
▪ Fala outras línguas? Se sim, quais? _____	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
▪ A instrução formal foi feita em Portugal?	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>

Aceito participar neste estudo e autorizo que os meus dados sejam tratados APENAS no âmbito deste estudo:

Local/Data:

\_\_\_\_\_

Assinatura:

\_\_\_\_\_

## D - Questionário bilingue

*OBSERVAÇÃO: Os dados fornecidos neste questionário destinam-se exclusivamente ao seu tratamento estatístico no âmbito do Projeto de Investigação «Português Língua de Herança e mudança linguística», financiado pela FCT. Não são fornecidos a entidades exteriores ao projeto, nem é publicada a identidade dos participantes. A todos os participantes será atribuído um pseudónimo.*

### A. Informações Gerais

Data de nascimento: \_\_\_\_\_

Sexo: F  M

Idade: \_\_\_\_\_ Local de nascimento: \_\_\_\_\_

E-Mail: \_\_\_\_\_ Tel.: \_\_\_\_\_

Cidade onde mora: \_\_\_\_\_

Nacionalidade: \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_

Área de Formação/Profissão: \_\_\_\_\_

### B. Domínio e Uso das Línguas

Língua(s) da mãe: \_\_\_\_\_

Língua(s) do pai: \_\_\_\_\_

Língua(s) do cônjuge (se aplicável): \_\_\_\_\_

#### Escolarização:

Frequentou a escola em Portugal? Sim  Não

Se sim, até que ano de escolaridade? \_\_\_\_\_

Frequentou aulas de Língua Portuguesa na Alemanha? Sim  Não

Se sim, - durante quantos anos? \_\_\_\_\_

- quantas horas por semana? \_\_\_\_\_

Há quanto tempo já não tem aulas de Português (se aplicável)? \_\_\_\_\_

#### Que outras línguas aprendeu (além do Português e Alemão):

1. Língua: \_\_\_\_\_

Nível de Proficiência: Iniciação  Bom  Muito Bom  como língua nativa

2. Língua: \_\_\_\_\_

Nível de Proficiência: Iniciação  Bom  Muito Bom  como língua nativa

3. Língua: \_\_\_\_\_

Nível de Proficiência: Iniciação  Bom  Muito Bom  como língua nativa

#### Uso diário das línguas:

Estime p.f.: Quantas horas por dia fala Português? \_\_\_\_\_

E quantas horas por dia fala Alemão? \_\_\_\_\_

Em que língua fala com os seus pais? \_\_\_\_\_

E com os seus filhos (se aplicável)? \_\_\_\_\_

Com quem fala (também) Português? \_\_\_\_\_

Em que língua se sente mais à vontade a falar? \_\_\_\_\_

Porquê? \_\_\_\_\_

Houve mudanças no seu domínio do Português ao longo da sua vida? \_\_\_\_\_

Vê televisão portuguesa? Se sim, que programas? \_\_\_\_\_

Lê jornais portugueses (p.ex. na internet?) \_\_\_\_\_

Costuma ler livros em português? \_\_\_\_\_

Costuma escrever em Português a amigos e familiares (p.ex. emails ou no facebook?) \_\_\_\_\_

De que região de Portugal vem a sua família? \_\_\_\_\_

### C. Emigração para a Alemanha

Nasceu na Alemanha? Sim  Não

Se não nasceu na Alemanha, com que idade emigrou? \_\_\_\_\_

Com que idade começou a aprender Alemão? \_\_\_\_\_

E onde? \_\_\_\_\_

### D. Regresso / Vinda a Portugal

Pretende regressar a Portugal? Sim  Não  Talvez

Com que regularidade vai a Portugal? \_\_\_\_\_

Já passou algum período mais extenso em Portugal? Sim  Não

Se sim, com que idade e por quanto tempo? \_\_\_\_\_

### E. Autoavaliação

Como avalia o seu Português nas seguintes áreas? (Assinale com uma cruz a resposta que considere mais adequada)

	fraco	razoável	bom	muito bom	excelente
<b>Falar</b>					
<b>Escrever</b>					
<b>Compreender</b>					
<b>Pronúncia</b>					
<b>Total</b>					

E o Alemão?

	fraco	razoável	bom	muito bom	excelente
<b>Falar</b>					
<b>Escrever</b>					
<b>Compreender</b>					
<b>Pronúncia</b>					
<b>Total</b>					

Aceito participar neste estudo e autorizo que os meus dados sejam tratados APENAS no âmbito deste estudo:

Local/Data: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

### III. TRATAMENTO ESTATÍSTICO

E – Tarefa de Completamento no grupo monolíngue

1. Contraste entre condições com e sem flexão

	Cond2 - Cond1	Cond4 - Cond3	Cond6 - Cond5	Cond8 - Cond7
Z	-1,633 <sup>a</sup>	-2,232 <sup>a</sup>	-1,841 <sup>a</sup>	,000 <sup>b</sup>
Asymp. Sig. (2-tailed)	,102	,026	,066	1,000

2. Contraste entre verbos causativos e percetivos

	Cond3 - Cond1	Cond4 - Cond2
Z	-1,732 <sup>a</sup>	-,962 <sup>b</sup>
Asymp. Sig. (2-tailed)	,083	,336

F – Tarefa de Completamento no grupo bilingue

1. Contraste entre condições com e sem flexão

**Test Statistics<sup>c,d</sup>**

	Cond2 - Cond1	Cond4 - Cond3	Cond6 - Cond5	Cond8 - Cond7
Z	-2,139 <sup>a</sup>	-2,507 <sup>a</sup>	-1,228 <sup>a</sup>	-1,000 <sup>b</sup>
Asymp. Sig. (2-tailed)	,032	,012	,220	,317

2. Contraste entre verbos causativos e percetivos

**Test Statistics<sup>b,c</sup>**

	Cond3 - Cond1	Cond4 - Cond2
Z	-1,919 <sup>a</sup>	-1,618 <sup>a</sup>
Asymp. Sig. (2-tailed)	,055	,106

a. Based on negative ranks.

b. Grupo = Bil

c. Wilcoxon Signed Ranks Test

#### **IV. PARECER DA SUBCOMISSÃO DE ÉTICA DA UNIVERSIDADE DO MINHO**

G – Parecer da Subcomissão de ética



Universidade do Minho

SECSH

## **Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas**

Identificação do documento: SECSH 014/2015

Título do projeto: *Português Língua de Herança e Mudança Linguística*

Investigador(a) responsável: Cristina Maria Moreira Flores, Departamento de Estudos Germanísticos e Eslavos, Instituto de Letras e Ciências Humanas, Universidade do Minho - investigadora responsável do Projeto FCT «Português Língua de Herança e Mudança Linguística»

Outros Investigadores: Cátia Daniela Vieira Pereira, Universidade do Minho (mestranda); Maria do Pilar Barbosa, Universidade do Minho (membro da equipa de investigação e orientadora); Daniela Cunha Neves, Universidade do Minho (bolseira do Projeto “Português Língua de Herança e Mudança Linguística”)

Subunidade orgânica: Instituto de Letras e Ciências Humanas, Universidade do Minho

### **PARECER**

A Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas (SECSH) analisou o processo relativo ao projeto intitulado “*Português Língua de Herança e Mudança Linguística*”.

Os documentos apresentados revelam que o projeto obedece aos requisitos exigidos para as boas práticas na investigação com humanos, em conformidade com as normas nacionais e internacionais que regulam a investigação em Ciências Sociais e Humanas.

Face ao exposto, a SECSH nada tem a opor à realização do projeto.

Braga, 31 de março de 2015.

O Presidente

Paulo Manuel Pinto Pereira Almeida Machado